

Prefeitura Municipal de Campinas, SP
Junho/ 2021



Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional

Prefeitura Municipal de Campinas
Estado de São Paulo

Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional

Dario Jorge Giolo Saadi
Prefeitura Municipal de Campinas

Vandecleya Elvira do Carmo Silva Moro
Secretária de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos

Alexandre Polo do Valle
Diretor do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional

Gabriela Kaiser Fullin Castanho
Coordenadora Setorial de Segurança Alimentar e Nutricional

Editores Técnicos

Mariana de Souza Maia
Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos

Dag Mendonça Lima
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (NEPA) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Prefeitura Municipal de Campinas
Campinas, SP
Junho de 2021



Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional
Vandecleya Elvira do Carmo Silva Moro
Presidente

Pleno Secretariado Caisan-Municipal

Secretaria de Chefia de Gabinete do Prefeito
Titular: *Michel Abrão Ferreira*
Suplente: *Barbara Camila Silvino Bellon*

Secretária de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos
Titular: *Vandecleya Elvira do Carmo Silva Moro*
Suplente: *Mariana de Souza Maia*

Secretaria Municipal de Educação
Titular: *José Tadeu Jorge*
Suplente: *Maria Helena Antonicelli*

Secretaria Municipal de Saúde
Titular: *Lair Zambon*
Suplente: *Tânia Maria de Cássia Marcucci Oliveira*

Secretaria Municipal de Trabalho e Renda
Titular: *Gustavo Di Tella Ferreira*
Suplente: *Frederico Sequeira Scopasa*

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo
Titular: *Adriana M. G. Faidiga Flosi*
Suplente: *José Benedito Napoleone Silveira*

Centrais de Abastecimento de Campinas – CEASA
Titular: *Valter Aparecido Greve*
Suplente: *Dayane Oliveira Cordeiro*

Sociedade de Abastecimento de Água e de Saneamento S/A - SANASA
Titular: *Manuelito Pereira Magalhães Junior*
Suplente: *Eduardo Betenjane Romano*

Serviços Técnicos Gerais - SETEC
Titular: *André Assad Mello*
Suplente: *Waldir N. Balthazar*

Equipe Técnica

Coordenação

Mariana de Souza Maia

Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos

Dag Mendonça Lima

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (Nepa/Unicamp)

Revisão

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/Faculdade Anhanguera Campinas

Joseane Almeida Santos Nobre

Colaboradores

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Territorial

Cristiaini Kano, Gisele Freitas Vilela

Secretaria Municipal de Chefia de Gabinete do Prefeito

Carlos Bernardi

Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa Com Deficiência e Direitos Humanos

Gabriela Kaiser Fullin Castanho, Maria Claudia Trindade da Costa, Ravi Menegasso e Tuanny Lima Victor

Secretaria Municipal de Educação

Expedito Ribeiro de Carvalho Júnior, Rosana Gomes Arruda Leite Bueno

Secretaria Municipal de Saúde

Mirela Lourencini Holanda, Nacle Nabak Purcino

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo

José Benedito Napoleone Silveira

Centrais de Abastecimento de Campinas – CEASA

Ricardo de Oliveira Munhoz

Sociedade de Abastecimento de Água e de Saneamento S/A - SANASA

Leniter Venância dos Anjos Sertório

Serviços Técnicos Gerais – SETEC

Edson Andrade de Souza

Editoração eletrônica e capa

Suzilei Carneiro - Embrapa Territorial, com imagem Freepik Brasil

1ª edição

1ª impressão (2021): versão on-line

Autores

Mariana de Souza Maia

Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos

Capítulo 1 - Princípios, Procedimentos Metodológicos e Desafios para a Construção do Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas

Capítulo 4 - Programas de acesso ao alimento e combate ao desperdício

Mariana de Souza Maia e Tuanny Lima Victor

Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos

Capítulo 2 - Município de Campinas-SP

Capítulo 8 - Assistência Social

Dag Mendonça Lima

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (Nepa) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Capítulo 3 - Abastecimento e Comercialização

Cristiaini Kano e Gisele Freitas Vilela

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa Territorial

Capítulo 5 - Produção rural ou urbana de alimentos e meio ambiente

Maria Claudia Trindade da Costa

Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos

Capítulo 6 - Acesso a água e a segurança alimentar e nutricional

Expedito Ribeiro de Carvalho Júnior e Maria Helena Antonicelli

Secretaria Municipal de Educação

Capítulo 7 - Educação

Nacle Nabak Purcino e Tânia Maria de Cássia Marcucci Oliveira

Secretaria Municipal de Saúde

Capítulo 9 - Saúde

Gabriela Kaiser Fullin Castanho

Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos

Capítulo 10 - Consumo e educação alimentar e nutricional

Sumário

Autores	7
Apresentação	16
Capítulo 1 - Princípios, Procedimentos Metodológicos e Desafios Para a Construção do Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas	17
1.1 Dados e indicadores de segurança alimentar e nutricional (SAN).....	18
1.2 Dimensões do diagnóstico de segurança alimentar e nutricional de Campinas	18
1.2.1 Dados Gerais do Município de Campinas.....	18
1.2.2 Abastecimento e Comercialização	19
1.2.3 Programas de Acesso a Alimentos e Combate ao Desperdício.....	19
1.2.4 Produção Rural ou Urbana de Alimentos e Meio Ambiente	19
1.2.5 Educação	20
1.2.6 Assistência Social.....	20
1.2.7 Saúde	20
1.2.8 Consumo e Educação Alimentar e Nutricional	21
Referências Bibliográficas	21
Capítulo 2 - Município de Campinas-SP	22
Referências Bibliográficas	28
Capítulo 3 - Abastecimento e Comercialização.....	29
3.1 Centrais de Abastecimento (CEASA).....	29
3.2 Hortoshopping Ouro Verde.....	31
3.3 Complexo Miguel Vicente Cury	31
3.4 Terminal Barão Geraldo	32
3.5 Feiras Livres.....	32
3.6 Mercado Campineiro	34
3.7 Mercado Municipal	34
3.8 Considerações Finais.....	35
Referências Bibliográficas	35
Capítulo 4 - Programas de acesso ao alimento e combate ao desperdício	37
4.1 Programas e Projetos Alimentares em Caráter Suplementar ou Emergencial	39
4.1.1 Programa Nutrir Campinas.....	39
4.1.2 Nutrir Emergencial.....	41

4.1.3 Projeto Viva-Leite	41
4.1.4 Programa Estadual Bom Prato.....	42
4.1.5 Programa de Alimentação Escolar	43
4.2 Programas de Combate ao Desperdício de Alimentos	44
4.2.1 Banco de Alimentos de Campinas	44
4.2.2 Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação (ISA)	45
4.2.3 Programa Mesa Brasil SESC	46
Referências Bibliográficas	47
Capítulo 5 - Produção rural ou urbana de alimentos e meio ambiente	48
5.1 Saneamento rural e Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA Água)	49
5.2 Produção pela agricultura familiar	50
5.3 Agricultura urbana e periurbana	51
5.4 Fruticultura	51
5.5 Grandes culturas	53
5.6 Pecuária	53
5.7 Hortaliças	54
Referências Bibliográficas	55
Capítulo 6 - Acesso a água e a segurança alimentar e nutricional	57
6.1 Campinas e seus recursos hídricos	57
6.2 Saneamento Básico	59
6.3 Condições do município de Campinas.....	59
Referências Bibliográficas	61
Capítulo 7 - Educação	62
7.1 Apresentação do Programa de Alimentação Escolar	62
7.2 Unidades escolares atendidas	63
7.2.1 Entendendo a nomenclatura das escolas	63
7.2.2 Níveis de Ensino	63
7.2.2.1 Ensino Infantil.....	64
7.2.2.2 Ensino Fundamental	64
7.2.2.3 Ensino Médio	65
7.2.2.4 Educação de Jovens e Adultos	65
7.2.3 Número de unidades escolares atendidas.....	65

7.2.4 Número de refeições servidas diariamente.....	66
7.2.5 Número de alunos matriculados por tipo de escola	66
7.3 Recursos Financeiros.....	66
7.4 Planejamento de Cardápios.....	68
7.4.1 Setores responsáveis.....	68
7.4.2 Necessidades nutricionais por faixa etária e período de permanência.....	68
7.4.3 Patologias e necessidades especiais.....	69
Referências Bibliográficas.....	69
Capítulo 8 - Assistência Social	70
8.1 Benefícios de transferência de renda.....	70
8.1.1 Programa Bolsa Família (PBF)	70
8.1.2 Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	73
8.1.3 Renda Cidadã e Ação Jovem.....	75
Referências Bibliográficas.....	76
Capítulo 9 - Saúde.....	77
9.1 O SUS nos dias atuais	78
9.2 Segurança alimentar e nutricional na atenção básica a saúde.....	79
9.3 Indicadores.....	80
9.3.1 Nascimentos.....	80
9.3.2 Mortalidade.....	82
9.4 Estabelecimentos regularizados	83
Referências Bibliográficas.....	84
9.4 Instrutivo sobre o incentivo financeiro das ações de alimentação e nutrição (FAN) e programa de saúde na escola – PSE	84
Capítulo 10 - Consumo e educação alimentar e nutricional.....	86
10.1 Consumo de alimentos ultraprocessados	86
10.2 Educação Alimentar e Nutricional	87
Conclusão.....	88
Referências Bibliográficas.....	89
Apêndice 1 - Localização das Feiras Livres conforme as Macrorregiões. Campinas – SP.....	90
Apêndice 2 - Estrutura Organizacional do Programa de Alimentação Escolar e quadro de funcionários.....	95

Figuras

Figura 1. Dimensões estabelecidas no Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas, 2020.	18
Figura 2. Densidade demográfica (habitantes/km ²), do município de Campinas-SP, entre 1980 e 2020.	23
Figura 3. Características dos habitantes de Campinas por “ciclos de vida e sexo”.	23
Figura 4. Municípios pertencentes à Região Metropolitana de Campinas, conforme a LC 370/2000.	24
Figura 5. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para os anos de 2000 e 2010.	25
Figura 6. - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, segundo a raça.	26
Figura 7. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para o componente Educação, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, segundo a raça.	27
Figura 8. Condição dos domicílios recenseados em Campinas em 2010 por tipo e ocupação de domicílios e média de hab/domicílio.	27
Figura 9. Volume e Receita de Hortigranjeiros Comercializado na Ceasa Campinas no triênio 2016-2018.	31
Figura 10. Feiras Livres do município de Campinas, apresentadas por georreferenciamento.	33
Figura 11. Feiras de produtos orgânicos do município de Campinas, apresentadas por georreferenciamento.	33
Figura 12. Questões relacionadas a renda familiar, retiradas da pesquisa (não publicada) quanto as condições de vida das famílias beneficiárias do Nutrir-Campinas.	37
Figura 13. Questões relacionadas a disponibilidade de alimentos consumido, retiradas da pesquisa (não publicada) quanto as condições de vida das famílias beneficiárias do Nutrir-Campinas.	38
Figura 14. Questões relacionadas ao tipo de alimento consumido a partir da disponibilidade, retiradas da pesquisa (não publicada) quanto as condições de vida das famílias beneficiárias do Nutrir-Campinas.	38
Figura 15. Atribuições dos diferentes agentes públicos referentes ao Projeto Viva-leite.	42
Figura 16. Distribuição de sistemas de tratamento de esgoto em propriedades rurais de Campinas.	49
Figura 17. Pagamento por Serviços Ambientais/PSA Água realizados em propriedades rurais de Campinas. Campinas/SP.2020.	50
Figura 18. Produção de café e cana de açúcar no período de 2016 a 2018 no município de Campinas-SP.	53
Figura 19. Bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.	58
Apêndice 2 - Figura 1. Estrutura organizacional do PMAE.	95
Apêndice 2 - Figura 2. Organograma da CONUTRI/SME.	96

Tabelas

Tabela 1. Distribuição da área territorial do município de Campinas, conforme a LC 207/2018	22
Tabela 2. Dados resumidos quanto ao trabalho e renda, apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para o ano de 2018.	25
Tabela 3. Número de famílias beneficiárias do programa Nutrir Campinas, entre os anos de 2016 e 2018.	41
Tabela 4. Número de famílias beneficiárias do programa Nutrir Campinas Emergencial, entre os anos de 2016 e 2018.	41
Tabela 5. Número de famílias beneficiárias do programa Viva-leite, entre os anos de 2016 e 2018.	42
Tabela 6. Número de atendimentos realizados pelo Programa Bom Prato, entre os anos de 2016 e 2018.	43
Tabela 7. Quantidade, em Kg, de alimentos do Banco Municipal de Alimentos de Campinas proveniente do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre os anos de 2016 e 2018.	44
Tabela 8. Quantidade, em Kg, de alimentos arrecadados pelo Programa de Combate ao Desperdício do Banco Municipal de Alimentos de Campinas entre os anos de 2016 e 2018.	44
Tabela 9. Número de instituições e famílias atendidas pelo programa Banco de Alimentos, entre os anos de 2016 e 2018.	45
Tabela 10. Número de famílias atendidas pelo Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação, entre os anos de 2016 e 2018.	45
Tabela 11. Atendimentos do programa Mesa Brasil SESC, entre os anos de 2016 e 2018.	47
Tabela 12. Área média e participação da fruticultura em Campinas entre 2016 a 2018.	52
Tabela 13. Produção média e participação da fruticultura em Campinas entre 2016 a 2018.	52
Tabela 14. Produção animal (em cabeças de animais) em Campinas.	53
Tabela 15. Área cultivada e participação das hortaliças em Campinas entre 2016 a 2018.	54
Tabela 16. Produção e participação das hortaliças em Campinas entre 2016 a 2018.	55
Tabela 17. Dados referentes ao tratamento e esgotamento sanitário do município de Campinas.	60
Tabela 18. Dados referentes ao tratamento de água do município de Campinas.	60
Tabela 19. Dados referentes aos serviços prestados pela Sanasa no município de Campinas.	61
Tabela 20. Faixas etárias por agrupamento, no município de Campinas.	64
Tabela 21. Relação de escolas por tipo de administração e nível de ensino, entre 2016 e 2018.	65
Tabela 22. Quantidade de refeições servidas diariamente e nível de ensino, entre 2016 e 2018.	66
Tabela 23. Total de alunos matriculados por nível de ensino, entre 2016 e 2018.	66
Tabela 24. Valor repassado pelo Governo Federal e Governo Estadual aos municípios (Valor repassado por aluno/dia), entre 2016 e 2018.	67

Tabela 25. Fontes dos recursos do Programa Municipal de Alimentação Escolar (PMAE), segundo a esfera governamental, em percentual, entre 2016 e 2018.....	67
Tabela 26. Investimento percentual dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), entre 2016 e 2018.	68
Tabela 27. Relação de alunos matriculados na rede pública com restrições alimentares, entre 2016 e 2018.	69
Tabela 28. Evolução dos titulares beneficiários do Programa Bolsa Família, no município de Campinas, entre 2014 e 2017.	71
Tabela 29. Proporção de beneficiários do Programa Bolsa Família, segundo a estimativa populacional, por região de Campinas, para o ano de 2017.	72
Tabela 30. Evolução de benefícios básico do Programa Bolsa Família, no município de Campinas, entre 2014 e 2017.	72
Tabela 31. Evolução de benefícios de pobreza Programa Bolsa Família, no município de Campinas, entre 2014 e 2017.	73
Tabela 32. Evolução de benefícios de prestação continuada (BPC), de idosos, no município de Campinas, entre 2014 e 2020.	74
Tabela 33. Evolução de benefícios de prestação continuada (BPC), de Pessoas com Deficiência (PCD), no município de Campinas, entre 2014 e 2020.	74
Tabela 33. Continuação.	75
Tabela 34. Evolução do número de famílias atendidas pelo Renda Cidadã, entre os anos de 016-2018, no município de Campinas.	75
Tabela 35. Evolução do número de jovens atendidos pelo Renda Cidadã, entre os anos de 016-2018, no município de Campinas.	75
Tabela 36. Número de nascidos vivos, segundo a região de residência materna, entre os anos de 2016 e 2018.	80
Tabela 37. Número de nascidos vivos, segundo o número de consultas pré-natal, entre os anos de 2016 e 2018.	81
Tabela 38. Número de óbitos, segundo a região de Campinas, entre os anos de 2016 e 2018.	82
Tabela 39. Número de óbitos infantis para menores de 1 ano, segundo área de abrangência dos Distritos de Saúde, entre os anos de 2016 e 2018.	82
Tabela 40. Número de óbitos, segundo a faixa etária, entre os anos 2016 e 2018.	82
Tabela 41. Número de óbitos e taxa de mortalidade prematura, por doenças crônicas não transmissíveis, entre maiores de 70 anos, entre os anos de 2016 e 2018.	83
Tabela 42. Número de alunos matriculados e quantidade de alimentos ultraprocessados adquiridos e ofertados, entre 2016 e 2018.	87
Tabela 43. Número de ações de Educação Alimentar e Nutricional realizadas no município de Campinas, entre 2016 e 2018.	88
Quadro 1. O quadro de funcionários da Ceasa Campinas.	95
Quadro 2. Relação de funcionários da CONUTRI e seção sob sua responsabilidade.	96
Quadro 1. O quadro de funcionários da Ceasa Campinas.	97

Apresentação

O diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas é parte integrante do I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas. Com a institucionalização da CAISAN e a reformulação da COMSEA Campinas, em 2015 e 2018, respectivamente, ambas os colegiados, entendia que para orientar seus trabalhos era necessário conhecer e avaliar a situação de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas, através da elaboração de um diagnóstico.

Diante disso, a CAISAN Campinas, para execução dos trabalhos designou para a coordenação, uma Especialista em Relações Sociais, e nomeou um comitê técnico, com representantes dos vários setores afetos à temática de SAN. E posteriormente, já no início dos trabalhos, foram incluídas a participação de vários conselheiros do mandato 2018/2020.

Para o adequado planejamento de uma política pública, e neste caso para o Plano de SAN, o diagnóstico foi fundamental para a discussão das prioridades do plano. Esse diagnóstico, que estava em fase de construção, mas já continham grande parte informações locais e indicadores de SAN, foi apresentado aos participantes da II Conferência Municipal de SAN de Campinas, que ocorreu em 2019, servindo de instrumento para as discussões e elaboração das propostas da referida conferência.

Muitos caminhos ainda precisam ser percorridos com o objetivo de construir indicadores, sistematizar a obtenção de dados, organizar os mesmos para o monitoramento do estado de Segurança Alimentar e Nutricional município. Nossa meta é que este seja somente o primeiro passo.

Capítulo 1

Princípios, Procedimentos Metodológicos e Desafios Para a Construção do Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas

Este diagnóstico tem o objetivo de apresentar as ações, equipamentos e contribuições de vários atores – públicos e privados – que estão envolvidos em ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Município de Campinas. Atendendo a exigência do Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 que regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada, instituir a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, e estabelecer os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O município de Campinas também instituiu sua política de SAN através da Lei nº 15.912, de 18 de junho de 2020 sendo assim o presente documento contempla a terceira diretriz, que rege sobre o monitoramento da situação alimentar e nutricional, visando subsidiar o ciclo de gestão da política em âmbito municipal.

O trabalho foi iniciado na Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) por equipe técnica designada para o trabalho, sendo realizada uma articulação com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional com a perspectiva de integrar as iniciativas da sociedade civil e das universidades.

Para a construção da metodologia de coleta de dados, organização do banco de dados e as análises, foram feitas sucessivas reuniões com as secretarias municipais, organizações socioassistenciais, universidades públicas e privadas de ensino, centros de pesquisa e organizações privadas. Durante essas reuniões foram estabelecidas as informações que seriam coletadas e sua relação com as secretarias municipais e organizações socioassistenciais quanto à Segurança Alimentar e Nutricional na esfera Municipal.

A metodologia escolhida qualificou a abordagem intersetorial com a presença dos responsáveis pelas políticas públicas na construção e definição dos indicadores possíveis de serem monitorados no momento da realização do diagnóstico, considerando o tipo de informação existente. Dessa forma também se observou a qualificação dos técnicos com relação a visualização do que seria necessário organizar progressivamente.

Alguns desafios encontrados na elaboração deste diagnóstico permearam sobre a existência dos dados necessários, a obtenção de algumas informações de projetos e programas com a sociedade civil em virtude da falta de articulação entre os atores e padronização na forma de organização das informações.

Dois grandes desafios que precisam ser superados na ação do poder público é garantir formas de inquéritos de insegurança alimentar a nível domiciliar, ações que complementam diferentes dimensões, incluindo a expectativa de organização socioeconômica familiar na garantia de alimentação adequada e permanente.

O levantamento do orçamento referente aos programas de segurança alimentar e nutricional também é uma abordagem necessária de ser qualificada, já que são programas executados em

diferentes políticas públicas, muitas vezes o financiamento está atrelado a outros programas, ou então não são ações definidas como políticas de SAN na sua integralidade.

1.1 Dados e indicadores de segurança alimentar e nutricional (SAN)

O comitê responsável pela condução dos trabalhos organizou as informações em 8 dimensões seguindo as indicações do grupo técnico do CONSEA nacional, construídos a partir do estudo de modelos teóricos dos determinantes da Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA 2010), são eles: (1) Saúde, (2) Acesso aos alimentos: Abastecimento e Comercialização, (3) Assistência Social, (4) Programa Alimentar em Caráter Suplementar ou Emergencial, (5) Educação, (6) Consumo, (7) Orçamento das Ações e Programas de SAN e (8) Produção Rural ou Urbana de Alimentos e Meio Ambiente (Figura 1).



Figura 1. Dimensões estabelecidas no Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas, 2020.

Todos os indicadores informados pelo poder público e privado encontram-se organizados em suas respectivas dimensões. Para a elaboração de cada uma das dimensões citadas anteriormente, relatores técnicos foram selecionados e os relatórios técnicos das 8 dimensões, produzidos, inicialmente de forma separados, e depois agregados a este diagnóstico, encontram-se listados a seguir.

1.2 Dimensões do diagnóstico de segurança alimentar e nutricional de Campinas

1.2.1 Dados Gerais do Município de Campinas

As informações sobre essa dimensão encontram-se apresentados no capítulo 2, são compostos por informações populacionais e territorial além de informações sobre riqueza e renda. Nessa seção,

são contemplados dados como Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM), Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Gini e renda. Essas informações são fundamentais para a garantia de Segurança Alimentar e Nutricional, pois afetam diretamente a capacidade de consumo de itens de primeira necessidade, aos quais também competem com outros consumos fundamentais, moradia e transportes.

1.2.2 Abastecimento e Comercialização

Equipamentos de autoconsumo, mercados públicos, populares, feiras livres, feiras orgânicas, feiras do produtor, Ceasa, características do mercado, e a abordagem sobre a importância da formação de mercados públicos para o monitoramento e equilíbrio dos preços dos alimentos são destacados nesta sessão. Entre eles foram levantadas as seguintes informações no mapeamento:

- Mercados públicos ou populares
- Feiras livres
- Feiras do produtor
- Feiras orgânicas
- O município subsidia o preço dos alimentos em um ou mais mercados públicos ou populares?
- Número de agricultores familiares beneficiados pelos programas de aquisição de alimentos

1.2.3 Programas de Acesso a Alimentos e Combate ao Desperdício

O município de Campinas opera programas municipais, estaduais e federais com o objetivo de reduzir desigualdades no acesso aos alimentos, isso se dá a partir da suplementação de famílias em vulnerabilidade social e nutricional com alimentos ou repasse de recursos para a aquisição deles. Neste capítulo serão descritas as iniciativas governamentais e da sociedade civil para a garantia de alimentação a famílias entre eles:

- Alimentação Escolar
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
- Programa Nutrir Campinas
- Projeto Viva-Leite
- Programas e projetos de distribuição de cesta básica
- Programas de Combate ao Desperdício de Alimentos

1.2.4 Produção Rural ou Urbana de Alimentos e Meio Ambiente

O capítulo sobre produção rural ou urbana de alimentos traz um panorama do município sobre as características produtivas e estrutura de apoio para tal, entre elas foi realizado um levantamento sobre as seguintes informações:

- Produção de subsistência para autoconsumo (hortas) em especial em comunidades rurais e domicílios urbanos em áreas vulneráveis (para análise entre a população sem acesso ao salário-mínimo) - Censo Agropecuário e Censo Demográfico/IBGE

- Produção e venda de alimentos pelos agricultores familiares (Censo Agropecuário/IBGE; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SESAN-MDS; CONAB/MAPA; Programa de Aquisição de Alimentos-PAA entre outros)
- Dificuldades técnicas para a produção urbana e rural
- Atendimento de fossas sépticas rurais e saneamento rural pelo programa municipal de saneamento sustentável
- Mapeamento das hortas comunitárias
- Produção rural do município
- Produção vegetal e animal
- Informações do Produtor
- Destino da produção
- Tempo de atividade
- Número de DAPs
- Mapas

1.2.5 Educação

No capítulo referente a Educação são tratadas a estrutura da Secretaria de Educação de Campinas e a descrição e detalhamento do programa de Alimentação Escolar.

1.2.6 Assistência Social

No capítulo referente a Assistência Social são tratadas a estrutura do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de Campinas e a descrição dos seguintes programas.

- Programas, Benefícios e Serviços da Assistência Social
- Nutrir Emergencial
- Benefício de Prestação Continuada (BPC)
- Jovem Aprendiz

1.2.7 Saúde

No capítulo referente a Saúde serão tratadas a estrutura do Sistema Único de Saúde de Campinas e os seguintes indicadores:

- Índice de Mortalidade infantil (%)
- Nascidos Vivos
- Contaminação Alimentar
- Número de estabelecimentos com alvará

- Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)
- Sobrepeso e Obesidade
- Morbidade
- Mortalidade precoce relacionada às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) abaixo dos 70 anos
- Amamentação - tempo médio (meses)

1.2.8 Consumo e Educação Alimentar e Nutricional

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) deve ser garantido na sua integralidade e isso engloba a qualidade da dieta e quais alimentos vêm sendo consumidos pela população, o capítulo sobre consumo trata sobre o tema.

- Consumo de alimentos ultraprocessados
- Educação Alimentar e Nutricional.

Referências Bibliográficas

CONSEA, A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil - Indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais - Resumo Executivo - Brasília, 2010.

Segurança alimentar e nutricional: a contribuição das empresas para a sustentabilidade das iniciativas locais. / International Finance Corporation, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. São Paulo, Instituto Pólis, 2003. 111p.

Capítulo 2

Município de Campinas-SP

Os dados aqui apresentados na sua grande maioria referem-se ao Censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a cada 10 anos, sendo assim, alguns números podem estar desatualizados ou são estimativas feitas pela própria autarquia federal ou órgãos públicos do estado ou município. Após as devidas considerações, a cidade de Campinas conta com uma população estimada em 2020, segundo dados do IBGE de 1.213.792, ocupando uma área de 796,4 km², entre área urbana (388,9 Km²) e rural (407,5 Km²) (PMC, 2020), distribuída por quatro distritos (Joaquim Egídio, Sousas, Barão Geraldo, e Nova Aparecida) e centenas de bairros.

A Lei Complementar 207/18 dispõe sobre a demarcação e ampliação do perímetro urbano, institui a Zona de Expansão Urbana e dá outras providências. Define a zona de expansão urbana na Macrozona de Desenvolvimento Ordenado em que antes era todo território rural. A lei 6.766/79 (Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências) trata a expansão urbana como urbano.

Após a promulgação da LC 207/2018 a Distribuição de Áreas do município de Campinas ficou conforme os elementos apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Distribuição da área territorial do município de Campinas, conforme a LC 207/2018

	Área (km ²)	%
Rural	419	53%
Perímetro Urbano	218	27%
Expansão Urbana	158,2	20%
Total	795,2	

A densidade demográfica de Campinas é de aproximadamente 1.480 hab/km² (Figura 2) e o bairro que apresenta maior densidade demográfica é o bairro Bosque com aproximadamente 13.000 hab/km². Quando se detalha o número de habitantes no município por “ciclo de vida” (Figura 3), isto é, o que entende por criança e adolescente (0-14 anos), jovem (15-29 anos), adulto (30-59) e idoso (60 anos e mais), nota-se que o número de mulheres em Campinas, é superior ao número de homens, exceto na fase de criança e adolescente, de acordo com os dados de 2010. Os dados mais específicos servem de base para a tomada de ações do setor público para os grupos mencionados acima, isso significa que ações como, educação infantil, ensino básico continuado, inserção dos jovens no mercado de trabalho e previdência social estão nos planos de governo das políticas públicas.

O município de Campinas é considerado como um dos polos das regiões metropolitanas do estado de São Paulo. Elevada no ano de 2020 à metrópole, é formada por 19 cidades (Figura 4) e a primeira a ter esse status sem ser capital, isso significa que Campinas tem um expressivo número de empresas e instituições públicas que possibilitaram essa nova classificação feita pelo IBGE, tais aspectos interligam a cidade com outras cidades da região e do Estado. Isso é um indicativo de que Campinas é um polo referencial para a região, sendo procurada para diversos serviços públicos e privados, o que denota características de uma metrópole.

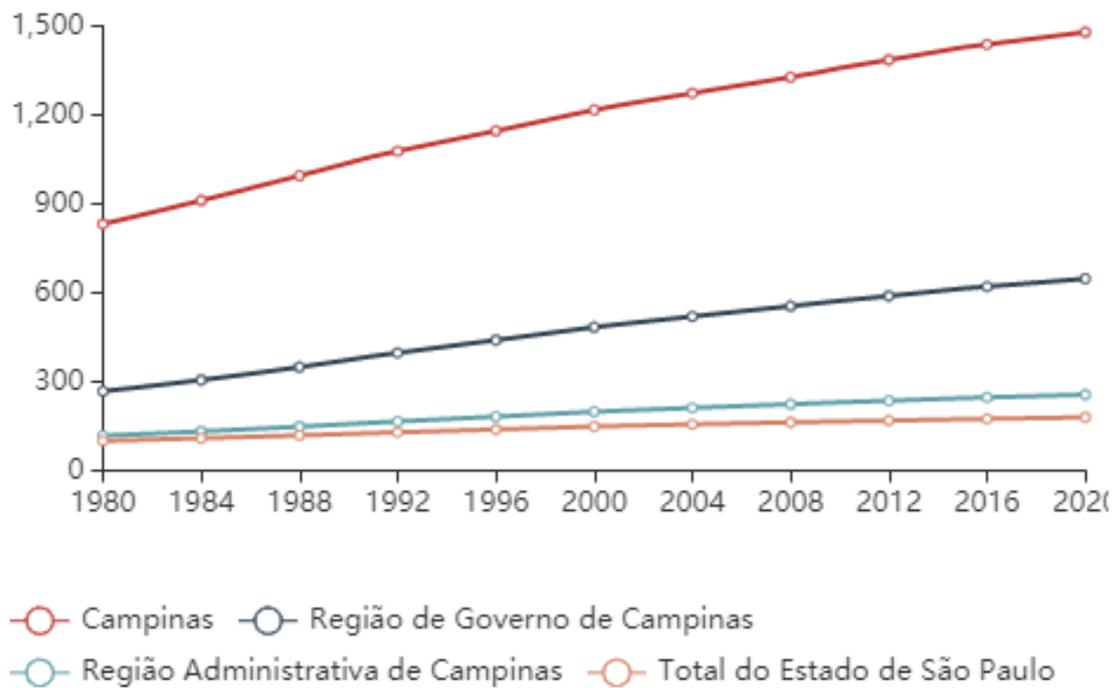


Figura 2. Densidade demográfica (habitantes/km²), do município de Campinas-SP, entre 1980 e 2020.

Fonte: FUNDAÇÃO SEADE, 2020b.

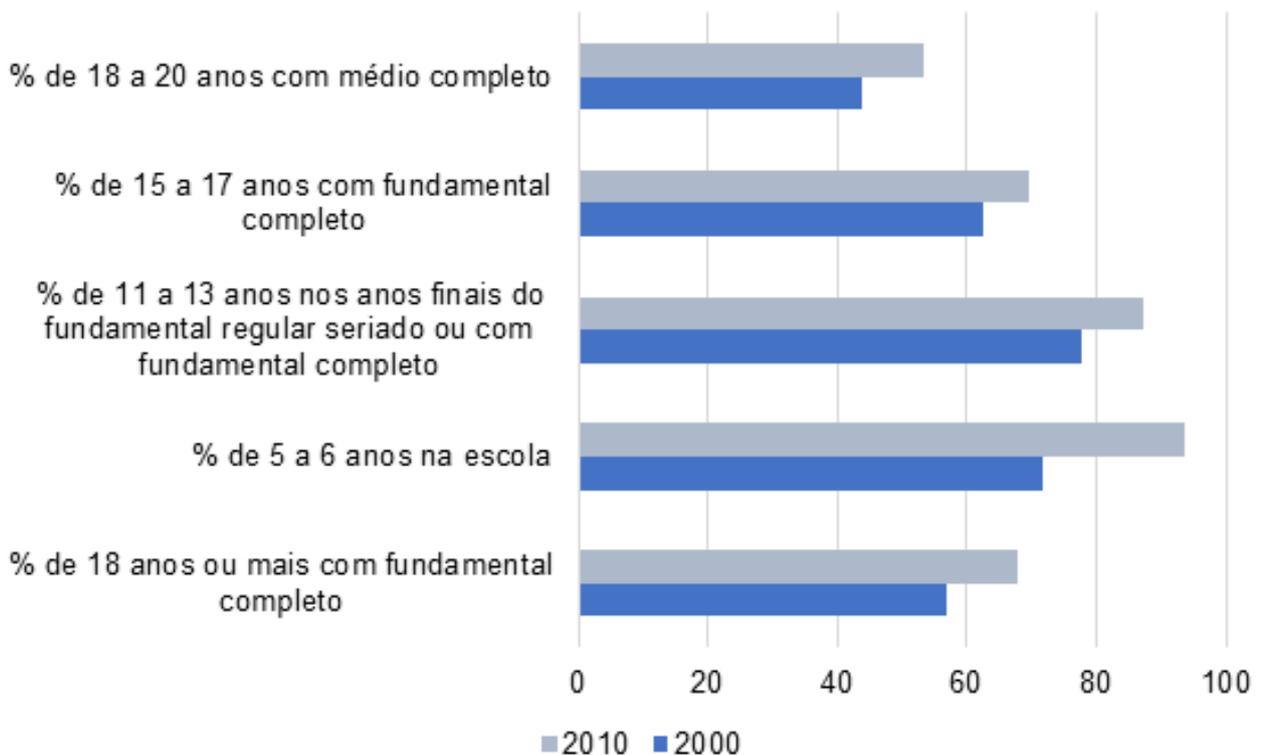


Figura 3. Características dos habitantes de Campinas por “ciclos de vida e sexo”.

Fonte: Estudo da Realidade de Campinas e suas contradições: alguns elementos para subsidiar o PMAS 2018-2021.



Figura 4. Municípios pertencentes à Região Metropolitana de Campinas, conforme a LC 370/2000.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas, 2020.

O município ainda vem ocupando um importante lugar no cenário nacional e na região, considerado o Vale do Silício do interior por seu polo tecnológico, Campinas está entre as cidades mais ricas do país e, em 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita foi de 49.942,59, representando cerca de 8,3 do PIB paulista e 2,7 do PIB nacional. E no ano de 2017 contribuía com 0,94%, (56,4 bilhões) do Produto Interno Bruto (PIB).

De acordo com os dados do IBGE de 2018 (Tabela 2), o salário médio do trabalhador residente em Campinas é de 3,9 salários-mínimos e a população ocupada, ou seja, o indivíduo que estava trabalhando no momento da pesquisa era de 38,7%, traduzidos em 461.871 pessoas. E a remuneração muda quando colocamos os marcadores de gênero e analisamos o salário médio de homens e mulheres.

Tabela 2. Dados resumidos quanto ao trabalho e renda, apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para o ano de 2018. Fonte: Instituto de Geografia e Estatística – IBGE Cidades, 2018.

	Dados
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2018]	3,9 salários-mínimos
Pessoal ocupado [2018]	461.871
População ocupada [2018]	38,7%
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário-mínimo [2010]	30,2%

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) analisa longevidade, educação e renda de acordo com as características do município e suas especificidades, Campinas em 2010 apresentou um elevado IDHM, 0,805 para os parâmetros brasileiros, expondo as desigualdades regionais. O índice que mais contribui para que Campinas tenha um IDHM tão elevado é longevidade, seguido por renda (Figura 5).

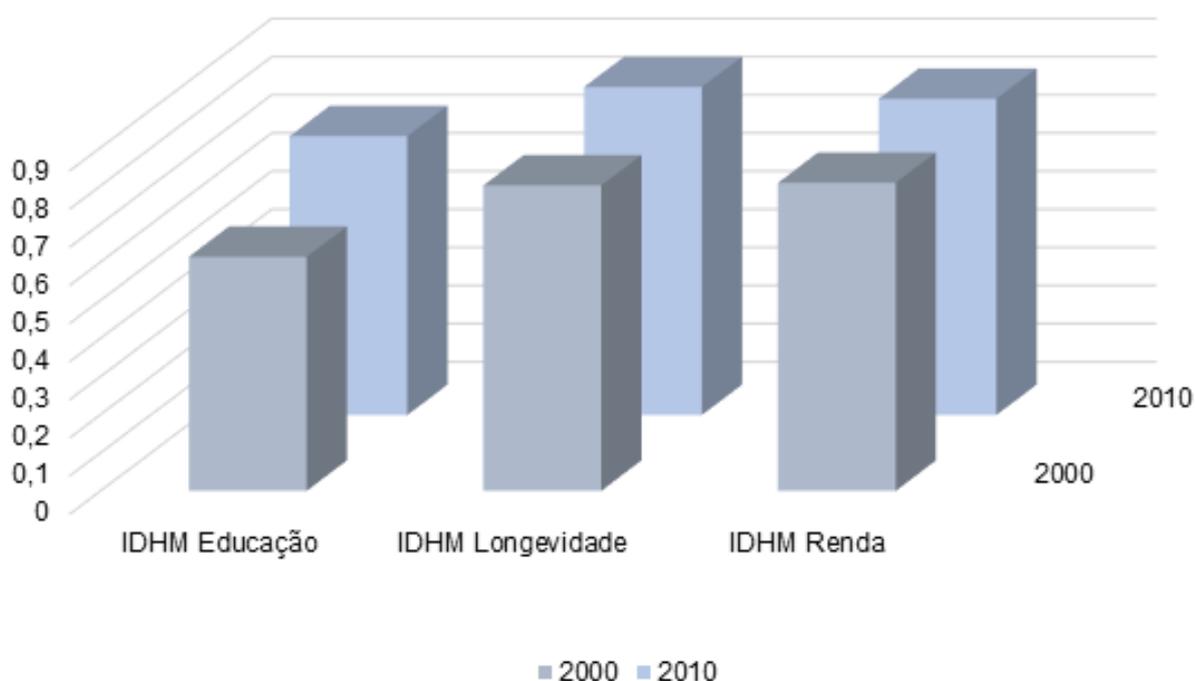


Figura 5. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para os anos de 2000 e 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

Entretanto, ao fazer um recorte de raça/etnia percebemos a discrepância de IDHM entre negros e brancos (Figura 6). Principalmente quando diz respeito aos índices referente à esperança de vida ao nascer e renda per capita, nessa última a diferença é significativa. Enquanto a renda média per capita entre os brancos é de R\$1.696,71, nos indivíduos que declararam pretos e pardos, a renda média per capita é de R\$735,32.

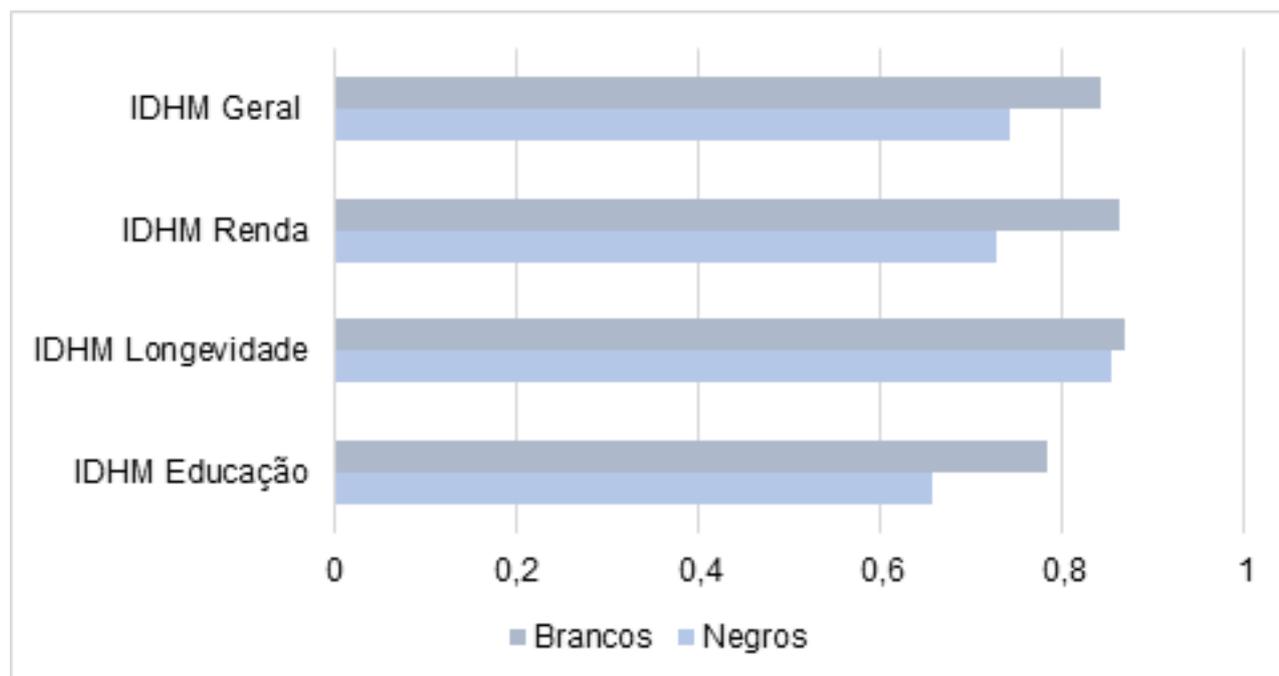


Figura 6. - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, segundo a raça.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

Além do dado apresentado pelo IDHM que coloca em evidência a situação da educação no município, em 2017, o Índice de Desenvolvimento da Educação, o IDEB, que avalia de 0 a 10 o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações das escolas públicas nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, colocou Campinas em um índice de 6,4 nos anos iniciais e 4,8 nos anos finais conforme Figura 7. Quanto mais próximo do zero, mais precário é o ensino, isso coloca Campinas na posição 1.667º no país, 421 no Estado e 16 na microrregião, sendo que nesta última, Campinas está na última posição. Já a taxa de alfabetização de crianças entre 6 e 14 anos era de 96% em 2010 (IBGE, 2020).

O Índice Gini mede o grau de concentração de renda de 0 a 1, onde 0 configura igualdade de renda e 1 desigualdade de renda, apontando assim, a diferença de rendimento entre os mais ricos e os mais pobres. Campinas, em 2010, apresentava 0,57 de índice Gini (Atlas Brasil, 2020), ou seja, há uma disparidade significativa de renda entre os mais ricos e os mais pobres, contrapondo-se ao IDHM da cidade, um dos mais elevados do país. A desigualdade econômica mencionada não é algo restrito à Campinas, mas um problema histórico, político e social da sociedade brasileira em seu processo de formação até os dias de hoje. A queda da desigualdade de renda só ocorre quando a renda média dos mais pobres cresce mais rapidamente que a renda média nacional (IPEA, 2006).

As condições de habitação e saneamento da cidade de Campinas são elucidadas através do IBGE Cidades, dados que também foram analisados pela Secretaria de Assistência Social de Campinas (Figura 8). O estudo mostra que a maior parte da população de Campinas reside na área urbana (98,05) e em domicílios particulares (99,85). Ainda de acordo com o estudo, a maior parte das residências ocupadas em Campinas é de casas (252.029), seguido por apartamentos (85.011) e casas de vila ou condomínio. A questão do esgotamento sanitário adequado no território campineiro está em torno de 90,5%.

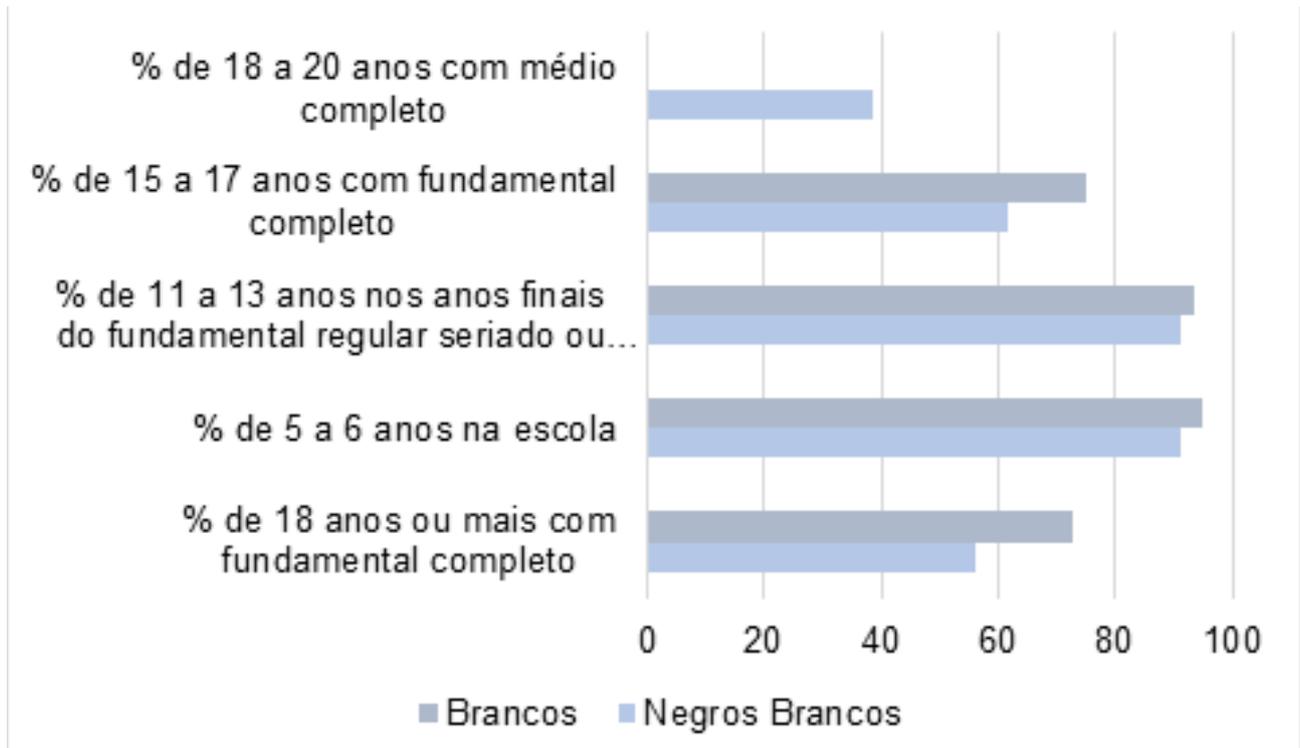


Figura 7. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para o componente Educação, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, segundo a raça.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

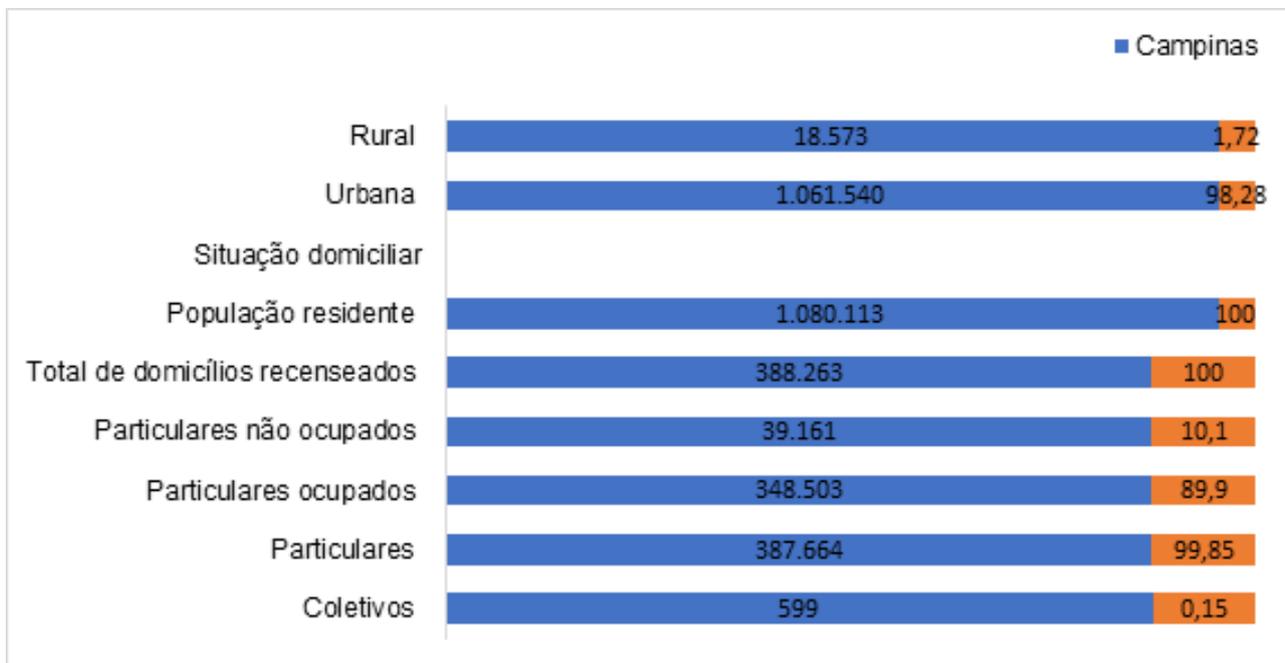


Figura 8. Condição dos domicílios recenseados em Campinas em 2010 por tipo e ocupação de domicílios e média de hab/domicílio.

Fonte: Estudo da Realidade de Campinas e suas contradições: alguns elementos para subsidiar o PMAS 2018-2021.

Diversas medidas devem ser tomadas com o intuito de reduzir desigualdades, entre elas: incentivo a geração de trabalho e renda, inclusão produtiva, desenvolvimento de programas de economia solidária e empreendedorismo, além do investimento em educação para a qualificação da população. Emergencialmente deve-se garantir a distribuição de renda através de programas

sociais, oferecendo novas perspectivas de vida e segurança alimentar e nutricional. São programas que reduzem a distância econômica entre a população, gera renda, apoiam o comércio local e melhoram a qualidade de vida.

Referências Bibliográficas

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE Cidades, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/panorama> acesso em 04 out. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2020. Dados Gerais do Município, Portal Prefeitura de Campinas. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/dados-do-municipio/cidade/> acesso em 04 out. 2020.

Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/350950> acesso em 04 out. 2020.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Repositório IPEA, página 16, volume 1, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3249/1/Desigualdade%20de%20renda%20no%20Brasil%20-%20v.%201.pdf> acesso em 04 out. 2020.

Capítulo 3

Abastecimento e Comercialização

A cidade de Campinas no ano de 2020 foi classificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE como uma das 15 metrópoles Brasileiras e considerada desta forma, como um dos principais centros urbanos do país. Então, Campinas passa a ser a primeira cidade considerada Metrópole sem ser capital como é o caso das 14 outras metrópoles deste país.

O abastecimento e a comercialização de alimentos em grandes cidades, como é o caso da cidade de Campinas, requer a necessidade de uma eficiente e diversa rede de abastecimento e comercialização de alimentos.

O município não subsidia o preço dos alimentos em um ou mais mercados públicos ou populares. Todavia, a rede pública possui protagonismo e, em muitos casos, representa o principal canal para o abastecimento e conseqüentemente a comercialização de alimentos.

3.1 Centrais de Abastecimento (CEASA)

As centrais de abastecimento são responsáveis por um dos principais canais de comercialização que, se de um lado conectam toda a cadeia de produção de alimentos do outro, os agentes que são responsáveis pela comercialização como por exemplo as grandes cadeias do varejo e os pequenos e médios comerciantes e os consumidores finais.

A implantação do sistema público de abastecimento no Brasil tem origem no Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC), entre 1972 e 1988. A então empresa estatal Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) foi responsável pela atuação como órgão gestor das ações voltadas para a organização e a expansão do setor de hortigranjeiros (CUNHA; BELIK, 2012).

Em articulação com os estados e municípios foram implantados, no âmbito do Sinac, 21 empresas denominadas de centrais de abastecimento, incluindo 34 mercados atacadistas urbanos, 32 mercados atacadistas rurais (mercados do produtor) e inúmeros mercados varejistas, entre esses, 26 hortomercados, 8 módulos de abastecimento, 4 feiras cobertas, 6 centros de abastecimento e mais de uma centena de sacolões e varejões (ABRACEN, 2011).

Desta forma, a estrutura atacadista implantada no Brasil foi concebida como uma rede formal, estruturada em protocolos técnicos e de informação para o abastecimento urbano e para a comercialização da produção hortigranjeira nacional. Os agentes desta rede cumpriam originalmente distintas funções no abastecimento urbano, dadas por sua hierarquia (ou porte) e pelo papel de reunião e expedição da produção local e regional (CUNHA; BELIK, 2012).

A importância das centrais de abastecimento se refere ao seu papel como centralizador e distribuidor da produção hortigranjeira possuindo protagonismo entre as relações de fornecimento entre a base produtora, local e regional, e a central de abastecimento (CUNHA; BELIK, 2012; BELIK; CUNHA, 2015). Sobre os CEASAs, pode-se dizer que:

A comercialização de hortifrutigranjeiros, tradicionalmente realizada por produtores, atacadistas e varejistas, passa por adequações e ajustes, ora pela conexão direta dos grandes varejistas com os produtores, ora pela revalorização do atacadista. A maioria dos atacadistas de hortifrutigranjeiros está localizada nas Centrais de Abastecimento (CEASAs) as quais possuem a capacidade de

concentrar boa parte do mercado, eliminar os concorrentes e prestar serviços especializados (OLIVEIRA; ROCHA, 2005).

Segundo a CONAB (2009), as CEASAs são definidas como espaços econômicos e sociais diversificados que aproximam vendedores e compradores, produtores e comerciantes, consumidores e prestadores de serviço, agentes públicos e informais em uma intensa relação comercial e social realizada em curto espaço de tempo.

As CEASAs formam uma rede descentralizada, com 62 unidades comerciais tornando-se não somente o principal responsável pelo abastecimento alimentar da população urbana brasileira, mas também o responsável pela formação de preços, pela escala comercial e de padrões de comercialização (CONAB, 2009).

Outro fator diferencial é que as CEASAs são agentes operacionais importantes nos sistemas de agricultura de governos locais, nucleando, ainda que de forma assistemática, iniciativas pertinentes às políticas agrícolas estaduais, bem como políticas de segurança alimentar.

Uma vantagem não explorada neste sentido reside no fato de que as principais centrais coletam sistematicamente dados estatísticos sobre a quantidade comercializada e a origem dos produtos, o que permite identificar os municípios e microrregiões ofertantes, categorizando sua relevância em quantidade de oferta, a diversificação ou especialização de sua pauta comercial e a sazonalidade dessa oferta (CUNHA, 2015). A rede pública de Campinas conta com importante equipamento para o abastecimento e a comercialização de alimentos representada pela Central de Abastecimento de Campinas – Ceasa Campinas responsável pelo fornecimento de uma diversidade de alimentos.

A Central Atacadista de Campinas está entre os 10 mercados atacadistas com maiores volumes comercializados e recursos financeiros movimento no Brasil no ano de 2018, vale ressaltar que, os dados de 2019 até o fechamento deste relatório não estavam consolidados (CONAB, 2019). Segundo informações da própria Ceasa Campinas, o Mercado de Hortigranjeiros da Ceasa Campinas está instalado em uma área de 300 mil m² e a sua infraestrutura conta com lojas de insumos e embalagens, plataformas de carga e descarga cobertas, galpões de beneficiamento, câmaras frias, acesso gratuito à internet, amplo estacionamento e depósitos (CEASA CAMPINAS, 2020). Estão presentes na Ceasa Campinas mais de 580 permissionários (comerciantes atacadistas) em cerca de 940 lojas (boxes e pedras) que se destacam por garantir um mix completo do setor de hortaliças e frutas das comuns às mais exóticas, além de ovos, grãos, alimentos secos e cereais, além de uma série de produtos diferenciados como por exemplo, conservas, grande variedade de cogumelos, temperos e pimentas variadas, artigos japoneses, hortaliças processadas, alimentos exóticos, congelados, entre outros (CEASA CAMPINAS, 2020).

A Ceasa Campinas recebe uma média de 20 mil clientes vindos de todas as regiões do País. É responsável pelo abastecimento de mais de 500 municípios e recebe produtos de 700 localidades, inclusive do exterior, em especial dos Estados Unidos, países da América Latina e da Europa, da Nova Zelândia e da China (CEASA CAMPINAS, 2020).

O volume físico de movimentação do mercado de hortifrutigranjeiros na Ceasa Campinas no triênio 2016-2018 foi de 1.790 milhões de toneladas, posicionando-a como a oitava central atacadista, entre as 62 Centrais de Abastecimento do país (Figura 2). Nas três primeiras posições do ranking estão a CEASGESP, CEASA Rio e CEASA Grande BH, respectivamente (CONAB, 2020).

Com relação ao volume financeiro dos produtos comercializados no triênio 2016-2018, a Ceasa Campinas movimentou aproximadamente 1,8 bilhões de reais, posicionando-a com a oitava em movimentação entre as 62 Centrais de Abastecimento do país (Figura 9) (CONAB, 2020).

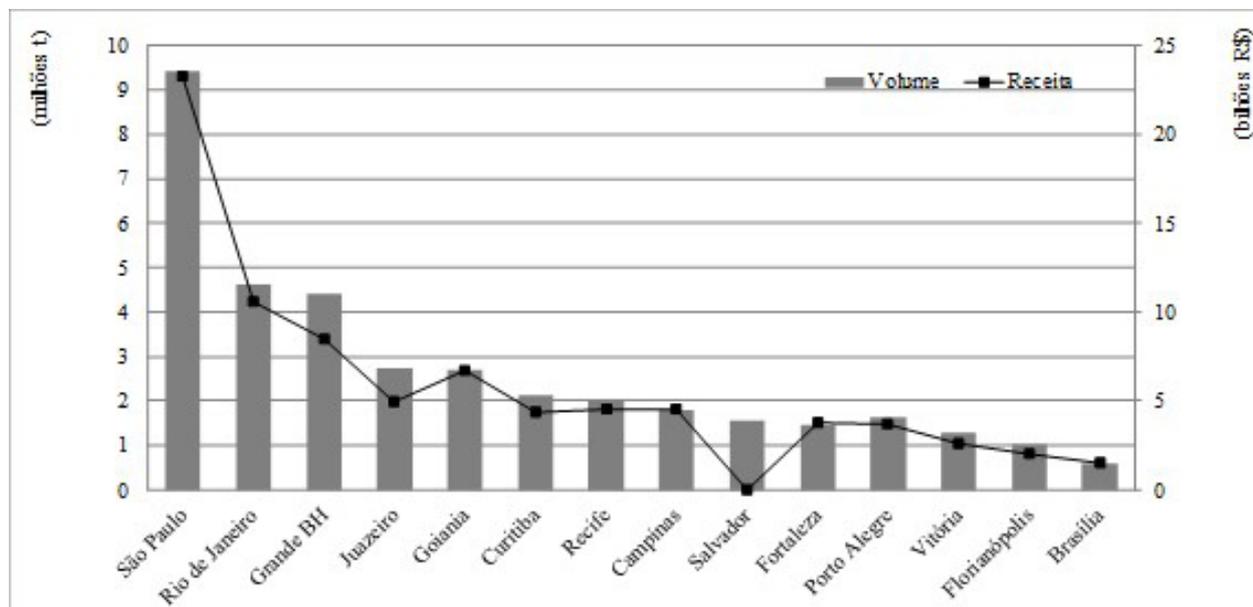


Figura 9. Volume e Receita de Hortigranjeiros Comercializado na Ceasa Campinas no triênio 2016-2018.

Fonte: CONAB, 2019.

A receita de produtos importados na Ceasa Campinas em 2018 foi de R\$ 1,3 milhões de reais. Os países com as maiores participações são Argentina, Chile e Espanha, contribuindo com a oferta de pera, cebola, maçã, alho, ameixa, pêssego e uva, entre outros (CONAB, 2020).

A Ceasa Campinas administra ainda 3 espaços públicos dedicado ao varejo. Esses espaços de varejos são áreas comerciais, localizadas fora do prédio da Ceasa e próximas aos terminais de ônibus do Ouro Verde, do Miguel Vicente Cury e de Barão Geraldo. A seguir apresenta-se os três varejos.

3.2 Hortoshopping Ouro Verde

Situado à Rua Amando Frederico Renganeschi, nº 61, no Bairro Jardim Cristina, ao lado do terminal Ouro Verde, este é o maior espaço público entre os três administrados pela Ceasa Campinas.

O Hortoshopping Ouro Verde, tem 7 mil m² e 31 lojas e serviços como bancos e postos de atendimento ao cidadão. No local passam mais de 65 mil pessoas por mês. O varejão instalado no Hortoshopping - de uma grande rede com 25 lojas - tem o terceiro maior volume de vendas da rede. O horário de funcionamento é de segunda a sábado das 8h às 19h e domingos e feriados das 8h às 12h.

3.3 Complexo Miguel Vicente Cury

O complexo Miguel Vicente Cury é um varejão que comercializa Frutas, Legumes, Verduras e Pescados localizado à Rua Cônego Cipião, s/n e ao lado do Terminal Central. O horário de funcionamento é de segunda a sexta das 8h às 19h, e aos sábados das 8h às 14h.

3.4 Terminal Barão Geraldo

Situado à Rua Alzira de Aguiar Aranha no bairro Jardim Santa Genebra próximo ao Terminal de Barão Geraldo tem horário de funcionamento de segunda a sábado das 7h às 19h e domingos e feriados das 7h às 12h.

3.5 Feiras Livres

Outro importante espaço público de abastecimento e comercialização de alimentos são as feiras livres. São de competência e administração da Serviços Técnicos Gerais (SETEC), uma autarquia da prefeitura Municipal de Campinas que tem por responsabilidade: concessão de licenças e fiscalização de bancas de revistas, de frutas e de flores, cadastramento de comerciantes autônomos, inclusive feirantes, trabalhadores da economia informal e trailers, organização de feiras livres, instalação de placas de ruas, administração do mercado municipal, administração dos cemitérios municipais e seus velórios: Cemitério da Saudade, Cemitério de Sousas e Cemitério Parque Nossa Senhora da Conceição, administração e fiscalização do comércio em solo público, por exemplo, carrinho de cachorro-quente, pipocas e doces; trailers para venda de lanches; quiosque para venda de pastéis, hortifrutigranjeiros e flores; instalação de caçambas coletoras de entulho; construção de guaritas, autorizar e fiscalizar a fixação de publicidade em solo público, autorizar e fiscalizar o exercício de qualquer atividade em instalação removível, desde que não prejudique o livre trânsito de veículos ou de pedestres, não afete os interesses do comércio estabelecido, não colida com disposições especiais e com as condições de estética.

As feiras livres são responsáveis pela dinâmica da produção de alimentos e mercadorias, muitas vezes realizadas por pequenos produtores e/ou pequenos agentes da cadeia produtiva de alimentos in natura ou minimamente processados. Nestes espaços públicos os próprios produtores ou seus familiares comercializam a produção que, em muitas vezes, são realizadas em espaços ou localidades próximos ao local de comercialização.

Segundo a SETEC, as feiras livres estão divididas por macrorregião e apresentadas neste documento. É possível também observar a localização das feiras por meio do georreferenciamento (Figura 10) (Feiras livres em Campinas, 2020), e a descrição dos produtos permitidos de serem comercializados conforme apresentado no apêndice 1.

Figura 10 - Feiras Livres do município de Campinas, apresentadas por georreferenciamento.

Fonte: Feiras Livres em Campinas - Google Maps. Disponível em <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1O4QZzcLtj3lbxPkX9PAyYBKGyXcdldLz&ll=-22.888116889746872%2C-47.03588278778541&z=12>, Acesso em 04/10/2020.

Na cidade de Campinas, além das feiras livres em período matutino e/ou vespertino existem as feiras livres noturnas, iniciativa que garantiu maior fluxo de pessoas nas feiras devido ao contrarturno ao horário de trabalho dos usuários, inclusão de atividades recreativas e de comida preparada. No ano de 2018 iniciou-se a implantação das feiras noturnas e no ano de 2020 são ao todo 32 feiras. Foi inaugurada em 2020 a primeira feira noturna aos sábados, no Jardim São Marcos.

A Ceasa Campinas por sua vez possui desde julho de 2018, uma feira de produtos orgânicos, que acontece em todos os sábados, no píer do Mercado de Flores, próximo ao Varejão da Ceasa, das 08h às 13h.

A iniciativa é uma parceria inédita entre a central de abastecimento e a ANC (Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região), atendendo a uma demanda cada vez maior da população por produtos orgânicos, preenchendo uma lacuna na variedade de ofertas do entreposto.

Com a denominação de Ceasa Orgânico reúne cerca de 10 produtores e comerciantes, todos associados da ANC, localizados nas cidades de Americana, Limeira, Corumbataí, Itatiba, Espírito Santo do Pinhal, Amparo, Jaguariúna e Mogi Guaçu. Neste espaço há a comercialização de legumes, frutas e hortaliças, além de ovos, laticínios, arroz, feijões, tubérculos, geleias, pães e bolos, todos com certificação orgânica (CIDADE ON)

Ocorre também, nas dependências da Ceasa Campinas o Varejão da Ceasa Campinas. O varejão tem funcionamento todos os sábados das 8h às 13h, no píer do Mercado de Flores.

O Varejão da Ceasa foi inaugurado em junho de 2013 e, desde então, se tornou uma referência de compras de varejo para os consumidores e frequentadores do entreposto aos sábados.

No Varejão, os consumidores contam com 18 barracas de permissionários da central, com uma grande variedade de produtos são ofertadas mais de 200 variedades de cerca de 300 gêneros alimentícios entre frutas, verduras e legumes, peixes frescos, temperos, pimentas, compotas de frutas, cogumelos, grãos, água de coco e doces artesanais.

A cidade de Campinas possui também dois importantes equipamentos de abastecimento e de comercialização de alimentos, os Mercados Municipais. São dois os mercados municipais e que estão apresentados a seguir:

3.6 Mercado Campineiro

Localizado à Rua Barão de Jaguara, nº 988 no centro de Campinas e com funcionamento de segunda a sexta feira de 08:00h às 18:30h, sábados das 08:00h às 16:00h e domingos das 8:00h às 12:00h.

O Mercado Campineiro possui mais de 40 estabelecimentos, de comercialização de alimentos tais como, mercearias, lanchonetes, tabacarias, docerias, quitandas, açougues entre outros.

3.7 Mercado Municipal

Um dos mais antigos centros de compras o Mercado Municipal foi inaugurado em 1908 ocupando um prédio projetado pelo arquiteto Ramos de Azevedo e tombado em 1983 pelo CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico do Estado de São Paulo e em 1995 pelo CONDEPACC – Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas, é hoje administrado pela SETEC.

O Mercado Municipal possui 143 boxes, sendo 98 no prédio central e 45 bancas, chamadas de bancas externas e está localizado no centro de Campinas, entre as ruas Benjamim Constant, Ernesto Kullman, Barreto Leme e Álvares Machado, o Mercado.

O horário de funcionamento é de segunda a sábado, das 7h às 18:30h, e facultativamente aos domingos, das 7h às 12h e, assim como o Mercado Campineiro, os estabelecimentos de comercialização de alimentos são os mais diversos como por exemplo, mercearias, lanchonetes, tabacarias, docerias, quitandas, açougues entre outros.

3.8 Considerações Finais

É inegável a importância e a relevância dos equipamentos públicos de abastecimento e comercialização para a diversidade de oferta de frutas, legumes, verduras, carnes, pescados e demais produtos.

Essa diversidade de produtos deve estar disponível em quantidades e a preços que permitam o consumo amplo e irrestrito por toda a população e, que dessa forma, contribua para a saúde e a qualidade de vida da população do Município de Campinas.

Vale ressaltar a importância e a necessidade de incentivar e as feiras livres em todas as macrorregiões. Há um desequilíbrio da presença de feiras livres em regiões com maior vulnerabilidade social, como por exemplo, na Macrorregião Noroeste e na Macrorregião Sudoeste.

Embora no triênio tenha ocorrido um aumento de feiras orgânicas ou agroecológicas (de 0 ocorrências em 2017 para 21 ocorrências em 2019) e feiras noturnas (de 0 ocorrências em 2017 para 18 ocorrências em 2019) é necessário que esses espaços de consumo e comercialização de alimentos sejam estimulados e ampliados.

Desta forma entende-se que a ampliação da rede pública de abastecimento e de comercialização de alimentos em sua toda a sua diversidade associado a diferentes fatores e contribuem efetivamente para a Segurança Alimentar e Nutricional da população do Município de Campinas – SP.

Referências Bibliográficas

ABRACEN. **Manual Operacional das Ceasas do Brasil: - Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento – ABRACEN**. Belo Horizonte AD2 Editora, 2011. Disponível em: <<http://abracen.org.br/wp-content/uploads/2014/05/manual.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2020.

BELIK, W.; CUNHA, A. R. A. de A. Abastecimento no Brasil: o desafio de alimentar as cidades e promover o. In: CATIA GRISA; SERGIO SCHNEIDER (ORG.) (Ed.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. 1ed. ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2015. p. 1–18.

CEASA CAMPINAS. **Mercado de Hortifrútiis | CEASA Campinas**. Disponível em: <<http://www.ceasacampinas.com.br/mercado-hortifrutis>> Acesso em: 16 ago. 2020.

CIDADE ON. Feira Orgânica na Ceasa Campinas | Agenda Cidade Campinas. Disponível em: <<https://campinas.agendacidade.com/cultura/feira-organica-na-ceasa-campinas/>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

CONAB. **Diagnóstico dos mercados atacadistas de hortigranjeiros**. [s.l: s.n.].

CONAB. **Centrais de Abastecimento: Comercialização Total de Frutas e Hortaliças**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/hortigranjeiros-prohort/publicacoes-do-setor-hortigranjeiro>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CONAB. **CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO**. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/hortigranjeiros-prohort>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CUNHA, A. R. A. A. Dimensionando o passeio das mercadorias Uma análise através dos dados do Prohort. **Revista de Política Agrícola**, v. 24, n. 4, p. 55–63, 2015. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1055/980>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

CUNHA, A. R. A. de A.; BELIK, W. Entre o declínio e a reinvenção: Atualidade das funções do sistema público atacadista de alimentos no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 3, p. 435–454, 2012.

FUNDAÇÃO SEADE. **População 2020 – Seade Painei**. Disponível em: <<https://painel.seade.gov.br/populacao-2020/>>. Acesso em: 20 ago. 2020a.

FUNDAÇÃO SEADE. **Perfil dos Municípios Paulistas | Fundação Seade**. Disponível em: <<https://perfil.seade.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2020b.

OLIVEIRA, A. L. R. de; ROCHA, P. O papel da logística na cadeia de produção dos hortifrutis. **Instituto de Economia Agrícola (IEA)**, 2005. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2160>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

PREFEITURA DE CAMPINAS. **Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Governo | Prefeitura Municipal de Campinas**. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/dados-do-municipio/rmc/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

PREFEITURA DE CAMPINAS - PMC. **Conheça Campinas | Prefeitura Municipal de Campinas**. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/sobre-campinas/campinas.php>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

Capítulo 4

Programas de acesso ao alimento e combate ao desperdício

A garantia de acesso imediato aos alimentos para populações em vulnerabilidade social é uma das diretrizes da política de Segurança Alimentar e Nutricional uma vez que a fome é uma carência física e que afeta diretamente a capacidade de sobrevivência de um indivíduo. Compõe tal diretriz da política de SAN a busca por medidas que proporcionem a autonomia econômica da população, garantindo que ela possa ter sua capacidade de subsistência efetivada de forma digna e estruturante.

A vulnerabilidade social impacta diretamente na realização do Direito Humano a Alimentação Adequada; uma vez que famílias sem acesso à renda, ou outras formas de subsistência suficiente para as despesas básicas, são impossibilitadas de adquirir alimentos para a composição de uma dieta de qualidade e quantidade suficiente.

Diferentes fatores levam uma população a estar em vulnerabilidade social, quais sejam raça, renda, gênero, escolaridade, moradia e outros. Esses determinantes levam a insegurança alimentar no domicílio, conseqüentemente afetam o indivíduo nos aspectos nutricionais e também psicológicos, percebidos em longos períodos de estresse em virtude da expectativa da não garantia de uma alimentação adequada continuamente. São fatores monitorados por diversas frentes metodológicas de avaliação e exigem que sejam incorporadas as avaliações Segurança Alimentar e Nutricional.

O Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional em pesquisa não publicada buscou conhecer as condições de vida e o grau de Insegurança Alimentar e Nutricional das famílias beneficiárias do Nutrir Campinas, selecionou 100 beneficiários as quais 43 responderam três modelos de questionários: condições de vida e consumo alimentar, além de participar da entrevista da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar EBIA (Segall-Corrêa, 2014). Para o questionário de condições de vida e consumo foram utilizadas perguntas oriundas da POF, Pesquisa de Orçamentos Familiar POF 2017-2018. A seguir algumas informações encontradas

De acordo com os dados apresentados a Figura 12, percebe-se que 30,2% da população possui muita dificuldade ou dificuldade de finalizar o mês com a renda que possui, enquanto 39,5% encontra muita dificuldade.

43 respostas

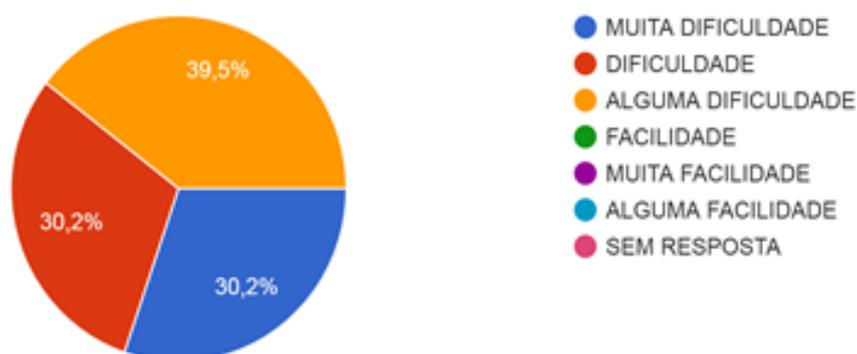


Figura 12. Questões relacionadas a renda familiar, retiradas da pesquisa (não publicada) quanto as condições de vida das famílias beneficiárias do Nutrir-Campinas.

A Figura 13 indica a preocupação quanto a quantidade de alimentos, indicando que 32,6% da população entrevistada considera que normalmente não é suficiente a quantidade de alimentos consumidos pela família até o final do mês. Enquanto para 18,6% é sempre insuficiente (Figura 14).

43 respostas

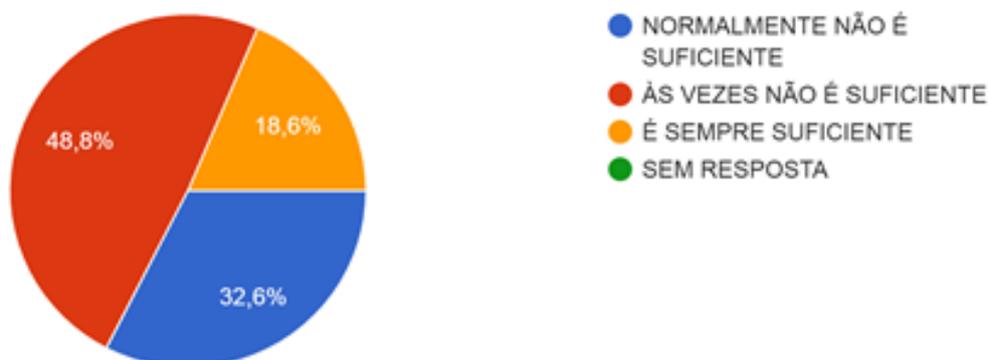


Figura 13. Questões relacionadas a disponibilidade de alimentos consumido, retiradas da pesquisa (não publicada) quanto as condições de vida das famílias beneficiárias do Nutrir-Campinas.

Fonte: Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional-SMASDH.

43 respostas

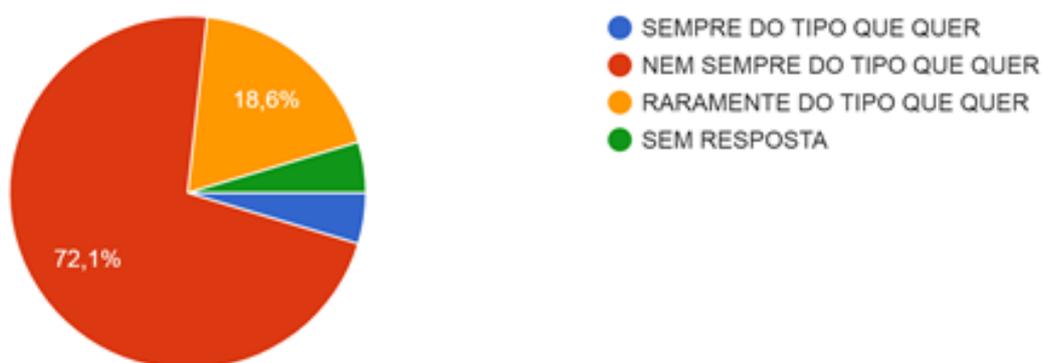


Figura 14. Questões relacionadas ao tipo de alimento consumido a partir da disponibilidade, retiradas da pesquisa (não publicada) quanto as condições de vida das famílias beneficiárias do Nutrir-Campinas.

Fonte: Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional-SMASDH.

É possível verificar dessa maneira, que a dimensão renda impacta na garantia permanente de alimentos nos domicílios e na escolha dos mesmos. Reduzindo a autonomia e impactando na escolha pela compra de alimentos mais baratos, os quais nem sempre suprem a necessidade nutricional de um indivíduo.

Em vistas a combater esse quadro Campinas opera programas municipais, estaduais e federais com o objetivo de reduzir tais desigualdades a partir da suplementação de famílias em vulnerabilidade social e nutricional com alimentos ou repasse de recursos para a aquisição deles.

Nesta sessão, serão descritas iniciativas governamentais e da sociedade civil para a garantia de alimentação a famílias, no entanto existem muitas mobilizações da sociedade civil que são desconhecidas pelo poder público, pois estão em níveis locais e se caracterizam pela arrecadação e doação de alimentos para a composição de cestas básicas.

São ações, em geral, realizadas por iniciativas religiosas de diferentes crenças, associações comunitária e de bairros; é uma prática recorrente, tem seu auge na década de 1980 e os debates a respeito da Constituição Federal.

“A sociedade brasileira vem sendo mobilizada para participar da luta contra a fome desde as décadas de 30 e 40 e vem correspondendo às convocações dos mais variados governos com muita solidariedade” (BEURLEN, 2009).

De outra forma também revela um aspecto que precisa ser observado com vistas a sedimentação da segurança alimentar como direito, no que se refere a utilização das doações como forma de construção de uma relação de poder desigual entre os atores sociais. Caracterizada entre os que doam e o que recebem, ocasionando em favores políticos, religiosos e outros, transformando a solidariedade e a garantia do DHAA em uma ação que extrapola a garantia de direitos civis e sociais.

“Jurgen Habermans reconhece os direitos humanos como direitos e os identifica com as normas morais apenas na pretensão da universalidade, a qual a eles não confere, pois entende que para valerem como direitos subjetivos e, conseqüentemente, serem oponíveis a alguém, precisam estar inseridos em uma estrutura jurídica positiva” (BEURLEN, 2009).

Para tanto são necessários os processos de jurisdição, transformando a garantia do direito em aspectos subjetivos e passíveis de questionamento social. No mesmo sentido os processos de burocratização das políticas, inclusive quando são ações da sociedade civil, realização das atividades com o máximo de transparência, participação social, e o exercício frequente da articulação dessas ações em parceria com o poder público, percebendo nos equipamentos de Assistência Social, Educação e Saúde e outros como locais apoiadores e organizadores para essa ação conjunta.

Além dos aspectos políticos em que a distribuição de alimentos está inserida é preciso observar a qualidade dos alimentos que serão doados, entre elas: as condições sanitárias, validade e características físicas, condições de armazenamento e entrega dos mesmos. Partindo da perspectiva que as doações devem ser pautadas por alimentos bons, que possibilitem suprir as necessidades nutricionais, sociais e culturais da população. Para tal o DSAN-SMASDH junto ao Banco de Alimentos de Campinas elaborou uma cartilha orientando os doadores sobre Como Fazer uma Doação.

Para melhor divisão e entendimento das ações, esta sessão apresentará os programas e projetos alimentares de caráter emergencial e programas de combate ao desperdício de alimentos.

4.1 Programas e Projetos Alimentares em Caráter Suplementar ou Emergencial

4.1.1 Programa Nutrir Campinas

O Programa Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional “NUTRIRCAMPINAS”, instituído pela Lei Municipal nº 15.017 de 26 de maio de 2015 e regulamentado pelo Decreto nº 18.973 de 11

de janeiro de 2016, foi criado para substituir o Programa Prato Cheio de Campinas – PPCC, que entregava cesta básica.

É importante ressaltar que a regulamentação e burocratização do programa nutrir é um avanço na efetivação da política de Segurança Alimentar e Nutricional garantindo a entrada de famílias através de ferramentas de cadastro nacionais como o Cadastro Único

É um benefício temporário da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, coordenado e operacionalizado pelo setor de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Campinas – SP.

É um vale alimentação em forma de cartão magnético com benefício correspondente a 26 (vinte e seis) UFIC's, a ser creditado mensalmente, para aquisição exclusiva de gêneros alimentícios de primeira necessidade em estabelecimentos comerciais credenciados, às famílias e/ou indivíduos que estejam em situação de vulnerabilidade nutricional, de acordo com a necessidade da família.

Para ter direito ao programa dever ser:

- Residente no município de Campinas;
- Estar cadastrados no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal);
- Estar em situação de extrema pobreza ou pobreza;
- Possuir no seio familiar: crianças ou adolescentes com até 15 (quinze) anos, idosos acima de 60 (sessenta) anos e/ou pessoa com deficiência, impossibilitada para o exercício de atividade profissional.

Ocorrendo demanda superior ao limite orçamentário, a concessão do benefício do programa NUTRIRCAMPINAS obedece à seguinte ordem:

1º lugar: Famílias que estejam em extrema pobreza e tenham crianças com idade inferior a 4 (quatro) anos e/ou idosos acima de 60 (sessenta) anos e/ou pessoas com deficiência, impossibilitadas para o exercício de atividade profissional.

2º lugar: famílias que estejam em extrema pobreza e tenham em sua composição crianças de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos;

3º lugar: famílias que estejam em situação de pobreza e tenham em sua composição crianças com idade entre 0 (zero) e 4 (quatro) anos, deficientes e/ou idosos;

4º lugar: famílias que estejam em situação de pobreza e tenham em sua composição crianças de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos.

O benefício pode ser concedido de 01 (um) a 24 (vinte e quatro) meses, considerando-se o grau de vulnerabilidade nutricional e insegurança alimentar ao qual esteja submetida à família e/ou indivíduo.

O benefício atendeu a média por ano de 4561 famílias em 2016 e 5216 famílias em 2018 (Tabela 3) fator relacionado ao aumento do valor total de recurso disponibilizado ao programa.

Tabela 3. Número de famílias beneficiárias do programa Nutrir Campinas, entre os anos de 2016 e 2018. Fonte: Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional-SMASDH.

Ano	2016	2017	2018
Famílias beneficiárias Média mensal anual	4561	5187	5216
Orçamento Total anual		R\$4.323.742,54	R\$5.032.856,60

4.1.2 Nutrir Emergencial

Além do benefício temporário, o Programa NutrirCampinas, prevê em sua regulamentação o benefício emergencial que pode ser concedido por até 03 (três) meses, prorrogáveis por igual período para família e/ou indivíduo em situação de desastre ou vulnerabilidade temporária, após avaliação e solicitação do atendimento socioassistencial.

As regras e a distribuição deste benefício emergencial são realizadas pelo Departamento de Operações de Assistência Social, e ainda necessita de ordenamento. Cabe ao Departamento de Segurança Alimentar a aquisição, distribuição e o controle da prestação de contas do contrato do cartão.

O município disponibilizou 1110 benefícios em 2016, teve um aumento em 2017 para 1802 e em 2018 uma queda para 1401 benefícios (Tabela 4). A oscilação de valores do Nutrir Emergencial está relacionada a demanda de utilização pela Defesa Civil do Município.

Tabela 4. Número de famílias beneficiárias do programa Nutrir Campinas Emergencial, entre os anos de 2016 e 2018. Fonte: Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional-SMASDH.

Ano	2016	2017	2018
Famílias beneficiárias	1110	1802	1401
Orçamento média anual	s/i	R\$390.688,50	R\$349.829,03

4.1.3 Projeto Viva-Leite

O VIVA-LEITE é um projeto social de distribuição gratuita de leite fluído, pasteurizado, com teor de gordura mínimo de 3%, enriquecido com ferro (aminoácido quelato) e Vitaminas A e D com recursos do Governo do Estado de São Paulo. Os beneficiados são crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses de idade pertencentes a famílias com renda mensal per capita de até $\frac{1}{4}$ do Salário-Mínimo. A Figura 15 demonstra como é a operacionalização do Projeto no que compete as competências e fluxo operacional entre Governo do Estado e Município, e as entidades que realizam a distribuição do leite.

No município o projeto tem aproximadamente 56 pontos de distribuição, com uma cota oscilante em relação ao número de crianças inscritas a qual depende da quantidade de pontos e a capacidade de cada ponto em escoar o leite. Entre 2016 e 2018 houve uma queda no número de crianças. (Tabela 5).

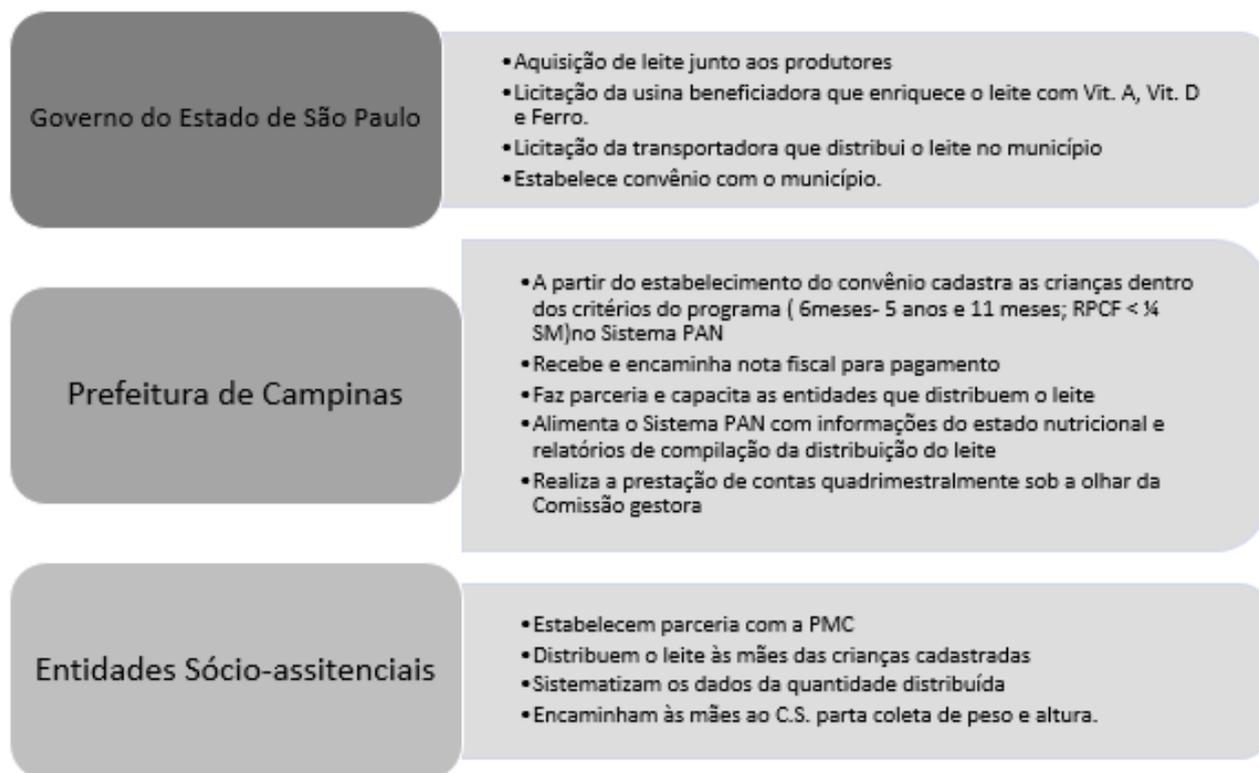


Figura 15. Atribuições dos diferentes agentes públicos referentes ao Projeto Viva-leite.

Tabela 5. Número de famílias beneficiárias do programa Viva-leite, entre os anos de 2016 e 2018. Fonte: Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional-SMASDH.

Ano	2016	2017	2018
Crianças Beneficiárias média mensal anual	40.314	39.469	36.135
Pontos de distribuição	56	57	56
Litros de leite distribuídos	604.712	592.041	542.026
Orçamento média anual	R\$82.139,00	R\$80.432,00	R\$90.286,00

4.1.4 Programa Estadual Bom Prato

O decreto nº 45.547, de 26/12/2000 institui o Restaurante Popular dentro do Programa Estadual de Alimentação e Nutrição para populações em vulnerabilidade social, com objetivo de oferecer à população de baixa renda, refeições saudáveis e de alta qualidade a custo acessível. Atualmente há 51 unidades no Estado, sendo 22 localizadas na Capital, oito na Grande São Paulo, seis no litoral e 15 no interior. A rede de restaurantes Bom Prato serve diariamente mais de 84 mil refeições.

O Bom Prato tem como público direto a população de baixa renda, idosos, pessoas portadoras de necessidades especiais, crianças e pessoal em vulnerabilidade social e alimentar, e um público indireto da população que trabalha no entorno, estudantes, transeuntes e itinerantes. Atualmente, o Bom Prato Campinas abrange toda região metropolitana de Campinas (Hortolândia, Sumaré, Monte Mor, Valinhos, Vinhedo, Jaguariúna, Americana, etc.) Como característica da Unidade Bom Prato Campinas, o público em sua maioria, quase 60%, consiste em pessoas da terceira idade, acima de 60 anos.

Desde abril do ano de 2012, o Centro de Orientação Familiar (COF) assumiu a gestão do Projeto Bom Prato Campinas e nesse período, procura sempre a melhoria dos serviços, e qualidade da alimentação, com atendimento humanizado, com rapidez, sem deixar de levar em consideração o bom acolhimento, respeito e educação.

A experiência profissional do COF na área da assistência social desde 1968, possibilita o acesso e a facilidade de encaminhamentos para os serviços da rede socioassistencial aos usuários em vulnerabilidade social que procuram para tal atendimento. O objetivo do COF é realizar o atendimento de todos os usuários do Projeto através de um atendimento rápido, acolhimento cordial, um ambiente agradável e um alimento de qualidade, priorizando sempre a população para qual o projeto foi criado, idosos, crianças, pessoas portadoras de necessidades especiais e pessoas em situação de vulnerabilidade social, e estendendo aos demais usuários, sem discriminações.

Para isso a equipe é treinada constantemente, levando sempre com muita seriedade os relatos da equipe de nutrição da Secretaria do Desenvolvimento Social do Governo do Estado efetuados mensalmente.

Busca-se sempre o aprimoramento do atendimento através de diferenciais, tais como: incentivo à cultura através da distribuição gratuita de livros e revistas, festas culturais de outros países, comemorações de datas festivas (Natal, ano novo, dia das mães, dos pais, das crianças, da mulher, aniversário da unidade, festa junina, etc.) conscientização das campanhas (outubro rosa, novembro azul, etc.) incentivo à saúde, através da realização de exames gratuitos (exemplo: Hepatite C) com encaminhamento para tratamento gratuito, dentre outros.

Festas temáticas junto a uma parceria com a Prefeitura Municipal, proporcionando aos usuários acesso às festas culturais de vários países (Japão, China, Estados Unidos, Portugal, Espanha, França, Itália etc.), levando ao conhecimento dos usuários um pouco da cultura desses lugares, com um cardápio diferenciado, música, decoração, objetos e até dança típica.

O programa Bom Prato Campinas atua em parceria com o Banco de Alimentos da Prefeitura Municipal de Campinas, e o Instituto Solidariedade para Programas de Alimentação (ISA) onde recebe doações de hortifrutí e produtos de qualidade que ajudam a fornecer uma refeição diferenciada, de melhor qualidade. Atendendo conforme Tabela 6 nos anos de 2016 a 2018 62.221, 59.4549 e 59.5321 beneficiários respectivamente.

Tabela 6. Número de atendimentos realizados pelo Programa Bom Prato, entre os anos de 2016 e 2018. Fonte: Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional-SMASDH.

Ano	2016	2017	2018
Beneficiários atendidos	602221	594549	595321

4.1.5 Programa de Alimentação Escolar

O Programa de Alimentação Escolar é o principal programa de garantia de acesso aos alimentos para os estudantes da rede pública, de abrangência nacional, e execução tripartite. Informações mais detalhadas sobre a alimentação escolar, encontram-se em uma sessão a parte (veja capítulo 7).

4.2 Programas de Combate ao Desperdício de Alimentos

4.2.1 Banco de Alimentos de Campinas

O Banco de Alimentos de Campinas, é um equipamento de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Campinas, criado através lei municipal nº 11.420/02, alterada pela Lei Municipal 15.912, de 18 de Junho de 2020 fruto de Termo de Cooperação celebrado entre o Município de Campinas, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos – SMASDH e as Centrais de Abastecimento de Campinas – CEASA, tendo como objeto a conjugação de esforços entre os partícipes para a operacionalização do PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS (BAC), para efetuar as seguintes ações:

O Programa BAC é responsável pela ação de captação e disponibilização de alimentos que estejam em adequadas condições higiênico sanitárias para consumo, arrecadados junto aos parceiros para repasse às entidades socioassistenciais atendidas pelo Banco de Alimentos do município de Campinas e cadastradas junto ao Conselho Municipal (Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Conselho Municipal do Idoso – CMI, Conselho Municipal de Saúde – CMS e Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA), bem como para a rede pública de serviços socioassistenciais. O Programa BAC é também responsável pela captação, triagem, e acondicionamento dos alimentos em caso de uma situação de desastre ou estado de emergência no município de Campinas.

Desde 2005, o Banco Municipal de Alimentos de Campinas recebe produtos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O PAA é uma importante ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar. O programa utiliza processos de comercialização que favorecem a compra direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, promovendo a agregação de valor à produção. Esses produtos são destinados às entidades sócio assistenciais do município.

O período pesquisado (Tabela 7) demonstra que a aquisição de alimentos do PAA sofreu alterações significativas referente a quantidade de recursos federais disponibilizados para o programa. Sendo assim o programa em 2017 teve um aumento de 4 vezes seu valor em 2016 e sofreu uma queda em metade da totalidade.

Tabela 7. Quantidade, em Kg, de alimentos do Banco Municipal de Alimentos de Campinas proveniente do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre os anos de 2016 e 2018. Fonte: Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional-SMASDH.

Ano	2016	2017	2018
Alimentos (Kg)	126.632,00	513.909,89	269.872,99

A atividade de combate ao desperdício é realizada em supermercados e grandes redes produtoras de alimentos apresentando (Tabela 8) a arrecadação de mais de 512 mil kg de alimentos em 2016, 320 mil kg em 2017 e 200 mil kg em 2018.

Tabela 8. Quantidade, em Kg, de alimentos arrecadados pelo Programa de Combate ao Desperdício do Banco Municipal de Alimentos de Campinas entre os anos de 2016 e 2018. Fonte: Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional-SMASDH.

Ano	2016	2017	2018
Alimentos (Kg)	512.547	320.979	200.546

Com isso percebe-se uma queda na arrecadação no período de 2016 a 2018, mas que não tem muito impacto em razão da operação do PAA. Na tabela 9 a seguir observamos a quantidade famílias atendidas na totalidade através das instituições parceiras.

Tabela 9. Número de instituições e famílias atendidas pelo programa Banco de Alimentos, entre os anos de 2016 e 2018.

Ano	2016	2017	2018
Instituições	114	120	120
Alimentos (Kg)	639.168,32	834.883,19	470.418,95
Alimentos doados	639.168,32	834.883,19	470.418,95
Famílias Atendidas	385488	398436	371856

4.2.2 Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação (ISA)

O Instituto de Solidariedade Para Programas de Alimentação – ISA surge em 1994, registrado como ONG, com uma estrutura para selecionar, higienizar e armazenar os hortifrúteis considerados impróprios para venda, porém próprios para consumo humano, posteriormente doados in loco as famílias em vulnerabilidade socioeconômica e alimentar.

Atualmente o ISA atua em cinco frentes de trabalho no atendimento de: famílias em vulnerabilidade socioeconômica e alimentar; entidade assistenciais; pacientes com agravos à saúde que necessitam de uma alimentação diferenciada; eventos de mobilização social e geração de renda de pequenos pecuários. Todos os atendimentos são realizados a partir do cadastro social.

Captação e disponibilização de alimentos doados pelos permissionários da Ceasa Campinas, O ISA inicia o seu trabalho com o processo produtivo, o qual realiza uma busca ativa diária, retirando as doações de hortifrutigranjeiros realizadas pelos permissionários por todo o mercado diariamente.

Na tabela 10 é possível identificar no período pesquisado o número de instituições atendidas pelo projeto, que oscilou entre 137 e 104, a média de beneficiários atendidos por essas instituições - em 2017 20.831 e 21.606 em 2018. O número de pontos de distribuições localizados nos bairros e operacionalizados pelo próprio ISA, sendo eles entre 40 e 48 pontos. número de beneficiários e quantidade de alimentos em kg arrecadados. É importante ressaltar a diferença do número de beneficiários em 2016 para os demais anos, identificado devido a incorporação de análise socioeconômica na organização dos cadastros. Alterando significativamente o perfil de beneficiários.

Tabela 10. Número de famílias atendidas pelo Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação, entre os anos de 2016 e 2018. Fonte: Instituto de Solidariedade Para Programas de Alimentação – ISA.

Ano	2016	2017	2018
Instituições Atendidas – média anual	133	137	104
Famílias Beneficiárias via Instituição - média	s/i	20.831	21.606
Pontos de distribuição ISA – média anual	40	45	48
Famílias Atendidas nos Pontos de distribuição ISA	12.500	1.811	1.662
Doenças crônicas	s/i	s/i	66
Quantidade de Kg Recebidos	2.395.763,60	3.196.928,80	3.257.699,00

4.2.3 Programa Mesa Brasil SESC

Dentre as diversas ações que o Sesc desenvolve, está o Programa Mesa Brasil, que desde 1994 atua no estado de SP e desde 2003 em todo o território nacional, contribuindo de forma sistemática para minimizar simultaneamente a insegurança alimentar e nutricional e o desperdício de alimentos.

O Mesa Brasil Sesc SP é uma experiência alicerçada em processos modelares e educativos que integram empresas, organizações sociais e voluntários em um esforço coletivo para evitar que alimentos ainda próprios para o consumo, com ou sem valor comercial, sejam descartados.

Na prática, é realizada a colheita urbana, que busca alimentos onde sobra - supermercados, feiras, sacolões, indústrias, centros de distribuição, mercados municipais, produtores rurais, entre outros - e imediatamente distribui onde falta. As organizações sociais que recebem os produtos são previamente cadastradas de acordo com critérios do Programa e utilizam esses alimentos para complementar as refeições servidas nos locais.

São frutas, legumes, verduras, frios, laticínios, grãos, cereais, enlatados e conservas, além de pães, massas, carnes e derivados que perderam o valor comercial e que ainda estão próprios para o consumo.

A proposta é atender organizações sociais, sejam elas abrigos, centros de atendimento a crianças e adolescentes, casas de apoio, entre outras, que sistematicamente são capacitadas para que realizem a correta manipulação, conservação e aproveitamento integral dos alimentos, o que favorece a difusão e aquisição de práticas e hábitos alimentares promotores de saúde para todos os parceiros do Programa.

As ações educativas são o foco principal do Programa Mesa Brasil, sendo realizadas sistematicamente por meio de cursos, oficinas, workshops e palestras dirigidas às empresas e instituições parceiras, enfatizando conceitos como cidadania, autonomia, sustentabilidade e empreendedorismo social.

Para a ação de colheita urbana o Programa conta com equipes treinadas, que são responsáveis pela seleção (triagem feita diretamente no doador) e pelo correto acondicionamento dos alimentos nos veículos e entrega nas instituições.

Com mais de 25 anos dentro do Sesc São Paulo, a iniciativa une quase 1,2 mil empresas parceiras doadoras e 1,1 mil instituições sociais de 90 cidades do estado. Em 2019, foram distribuídas 5,5 mil toneladas de alimentos a 188,5 mil pessoas que tiveram suas refeições complementadas.

O Mesa Brasil está presente em 19 unidades do Sesc no Estado de São Paulo (Campo Limpo, Carmo, Itaquera, Interlagos, Ipiranga, Santo André, Osasco, Santos, Bauru, Piracicaba, São José dos Campos, São José do Rio Preto, Taubaté, Campinas, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos, Sorocaba e Jundiaí).

Em Campinas, o programa funciona desde 2011 e até 2018 contava com a parceria de 39 empresas doadoras e atendia 50 entidades assistenciais. O Mesa Brasil Sesc Campinas distribuiu em 2018 conforme Tabela 11 310 mil kg de alimentos atendendo semanalmente mais de 10 mil famílias.

Tabela 11. Atendimentos do programa Mesa Brasil SESC, entre os anos de 2016 e 2018. Fonte: Programa Mesa Brasil Sesc.

Ano	2016	2017	2018
Pessoas Atendidas (Frequência Semanal)	10.298	11.343	10.560
Instituições Sociais Atendidas (Frequência Semanal)	55	48	50
Parceiros Doadores (Frequência Diária Ou Semanal)	25	35	39
Alimentos Distribuídos (Kg)	268.721,26	334.979,41	310.630,83

Referências Bibliográficas

Arraes, N.A.M., Carvalho, Y.M.C. de. Agricultura urbana e agricultura familiar: interfaces conceituais e práticas. *Informações Econômicas*, SP, v. 45, n. 6, nov./dez. 2015.

Criscuolo, C. (Ed. téc). Atlas escolar da Região Metropolitana de Campinas, 1. ed., Brasília, DF: Embrapa, 2018, v.2, 208 p.

Prefeitura de Campinas. 2020. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br.php>> Acesso em: 12 ago. 2020.

Casa da Agricultura de Campinas. Informação pessoal. 2019.

Chonchol, J. A soberania alimentar. *Estudos avançados*, vol.19, no.55, São Paulo, Sept./Dec. 2005.

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e do Agronegócio de Campinas (CMDRA). Atas, 2018. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/desenvolvimento-economico/conselho-agro.php>> Acesso em: 06 abr. 2018.

Feiras Livres em Campinas - Google Maps. Disponível em <<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1O4QZzcltj3lhxPkX9PAyYBKGYXcdldLz&ll=-22.888116889746872%2C-47.03588278778541&z=12>>. Acesso em: 04 out. 2020.

Geoambiental-Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2020). Disponível em: <<https://geoambiental.campinas.sp.gov.br/>> Acesso em: 12 ago. 2020.

Hoffmann, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil *Estudos Avançados*, vol.9, no.24, São Paulo, May/Aug. 1995.

IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Disponível em <<https://feirasorganicas.org.br/>> Acesso em: 04 out. 2020.

Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo (IEA). Disponível em: <<http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/out/index.php>>. Acesso em: 10 set. 2019.

Programa de Saneamento Rural Sustentável (PSRS), 2020. Disponível em:

<<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/saneamento-rural-sustentavel.php>> Acesso em: 12 ago. 2020.

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SEPLAN). Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/>. Acesso em: 10 de set. 2019.

World Health Organization (WHO). Fruit and Vegetable Promotion Initiative: a meeting report. WHO; 2003. Disponível em: <http://www.who.int/dietphysicalactivity/publications/f&v_promotion_initiative_report.pdf> Acesso em: 02 mar. 2020

Capítulo 5

Produção rural ou urbana de alimentos e meio ambiente

A história do município de Campinas está relacionada com a procura por terras férteis para o plantio da cana de açúcar e posteriormente ocupadas também pela cultura do café. A região era chamada de “Bairro rural do Mato Grosso” fazendo referência à exuberância de sua vegetação nativa, o que sinaliza a alta fertilidade do seu solo.

Ao se tornar uma metrópole, Campinas perdeu grande parte da representação econômica vinda da agricultura e se tornou um polo diversificado e referência regional nas áreas de tecnologia e serviços (PMC, 2020).

Em Campinas estão localizadas entidades de grande atuação no setor de alimentos e agricultura. A CEASA (Central de Abastecimento de Campinas) é referência nacional e é a quarta maior do país.

A cidade de Campinas é destaque em entidades de pesquisa agrícola e de alimentos. Estão presentes no município e região: o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), Embrapa Territorial, Embrapa Informática Agropecuária e a Embrapa Meio Ambiente, além setores de pesquisa agrícola em universidades com como a FEAGRI/Unicamp e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP Campus Campinas.

Atualmente, a produção agrícola é diversificada em Campinas, o que demonstra a aptidão dos solos e clima da região para uma gama extensa de olerícolas e frutas. O município se especializou na produção de frutas de maior valor agregado, como o figo e a goiaba de mesa, sendo a produção destas culturas somadas à da uva, uma característica regional.

Há 20 anos a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) já reconhecia que o problema da fome no mundo está relacionado ao nível insuficiente de renda para a aquisição de alimentos por parte da população e não pela falta de alimentos disponíveis (CHONCHOL, 2005). No Brasil, o trabalho de Hoffmann (1995) corrobora com a FAO ao afirmar que o problema da fome do Brasil não se deve à pouca disponibilidade de alimentos, mas sim à pobreza de grande parte da população. No município de Campinas, a segurança alimentar da população em situação de vulnerabilidade se dá através de programas municipais e políticas públicas de assistência social na esfera da segurança alimentar. Assegurar o bom funcionamento desses programas em relação ao abastecimento e distribuição de alimentos é fundamental para a garantia da segurança alimentar no município.

Programas públicos de incentivo a hortas comunitárias promovem tanto a inclusão social quanto ampliam a segurança alimentar das populações. Os trabalhos da Associação Cio da Terra de agricultura urbana e periurbana servem de exemplo para a multiplicação desse tipo de iniciativa junto ao setor público.

As hortaliças e frutas (HF) são importantes componentes de uma alimentação saudável e possuem elevado conteúdo de vitaminas, minerais e fibras. A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda uma média de 400 g ou cinco porções de HF para compor a alimentação humana diária (WHO, 2020). Pelos dados das Tabelas 12 e 13, o município de Campinas produziu nos últimos anos um total de 16.115 e 16.056 toneladas por ano de frutas e hortaliças, respectivamente. Se considerarmos a população de Campinas informada no ano de 2019, de 1.204.073 habitantes e um mês com 30 dias, permitiria um consumo de 890g/habitante/dia, indicando que a produção de

HF do município atenderia a necessidade diária recomendada pela OMS. No entanto, não se sabe exatamente se toda produção de HF é destinada para Campinas.

Não há dados disponíveis sobre a existência de produção para subsistência em área rural ou urbana no período verificado. Os dados disponíveis se referem à produção direcionada ao mercado (Casa da Agricultura, 2019).

As maiores dificuldades encontradas são o difícil acesso à água de qualidade para irrigação; a falta de opções de apoio técnico gratuito dos órgãos públicos, a presença de solos degradados e com baixa fertilidade, limitações para o manejo de pragas e doenças e a falta de mão de obra. O apoio técnico da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS), antiga CATI, é insuficiente para suprir a necessidade dos produtores do município, pois dispõe de apenas um técnico para este serviço (Casa da Agricultura, 2019).

Como a questão da qualidade e quantidade de água é importante na produção agrícola, apresentamos alguns dados sobre programas municipais em prol do saneamento rural e conservação de recursos hídricos.

5.1 Saneamento rural e Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA Água)

O Programa de Saneamento Rural Sustentável (PSRS) do Município de Campinas, previsto no Plano Municipal de Saneamento Básico, atua na doação de sistemas de tratamento de esgoto em propriedades rurais de Campinas, além da capacitação das famílias beneficiadas pelos sistemas. Atualmente já foram doados 225 sistemas. A distribuição em Campinas pode ser observada na Figura 16.

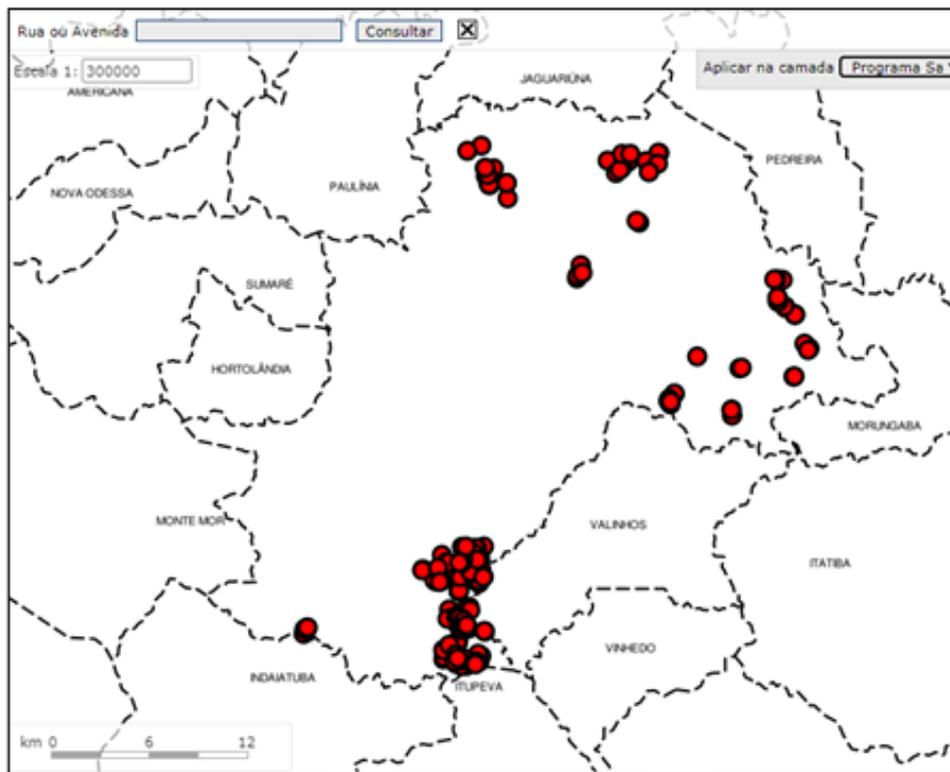


Figura 16. Distribuição de sistemas de tratamento de esgoto em propriedades rurais de Campinas.

Fonte: Geoambiental-Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2020.

O programa em parceria com a Embrapa Instrumentação Agropecuária doa fossas sépticas biodigestoras modelo Embrapa, biodigestores, e jardins filtrantes, além de fazer a capacitação de produtores rurais (PSRS, 2020).

Também já foram realizadas 8 oficinas de capacitação em instalação e manutenção destes sistemas, abrangendo mais de 100 residentes rurais, em parceria com a Embrapa Instrumentação de São Carlos, SP e apoio da UNICAMP, SANASA, Sindicato Rural de Campinas, CATI (agora CDRS), dentre outros.

O Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA Água) é outro programa muito importante para a conservação dos recursos hídricos no município e na Figura 17 pode-se observar o que já foi conquistado no município em termos de propriedades rurais comprometidas com a adequada preservação ambiental de seus mananciais.

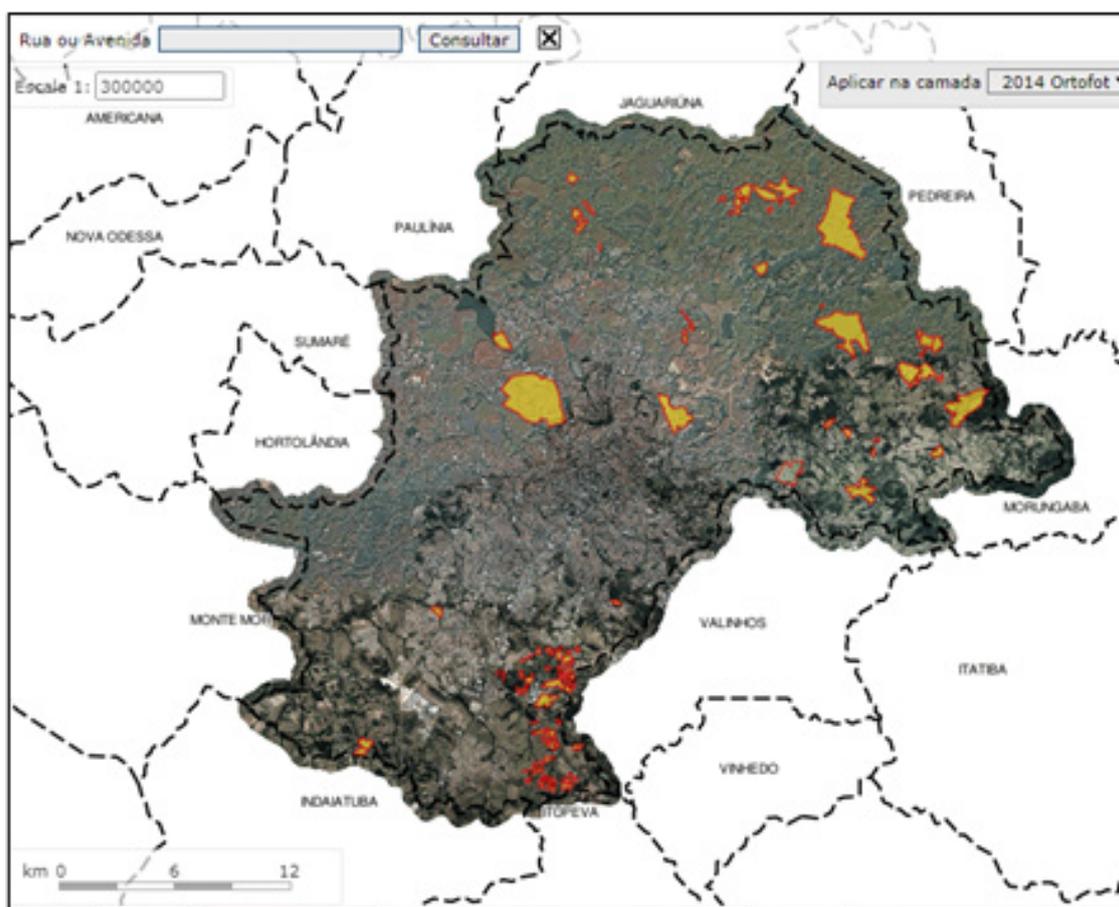


Figura 17. Pagamento por Serviços Ambientais/PSA Água realizados em propriedades rurais de Campinas. Campinas/SP.2020.

Fonte: Geoambiental-Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2020.

5.2 Produção pela agricultura familiar

A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) caracteriza o produtor rural como agricultor familiar. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e do Agronegócio de Campinas (CMDRA), em levantamento de junho de 2018, constatou 53 DAPs físicas e 01 DAP jurídica ativas no município.

Em novo levantamento do CMDRA de maio de 2019, foi verificada uma redução para 31 DAPs físicas e 01 jurídica (CMDRA, 2019).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de 2016 registrou o fornecimento de produtos por 2 agricultores familiares, um forneceu banana, e o outro, verduras e legumes. Atualmente, não há registro de produtores rurais familiares possuidores da DAP que estejam participando de políticas públicas como o PNAE ou outras. Observa-se que os produtores rurais de Campinas preferem a venda direta, facilitada pelo grande mercado consumidor de Campinas (Casa da Agricultura, 2019).

5.3 Agricultura urbana e periurbana

As hortas comunitárias contribuem para gerar trabalho, renda e possibilitam o acesso do consumidor a alimentos frescos e saudáveis. Somente o município de Campinas conta com mais de 45 hortas comunitárias (Criscuolo, 2018).

Não há dados precisos sobre a existência de hortas comunitárias no meio urbano, apesar da indicação de que deve haver muitas hortas urbanas e periurbanas. A única horta urbana registrada desde 2014 é a horta da Associação Cio da Terra no Bairro Itajaí. Esta horta também possui exploração comercial e seus participantes possuem o registro no INCRA e na Prefeitura de Campinas (Casa da Agricultura, 2019).

O município de Campinas possui um caso único de assentamento situado em área urbana e periurbana, localizado na macrozona 5, Parque Itajaí 4, e formado por um grupo de 15 famílias. Membros da Associação de Produtores de Agricultura Urbana e Periurbana de Campinas e Região – Cio da Terra, formalmente instituída em 2003, com a cessão de uso de área pública de 1,4 ha pela prefeitura, na vigência do Programa Municipal de Hortas Comunitárias. A horta urbana tem área de produção de 1 ha, a qual é dividida em áreas para canteiros de 250 a 500 m² por família, produzindo para consumo próprio e venda de excedentes. Os produtores produzem hortaliças, frutas e plantas aromáticas, além de ações de recuperação das áreas de preservação permanente do local.

O grupo formado por iniciativa da sociedade civil recebeu apoio da prefeitura para a criação da associação e, conseqüentemente, captar recursos que proporcionassem a oferta de oficinas de capacitação (Arraes, Carvalho, 2015). O modelo do Cio da Terra envolve ações direcionadas à inclusão social, geração de renda, segurança alimentar, educação pela agricultura e proteção ambiental.

5.4 Fruticultura

A frutífera com a maior área ocupada em Campinas é o figo, detendo 33% da área destinada a frutíferas no município. O figo, goiaba de mesa, abacate e banana ocupam mais de 80% da área total de frutíferas, seguidos da uva Niágara, caqui, manga, pêssego, maracujá e laranja. Acerola, jaboticaba e limão ocupam menos de 1% da área total de frutíferas no município.

Tabela 12. Área média e participação da fruticultura em Campinas entre 2016 a 2018.

Cultura	Área (ha)	Participação (%)
Figo	248	32,9
Goiaba de mesa	168	22,3
Abacate	130	17,2
Banana	78	10,3
Uva Niágara	39	5,2
Caqui	28	3,8
Manga	22,5	3,0
Pêssego	16	2,2
Maracujá	10	1,3
Laranja	9	1,2
Acerola	2	0,3
Jabuticaba	1,1	0,1
Limão	1,0	0,1
Total	755	

Houve queda na produção ao longo de 2016 a 2018 de quase todas as frutas, menos para goiaba de mesa e manga, conforme dados apresentados na tabela 13.

Tabela 13. Produção média e participação da fruticultura em Campinas entre 2016 a 2018. .

Cultura	Produção (ton)	Participação (%)
Goiaba de mesa	5 272	32,7
Figo	3 856	23,9
Banana	2 003	12,4
Abacate	1 573	9,8
Caqui	1 417	8,8
Uva Niagara	1 010	6,3
Laranja	415	2,6
Pessego	254	1,6
Jabuticaba	120	0,7
Maracujá	110	0,7
Acerola	54	0,3
Limão	17	0,1
Manga	15	0,1
Total	16 115	

Em relação às grandes culturas, houve queda de 30% na produção de cana de açúcar e um aumento de 19% na produção de café no período.

As frutas e hortaliças representam a maior parte da produção agrícola de Campinas. Tradicionalmente, esta produção segue para o mercado varejista local metropolitano, Ceasa, Ceagesp e uma fatia pequena de frutas segue para exportação. Apesar de não haver dados oficiais, pode-se afirmar que 80% das verduras e legumes e 30% das frutas ficam na região metropolitana (Casa da Agricultura, 2019).

Em relação ao histórico da produção de olerícolas (verduras e legumes) e frutas na região, 80% desta produção vem sendo explorada em Campinas há mais de 50 anos por famílias de produtores

familiares e seus descendentes e áreas próprias. Um grupo em torno de 15% dos olericultores, fruticultores e pecuaristas arrendam terras há 25 ou 30 anos. Há uma troca contínua de propriedades, principalmente entre os olericultores. De forma geral, são raros os agricultores com menos de 5 anos de atividade atuando no município. A faixa etária média destes produtores está acima de 50 anos e abaixo de 30 anos para os empregados das propriedades rurais.

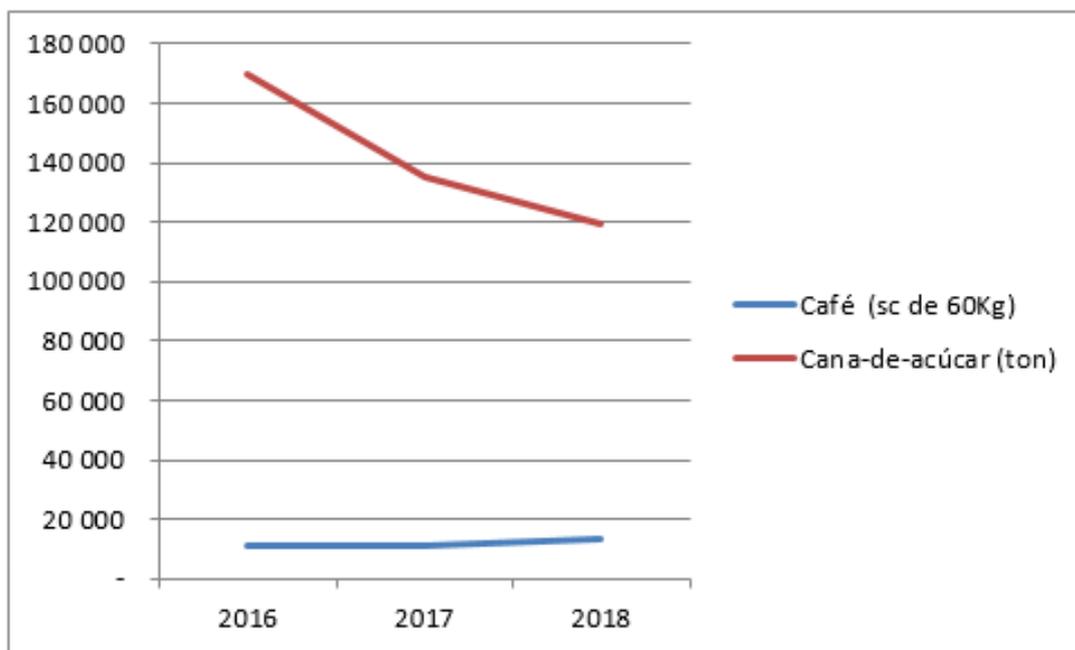


Figura 18. Produção de café e cana de açúcar no período de 2016 a 2018 no município de Campinas-SP.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), 2019.

5.5 Grandes culturas

As culturas do café e da cana-de-açúcar estão presentes no município de Campinas. As duas culturas estão presentes desde os primórdios da ocupação da região. A cultura do café tem lugar de destaque na história da cidade. A cana-de-açúcar é uma cultura importante no Estado de São Paulo, sendo este o maior produtor nacional, e cuja cadeia produtiva e a presença de usinas processadoras está muito bem estabelecida (IBGE, 2020), conforme apresentado na figura 12.

5.6 Pecuária

A produção animal do município é diversificada, contemplando aves, bovinos de corte e de leite, suínos e ovinos. O município se destaca na produção de aves para corte e para postura.

Tabela 14. Produção animal (em cabeças de animais) em Campinas

Animais	Nº de cabeças
Avicultura (corte)	250 000
Avicultura (ovos)	6 733
Bovinos de corte	16 967
Bovinos de leite	2 667
Ovinos	1 075
Suínos	300

5.7 Hortaliças

Para a análise da produção de hortaliças do município de Campinas foram considerados todos os grupos de hortaliças (hortaliças folhas e flores, hortaliças fruto e hortaliças raiz e tubérculo) com área e produção obtidas nos anos de 2016 a 2018.

A média do total da área plantada com hortaliças nesse período foi de 587 hectares (ha), sendo 297,5 ha com folhosas (incluindo os brócolis), 182 ha com hortaliças do grupo raiz/tubérculo e 107,7 ha com as do grupo fruto (Tabela 15).

Tabela 15. Área cultivada e participação das hortaliças em Campinas entre 2016 a 2018.

Produto	Área (hectare)			Média	Participação (%)
	2016	2017	2018		
Folhosas					
Alface	150,0	140,0	120,0	136,7	23,3
Almeirão	20,0	15,0	1,0	12,0	2,0
Brócolis	30,0	20,0	7,0	19,0	3,2
Cebolinha	35,0	20,0	5,0	20,0	3,4
Chicória	20,0	15,0	6,0	13,7	2,3
Couve	33,0	20,0	40,0	31,0	5,3
Repolho	5,0	7,0	1,5	4,5	0,8
Rúcula	40,0	50,0	32,0	40,7	6,9
Salsa	35,0	20,0	5,0	20,0	3,4
Fruto					
Abóbora	60,0	20,0	0,0	26,7	4,5
Abobrinha	20,0	10,0	2,0	10,7	1,8
Berinjela	10,0	10,0	0,0	6,7	1,1
Chuchu	10,0	8,0	35,0	17,7	3,0
Milho verde	40,0	30,0	20,0	30,0	5,1
Pepino	4,0	0,0	0,5	1,5	0,3
Pimenta	0,0	2,0	0,5	0,8	0,1
Pimentão	4,0	10,0	0,0	4,7	0,8
Quiabo	15,0	5,0	7,0	9,0	1,5
Raiz e Tubérculo					
Batata-doce	0,0	5,0	1,0	2,0	0,3
Beterraba	5,0	5,0	0,0	3,3	0,6
Mandioca	200,0	210,0	120,0	176,7	30,1
Total geral	736	622	404	587	

Considerando-se a média dos três anos avaliados, as espécies que tiveram maior área plantada foram: mandioca (176,7 ha), alface (136,7 ha) e rúcula (40,7 ha). As demais hortaliças que tiveram uma área maior e igual a 20 hectares foram: couve (31 ha), milho verde (30 ha), abóbora seca (26,7 ha) e cebolinha e salsa (com 20 ha cada), observando-se com isso, a importância do cultivo de folhosas em Campinas. As demais hortaliças cultivadas no município tiveram uma área plantada menor do que 20 ha (Tabela 15).

Foi levantado um total de 21 espécies de hortaliças que são cultivadas no município de Campinas. Desse total, ao analisar a evolução dos anos de 2016 a 2018, observa-se que apenas três culturas tiveram aumento na área plantada e produção (chuchu, couve e milho verde), as demais tiveram redução na área e conseqüentemente redução na produção (Tabelas 15 e 16).

As principais hortaliças cultivadas no município são: alface (22,6%), brócolis (17,7%), mandioca (16,5%) e milho verde (7,4%). Todas estas espécies tiveram em média, uma produção acima de 1.000 toneladas no período analisado (Tabela 16).

Tabela 16. Produção e participação das hortaliças em Campinas entre 2016 a 2018.

Produto	Produção (tonelada)			Média	Participação (%)
	2016	2017	2018		
Folhosas					
Alface	4.193	3.612	3.096	3.634	22,6
Almeirão	240	180	12	144	0,9
Brócolis	4.498	2.999	1.044	2.847	17,7
Cebolinha	700	400	90	397	2,5
Chicória	1.155	866	185	735	4,6
Couve	1.030	624	1.200	951	5,9
Repolho	168	777	45	330	2,1
Rúcula	200	250	72	174	1,1
Salsa	524	296	70	297	1,8
Fruto					
Abóbora	600	200	0	400	2,5
Abobrinha	400	18	36	151	0,9
Berinjela	221	234	0	228	1,4
Chuchu	499	386	1.691	859	5,3
Milho verde	319	234	3.000	1.184	7,4
Pepino	1.200	0	13	607	3,8
Pimenta	0	36	9	23	0,1
Pimentão	66	180	0	123	0,8
Quiabo	448	120	160	243	1,5
Raiz e Tubérculo					
Batata-doce	0	55	11	33	0,2
Beterraba	48	48	0	48	0,3
Mandioca	3.000	3.150	1.800	2.650	16,5
Total geral	19.508	14.666	12.534	16.056	

Referências Bibliográficas

Arraes, N.A.M., Carvalho, Y.M.C. de. Agricultura urbana e agricultura familiar: interfaces conceituais e práticas. Informações Econômicas, SP, v. 45, n. 6, nov./dez. 2015.

Criscuolo, C. (Ed. téc). Atlas escolar da Região Metropolitana de Campinas, 1. ed., Brasília, DF: Embrapa, 2018, v.2, 208 p.

Prefeitura de Campinas. 2020. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br.php>> Acesso em: 12 ago. 2020.

Casa da Agricultura de Campinas. Informação pessoal. 2019.

Chonchol, J. A soberania alimentar. Estudos avançados, vol.19, no.55, São Paulo, Sept./Dec. 2005.

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e do Agronegócio de Campinas (CMDRA). Atas, 2018. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/desenvolvimento-economico/conselho-agro.php>> Acesso em: 06 abr. 2018.

Feiras Livres em Campinas - Google Maps. Disponível em <<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1O4QZzL-tj3lxbPkX9PAyYBKGYXcdldLz&ll=-22.888116889746872%2C-47.03588278778541&z=12>>. Acesso em: 04 out. 2020.

Geoambiental-Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2020). Disponível em: <<https://geoambiental.campinas.sp.gov.br/>> Acesso em: 12 ago. 2020.

Hoffmann, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil Estudos Avançados, vol.9, no.24, São Paulo, May/Aug. 1995.

IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Disponível em <<https://feirasorganicas.org.br/>> Acesso em: 04 out. 2020.

Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo (IEA). Disponível em: <<http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/out/index.php>>. Acesso em: 10 set. 2019.

Programa de Saneamento Rural Sustentável (PSRS), 2020. Disponível em:

<<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/saneamento-rural-sustentavel.php>> Acesso em: 12 ago. 2020.

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SEPLAN). Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/>. Acesso em: 10 de set. 2019.

World Health Organization (WHO). Fruit and Vegetable Promotion Initiative: a meeting report. WHO; 2003. Disponível em: <http://www.who.int/dietphysicalactivity/publications/f&v_promotion_initiative_report.pdf> Acesso em: 02 mar. 2020

Capítulo 6

Acesso a água e a segurança alimentar e nutricional

O acesso à água e saneamento básico é pré-condição para a segurança alimentar e nutricional, a água é reconhecida como alimento e direito fundamental, considerada pela Organização das Nações Unidas como “condição para o gozo pleno da vida e dos demais direitos humanos” (Resolução 64/A/RES/64/292, de 28.07.2010).

Segurança Alimentar e água potável possuem relações congruentes principalmente na relação da produção de alimentos e disponibilidade de água doce e potável para tal. Essa relação se funde quanto as formas utilizadas pelo ser humano ao preparar, utilizar e partilhar o alimento relacionando também saúde e higiene, pois estas práticas estão fortemente ligadas aos cuidados com saúde e higiene do organismo. Dentro desse contexto, doenças relacionadas a desnutrição possuem fatores como a falta de saneamento no cultivo dos alimentos, colheita e disposição, dando abertura para agentes patogênicos encontrados em solos contaminados ou poluídos e cursos d’água sem prévio tratamento para irrigação.

A água é o alimento principal de um ser vivo e é direito constitucional garantido pela Lei de Nº 9.433, 1997, onde ela é de domínio público, com valor agregado, onde em situação de escassez seu uso deve ser primordialmente para consumo humano e dessedentação dos animais. Mas o que vemos em grandes metrópoles é o desvio de recursos hídricos para atividades secundárias, enquanto a população sofre com racionamentos que podem durar semanas.

Não existem dúvidas que a falta de água interfere diretamente na agricultura. Quando o consumo de água é muito superior à capacidade dos cursos hídricos de se restaurarem sempre ocorrem crises hídricas que por sua vez são mais perceptíveis ainda quando nos deparamos com períodos de secas e estiagens, seja causado por alterações climáticas (aquecimento global), ou pela falta de incentivos e planos governamentais para a renovação natural deste recurso, causando escassez hídrica.

Portanto, é preciso a adoção de técnicas alternativas para a produção de alimentos para que possa haver o manejo correto e a preservação da vegetação sem exigir tanto do solo, também é necessário a implantação de projetos de utilização dos recursos hídricos de maneira consciente e racional, adotando técnicas de reuso de água na irrigação. Assim, é claro a necessidade do saneamento básico no acesso e preparo dos alimentos, para que o indivíduo possa ter uma refeição saudável em termos de higiene.

6.1 Campinas e seus recursos hídricos

Um recurso é um bem ou uma matéria-prima, no geral trata-se de um bem que permite satisfazer uma necessidade ou permitir a sobrevivência de algo ou alguém. Recurso Hídrico é ter acesso à água e fazer seu uso de maneira racional (MMA).

A água é um recurso que deve ser preservado, utilizado de forma consciente e sustentável para que as futuras gerações possam oportunizar de usufruí-la, sendo imprescindível para que haja vida e sua manutenção, tendo valor econômico agregado para promoção do bem-estar social. Seus usos são de extrema importância, como: o consumo humano, a irrigação, a dessedentação de animais e para uso industrial. Como tudo no planeta, a água possui um ciclo este por sua vez não terá fim

se cuidarmos do solo, florestas, rios, evitando a impermeabilização de áreas para que ocorra a evapotranspiração ocasionando bons índice pluviométricos, para que haja infiltração e percolação para a manutenção do aquíferos, originando também novas nascentes, lagos e rios (LEI Nº 9.433, 1997).

Mesmo sendo um recurso renovável a exploração exacerbada e contaminação da água, via atividades antrópicas, provocam diversas alterações no ecossistema reduzindo a capacidade deste recurso de se autorregenerar. No planeta temos a disponibilidade de 2,5% de água doce, o restante é água salgada, a maior parte encontra-se nas geleiras 69%, 30% são águas armazenadas em aquíferos e 1% nos rios. De acordo com a Agência Nacional De Águas e Saneamento Básico (ANA), o Brasil possui cerca de 12% da disponibilidade de água doce do planeta.

O município de Campinas tem uma área territorial de 797,6 Km², ocupando a área urbana uma extensão de 388,9 km². Sua população é de mais de 1 milhão de habitantes, 98% dela estabelecida na área urbana.

Campinas possui um clima tropical de altitude CWA, com verão quente e úmido e inverno ameno e quase seco. A precipitação média anual é de 1.380 mm, 75% dela distribuída a longo do semestre outubro/março. A temperatura média é da ordem de 22 °C. A umidade relativa do ar – média anual – é de 72,1% e o período médio de insolação no ano é de 2.628 horas. Quanto à hidrografia, Campinas está localizada integralmente na Bacia do Rio Tietê, receptor das águas dos seus afluentes de margem direita, o Rio Piracicaba e o Rio Capivari. Na sua parte Norte, Campinas é atravessada pelos Rios Jaguari e Atibaia, formadores do Rio Piracicaba, a partir das suas confluências no município de Americana.



Figura 19. Bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

Fonte: SANASA, 2020.

Na parte Oeste de Campinas, destaca-se o Ribeirão Quilombo, cujas nascentes se encontram entre os bairros do Chapadão e dos Amarais, indo desaguar na margem esquerda do Rio Piracicaba após atravessar os municípios de Sumaré, Nova Odessa e Americana. Na parte Sul, Campinas é atravessada pelo Rio Capivari, afluente direto do Rio Tietê, após se desenvolver pelos municípios de Monte Mor, Capivari, Rafard e Mombuca.

A rede de drenagem interna do município, composta por córregos e ribeirões, é bastante densa, toda convergente para as 3 grandes sub-bacias citadas (Atibaia/Jaguari, Quilombo, Capivari), e responsável pelo esgotamento e transporte das águas pluviais e servidas.

O município de Campinas e a Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA) Campinas vem empregando todos os esforços para cumprir as metas para a universalização do saneamento no município até 2022, o Plano denominado 300% contempla: 100% do abastecimento de água, 100% de coleta e afastamento de esgoto e 100% do tratamento dos esgotos, que trará melhoria das condições ambientais, desenvolvimento econômico e social e melhoria da qualidade de vida da população.

6.2 Saneamento Básico

Saneamento básico é o conjunto de ações sociais e econômicas que têm como objetivo trazer higiene e saúde, com o tratamento e abastecimento de água potável, coleta, tratamento e disposição final dos efluentes e resíduos provenientes das atividades urbanas e rurais, auxiliando no controle de disseminação de doenças e vetores protegendo e cuidando da saúde da população (Manual de Saneamento, 2004).

Decretado pela Lei nº 11.445/07, o saneamento básico também tem diretrizes para a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, como: limpeza e manutenção de bueiros e bocas de lobo, limpeza de ruas e de feiras, coleta e tratamento dos resíduos domiciliares, etc. E também, diretrizes para a drenagem de águas pluviais urbanas, por isso é de suma importância o conhecimento dos profissionais que atuam ou atuarão nesta área, principalmente o conhecimento do índice pluviométrico da região, do correto dimensionamento das tubulações e conexões para extravasão das chuvas para que não ocorra enchentes e alagamentos.

6.3 Condições do município de Campinas

Na cidade de Campinas, o abastecimento e tratamento de água e esgoto, é realizado pela SANASA. A SANASA foi criada em 28 de agosto de 1974, e é reconhecida internacionalmente pela excelência dos seus serviços, tanto que em 2015 a diretoria executiva da empresa foi recebida na Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, para uma visita por ter sido integrada no Movimento pela Redução de Perdas de Água na Distribuição.

Referência também no tratamento de esgoto, a SANASA hoje atende a população com 96,05% de coleta e afastamento de esgoto, 90% de tratamento de esgoto, tem capacidade instalada de 95% e atende 99,81% da população com água potável. A seguir dados do Saneamento de Campinas em números.

Localização de Campinas

- Limite Norte: Jaguariúna
- Limite Leste: Pedreira, Morungaba e Valinhos

- Limite Sul: Itupeva e Indaiatuba
- Limite Oeste: Monte Mor
- Limite Noroeste: Sumaré, Hortolândia e Paulínia
- Distritos: Sousas, Barão Geraldo, Joaquim Egídio e Nova Aparecida

O Município tem em seu território 96,31% (tabela 17) da população atendida com coleta e afastamento de esgoto, 95% de capacidade de esgoto instalada.

Tabela 17. Dados referentes ao tratamento e esgotamento sanitário do município de Campinas. Fonte: SANASA, abril 2020.

Esgotamento Sanitário	TOTAL
População atendida (urbana) – coleta e afastamento	96,31%
Capacidade instalada de tratamento de esgoto	95%
Estações de tratamento (ETE's)	22
Estação de produção água de reúso (EPAR)	1
Estações elevatórias (EEE's)	101
Extensão de rede de esgoto	4.477,51 km
Economias	468.573
Ligações	333.035

Fonte: SANASA, abril 2020.

O índice de abastecimento de água tratada (tabela 18) é de 99,81% e mais de 34 milhões de m³ de água distribuída.

Tabela 18. Dados referentes ao tratamento de água do município de Campinas.

Tratamento de água	TOTAL
Índice abastecimento de água	99,81%
Captações de água	2
Estações de tratamento – ETA's	5
Extensão de rede de água	4.739,63 Km
Centros de reservação e distribuição – CRD's	41
Reservatórios	26 elevados e 44 semienterrados
Volume de reservação (acumulado/ano)	136.692,37 m ³
Volume água tratada e distribuída	34.308.029 m ³
Pontos de distribuição – booster	3
Índice de perdas na distribuição – IPD	20,70%*
Índices de perdas de faturamento – IPF	13,20%*
Economias	512.513
Ligações	357.932
Residencial	322.392
Pública	1.312
Comercial	33.792
Industrial	436

Fonte: SANASA, abril 2020.

Tabela 19. Dados referentes aos serviços prestados pela Sanasa no município de Campinas.

Serviço	Mensal	Anual
Redes água		
Executado Sanasa	536,00m	3.572,43m
Executado loteador	29,00m	5.924,65m
Redes Esgoto		
Executado Sanasa	-	1.768,0 m
Executado loteador	164,23	7.834,32m
Recomposição de pisos e passeios em m ²	6.530,33m ²	29.593,22m ²
Recomposição de vias	364	3147
<i>Recomposição de vias em m²</i>	4.571,06m ²	65.166,02m ²
Serviços de guias e sarjetas	69	569
Serviços de guias e sarjetas em metros lineares	247,03m	2.684,19m
Nivelamento de PV's em passeios e vias	85	503
Gerais: ligações, reparos de água e esgoto, vistorias	11.292	68.571

Fonte: SANASA, maio 2020.

Observação:

*Em razão da pandemia do novo coronavírus, os valores consumidos serão calculados pela média dos meses de março a maio/2019, assim os indicadores de perdas permanecerão os verificados em dez/2019.

Referências Bibliográficas

ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Disponível em <<https://www.ana.gov.br/>> Acesso em: 04 nov. 2020.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasília, 2004.

BRASIL, Política Nacional De Recursos Hídricos, Lei nº 9.433, de 8 de Janeiro de 1997, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm Acesso em: 17 dez. 2020.

MANUAL DE SANEAMENTO, 3 ed. rev. - Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2004. 408p. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/manual_saneamento_3ed_rev_p1.pdf Acesso em: 05 nov. 2020.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/informma/item/485-plano-nacional-de-saneamento-b%3%a1sico.html>> Acesso em: 05 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Assembleia Geral - Resolução a/res/64/292 de 28 de Julho de 2010.

SANASA – Sociedade de Abastecimento de Água de Saneamento. Disponível em: <<http://www.sanasa.com.br/inicio/default.aspx>> Acesso em: 09 nov. 2020.

Capítulo 7

Educação

7.1 Apresentação do Programa de Alimentação Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros pelo Governo Federal, complementados com recursos das prefeituras e dos governos de estado, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante seu período de permanência na escola, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis através de uma alimentação adequada do ponto de vista nutricional, sociocultural e higiênico-sanitário (BRASIL, 2013).

O PNAE é regulamentado pelo Ministério da Educação, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por meio da Resolução FNDE nº 06 de 08 de maio de 2020. A legislação determina quantidades mínimas de macro e micronutrientes a serem supridas diariamente pelos cardápios ofertados e limita a aquisição de alimentos processados, ricos em sódio e açúcares, priorizando a oferta de alimentos in natura e de produção local. O planejamento desses cardápios, bem como a coordenação das ações de alimentação escolar, deve ser realizado por nutricionista habilitado, que assume a responsabilidade técnica do Programa. Também compete ao responsável técnico (RT) e aos demais nutricionistas do setor o diagnóstico nutricional do estado nutricional dos escolares e a coordenação de atividades de educação alimentar e nutricional (BRASIL, 2013).

Com base na mesma legislação que regulamenta o PNAE, o município de Campinas implementou o Programa Municipal de Alimentação Escolar (PMAE), que é desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Campinas junto a Central de Abastecimento de Campinas S.A. (CEASA/Campinas). Essa parceria é firmada no ano de 2002 por meio de um termo de convênio que estabelece as competências das partes envolvidas.

A Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação (SME), é responsável pelo gerenciamento do Programa. A SME possui uma equipe técnica que atualmente é composta por um coordenador (nutricionista responsável técnico), duas nutricionistas, um técnico em nutrição e dois agentes administrativos. Estes colaboradores estão lotados na Coordenadoria de Nutrição (CONUTRI/SME). São atividades desta equipe: o planejamento de cardápios; a aquisição de gêneros alimentícios utilizando os recursos repassados pelo Estado, FNDE e Tesouro Municipal; a realização de chamadas públicas para aquisição de gêneros da Agricultura Familiar; a aquisição de equipamentos e utensílios para as cozinhas; a participação na elaboração de plantas arquitetônicas em parceria com a Coordenadoria de Arquitetura Escolar da SME, bem como o acompanhamento de obras e reformas em cozinhas escolares; o desenvolvimento de projetos de educação alimentar e nutricional; o diagnóstico e acompanhamento do estado nutricional dos escolares; o gerenciamento dos contratos e prestação de contas do convênio PMC/CEASA.

Cabe à CEASA/Campinas a operacionalização do programa. Na CEASA/Campinas, localiza-se o Departamento de Alimentação Escolar (DAE/CEASA), que possui uma equipe composta por:

gerente, coordenador de nutrição, nutricionistas, técnicos em nutrição, auxiliares administrativos, almoxarifes e motoristas. São atividades da CEASA/Campinas: realizar o controle de qualidade e a logística dos gêneros alimentícios adquiridos pela Prefeitura, contratar mão de obra terceirizada (cozinheiras) para execução dos cardápios, realizar a supervisão da alimentação escolar por meio de visitas de nutricionistas contratadas pela CEASA, zelando pela integridade dos estoques, das cozinhas escolares e pela segurança alimentar. O organograma operacional da alimentação escolar encontra-se no apêndice 2.

7.2 Unidades escolares atendidas

O PMAE atende todas as escolas públicas do município de Campinas administradas pelo governo municipal, pelo governo estadual. Também são atendidos Núcleos e Entidades Conveniadas, que são instituições que possuem convênios com a Secretaria Municipal de Educação e desenvolvem atividades pedagógicas complementares no contra turno do período escolar. A maioria dessas instituições é administrada em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

7.2.1 Entendendo a nomenclatura das escolas

A nomenclatura das escolas se inicia com siglas que indicam o tipo de ensino e/ou o período de aulas da unidade e/ou o tipo de administração (governo estadual ou municipal). Essas siglas são:

- CEI (Centro de Educação Infantil)
- CEI Bem Querer (Centro de Educação Infantil Bem Querer)
- EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental)
- EJA (Educação de Jovens e Adultos).
- EEI (Escola de Ensino Integral) – municipais
- EE (Escola Estadual)
- EEEI (Escola Estadual de Ensino Integral)
- ETEC (Escola Técnica Estadual)

Obs.: Caso uma unidade escolar ofereça dois tipos de Ensino, duas siglas constarão no início de seu nome, por exemplo: “EMEF/EJA André Tosello”.

Os próximos tópicos desse Manual abordarão os diferentes tipos de Ensino, contendo informações sobre o tipo de unidade em que cada nomenclatura é utilizada.

7.2.2 Níveis de Ensino

A Prefeitura Municipal de Campinas é responsável por quatro núcleos de Educação Básica, sendo eles: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. O governo do Estado de São Paulo é responsável por todas as escolas que oferecem o Ensino Médio e existem também escolas estaduais de Ensino Fundamental.

7.2.2.1 Ensino Infantil

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1996), a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A educação infantil é oferecida em: I) creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade e II) pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

O município de Campinas organiza o Ensino Infantil nos chamados “agrupamentos”, nos quais a creche e a pré-escola são unificadas em uma única nomenclatura: Centro de Educação Infantil (CEI). O agrupamento (ou abreviação “AG”) consiste na organização de turmas de acordo com a idade dos escolares, conforme se pode observar na Tabela 20.

Uma escola do tipo CEI não precisa atender obrigatoriamente a todos os agrupamentos; isso pode ou não ocorrer dependendo do tamanho e a estrutura de cada unidade e da demanda da região. Por exemplo, a escola “CEI Bolinha de Mel” localizada no Jardim Eulina possui uma turma de AG II/III e quatro salas de AG III parcial. Já a “CEI Jardim Amapat”, uma escola do bairro Jardim Tropical, possui apenas turmas de AG III.

Tabela 20. Faixas etárias por agrupamento, no município de Campinas.

Esgotamento Sanitário	TOTAL
População atendida (urbana) – coleta e afastamento	96,31%
Capacidade instalada de tratamento de esgoto	95%
Estações de tratamento (ETE's)	22
Estação de produção água de reúso (EPAR)	1
Estações elevatórias (EEE's)	101
Extensão de rede de esgoto	4.477,51 km
Economias	468.573
Ligações	333.035

Fonte: RESOLUÇÃO SME Nº 08, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018 - Define parâmetros para o planejamento do atendimento à demanda da Educação Infantil no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, SME, e dá providências correlatas.

De acordo com o tipo de administração, as unidades de Ensino Infantil podem ter duas nomenclaturas diferentes:

- CEI (Centro de Ensino Infantil): são todas as unidades da rede municipal administradas diretamente pela Secretaria Municipal de Educação.
- CEI Bem Querido: são unidades pertencentes à Secretaria Municipal de Educação (SME) e construídas pelo poder público, mas gerenciadas por instituições privadas. Toda a mão de obra (professores, diretores, cozinheiras, etc.) é terceirizada.

7.2.2.2 Ensino Fundamental

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, inicia-se aos 6 (seis) anos de idade e tem por objetivo a formação básica do cidadão, desenvolvendo capacidades como o domínio da leitura, da escrita e do cálculo, compreensão do ambiente natural e social, entre outros (BRASIL, 1996).

No município de Campinas, o Ensino Fundamental é dividido em dois ciclos: Anos Iniciais (do 1º ao 4º ano) e Anos Finais (do 6º ao 9º ano). As escolas que oferecem esse tipo de Ensino podem ser:

- EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental): são escolas que oferecem esse tipo de Ensino em período parcial (turmas diferentes no período da manhã e da tarde).
- EEI (Ensino Fundamental Integral): são unidades que oferecem aulas para o ensino fundamental em período integral.
- EE (Escola Estadual): são unidades de período parcial. A maioria das escolas estaduais oferece apenas o Ensino Médio, mas existem algumas que também oferecem o Ensino Fundamental.

7.2.2.3 Ensino Médio

O ensino médio é etapa final da educação básica, com duração de três anos e tem como objetivo consolidar e aprofundar os conhecimentos do ensino fundamental, preparar o educando para o trabalho, a cidadania, a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, entre outros (BRASIL, 1996). A faixa etária dos alunos do Ensino Médio é 15 a 18 anos.

As escolas de Ensino Médio do município de Campinas podem ter as seguintes nomenclaturas:

- EE (Escola Estadual): são escolas que oferecem o ensino médio em o período parcial (e em alguns casos também o Ensino Fundamental);
- EEEI (Escola Estadual de Ensino Integral): essas escolas oferecem aulas em período integral para o ensino médio.

7.2.2.4 Educação de Jovens e Adultos

A educação de jovens e adultos é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 1996).

As que oferecem esse tipo de ensino são denominadas de EJA. As aulas ocorrem em período parcial, muitas vezes em período noturno.

7.2.3 Número de unidades escolares atendidas

O PMAE iniciou o ano de 2016 atendendo ao todo 602 unidades escolares, em 2017 o PMAE atendeu a 577 unidades escolares e em 2018 o PMAE atendeu a 575 unidades escolares. A relação de escolas de cada tipo de esfera administrativa encontra-se na Tabela 21.

Tabela 21. Relação de escolas por tipo de administração e nível de ensino, entre 2016 e 2018.

	2016	2017	2018
Educação Infantil	191	188	171
Ensino Fundamental	55	50	45
Escolas Estaduais	161	161	163
Conveniados	195	178	196
Total	602	577	575

Fonte: Dados da Coordenadoria de Nutrição da SME do município de Campinas.

7.2.4 Número de refeições servidas diariamente

O município de Campinas no ano de 2016 serviu cerca de 166.063 refeições por dia, no ano de 2017 serviu cerca de 272.941 refeições por dia. No ano de 2018 serviu cerca de 280.766 refeições por dia. A relação de refeições/dia por tipo de ensino encontra-se na tabela 22.

Tabela 22. Quantidade de refeições servidas diariamente e nível de ensino, entre 2016 e 2018.

	2016	2017	2018
Educação Infantil	49608	117102	124088
Ensino Fundamental	101607	119848	1165696
Ensino Médio	14848	33827	36869
Ensino Técnico	----	2165	3250
Total	166.063	272.941	280.766

Fonte: Dados da Coordenadoria de Nutrição da SME do município de Campinas.

7.2.5 Número de alunos matriculados por tipo de escola

Nos anos de 2016 a 2018 o PMAE atendeu a um quantitativo de alunos conforme relação por nível de ensino ou tipo de unidade escolar, conforme segue na Tabela 23.

Tabela 23. Total de alunos matriculados por nível de ensino, entre 2016 e 2018.

	Número de alunos matriculados por nível de ensino		
	2016	2017	2018
Educação infantil	34011	34533	35616
Ensino fundamental	99486	98304	100005
Ensino médio	35056	33401	29787
Ensino técnico	2100	2584	3131
Total	170653	168822	168539

Fonte: Dados da Coordenadoria da Educação Básica.

7.3 Recursos Financeiros

O PMAE recebe recursos repassados pelo Estado e pelo FNDE, que consistem em um valor fixo por dia letivo para cada aluno matriculado na rede pública. O valor unitário varia de acordo com a etapa de ensino e período de permanência do aluno, conforme pode ser verificado no Tabela 24.

O governo municipal repassa o restante dos recursos necessários para o funcionamento do Programa. No município não há um valor fixo por aluno e esse complemento ocorre de acordo com a necessidade do programa e recursos disponíveis no Tesouro Municipal. No ano de 2016 foram gastos cerca de R\$ 119.591.416,13 com o PMAE, sendo que R\$ 32.289.682,36 dessas despesas foram pagas com verba repassada pelo governo federal (PNAE e QESE), R\$ 9.567.313,29 foram custeados com recursos do governo estadual e R\$ 77.734.420,48 dos investimentos partiram do governo municipal, conforme tabela 25.

Tabela 24. Valor repassado pelo Governo Federal e Governo Estadual aos municípios (Valor repassado por aluno/dia), entre 2016 e 2018.

	2016	2017	2018
Governo Federal			
Creche	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 1,07
Pré-escola	R\$ 0,50	R\$ 0,50	R\$ 0,53
Ensino Fundamental e Médio	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,36
EJA	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,32
Ensino integral	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 1,07
Ensino médio integral	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 2,00
Governo Estadual			
Ensino Fundamental	R\$ 0,55	R\$ 0,55	R\$ 0,94
Ensino Fundamental Integral	R\$ 2,20	R\$ 2,20	R\$ 3,68
EJA	R\$ 0,55	R\$ 0,55	R\$ 0,94
Ensino médio	R\$ 0,55	R\$ 0,55	R\$ 0,94
Ensino médio Integral	R\$ 2,20	R\$ 2,20	R\$ 3,68
ETEC	R\$ 0,55	R\$ 0,55	R\$ 0,94
ETEC Integral	R\$ 2,20	R\$ 2,20	R\$ 3,68

Fonte: Dados do Departamento Financeiro da SME.

Tabela 25. Fontes dos recursos do Programa Municipal de Alimentação Escolar (PMAE), segundo a esfera governamental, em percentual, entre 2016 e 2018.

	% das fontes dos recursos do PMAE		
	2016	2017	2018
Municipal	65%	45%	45%
Estadual	8%	16%	16%
Federal	27%	39%	39%
Ensino técnico	2100	2584	3131
Total	170653	168822	168539

Fonte: Dados da Coordenadoria da Educação Básica.

No ano de 2017 foram gastos cerca de R\$ 117.768.478,27 com o PMAE, sendo que R\$ 45.929.706,53 dessas despesas foram pagas com verba repassada pelo governo federal (PNAE e QESE), R\$ 18.842.956,52 foram custeados com recursos do governo estadual e R\$ 52.995.815,22 dos investimentos partiram do governo municipal, conforme tabela 23.

No ano de 2018 foram gastos cerca de R\$ 118.562.825,54 com o PMAE, sendo que R\$ 46.274.601,96 dessas despesas foram pagas com verba repassada pelo governo federal (PNAE e QESE), R\$ 18.984.452,08 foram custeados com recursos do governo estadual e R\$ 53.393.771,50 dos investimentos partiram do governo municipal, conforme tabela 23.

O FNDE exige que no mínimo 30% dos recursos do governo federal (PNAE) sejam utilizados para compra de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar. No ano de 2016 o município de Campinas superou essa meta, empregando 38,87% de seus recursos na agricultura familiar, o que correspondeu a R\$ 12.550.999,53. No ano de 2017 o município de Campinas empregou 31,75% de seus recursos na agricultura familiar, o que correspondeu a R\$ 14.582.681,82. No ano de 2018 o município de

Campinas empregou 23,26% de seus recursos na agricultura familiar, o que correspondeu a R\$ 10.755.308,16. Os dados estão apresentados na tabela 26.

Tabela 26. Investimento percentual dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), entre 2016 e 2018.

	% das fontes dos recursos do PMAE		
	2016	2017	2018
Agricultura familiar	38,87%	31,75%	45%
Outros gêneros	61,13%	68,25%	16%

Fonte: Dados da Coordenadoria da Educação Básica.

7.4 Planejamento de Cardápios

7.4.1 Setores responsáveis

O planejamento dos cardápios se inicia com um ano de antecedência de sua execução e é coordenado pelo nutricionista RT. Este procedimento é realizado em um sistema online chamado Sistema GALES (Sistema Gestão da Alimentação Escolar), que foi desenvolvido especialmente para o município por uma empresa pública chamada IMA (Informática de Municípios Associados). O sistema calcula o teor de macro e micronutrientes dos cardápios, o total de gêneros que devem ser adquiridos e o custo das refeições.

Após definir o cardápio anual, a Prefeitura inicia os processos de compras dos gêneros alimentícios, utilizando as informações sobre quantitativos totais e previsões mensais geradas no GALES.

Visto que este procedimento é feito com muita antecedência devido à demanda de tempo exigida para o processo licitatório, as previsões de gêneros alimentícios podem sofrer alterações. Tais alterações podem ocorrer por conta de fluxo de saída de produtos no estoque da CEASA, greves, alterações no calendário escolar, falhas na logística de fornecedores, etc.

Por este motivo, a CEASA/Campinas também possui um setor de cardápios e esta equipe revisa os alimentos programados e os atualiza conforme a disponibilidade de estoque. Após a CEASA/Campinas finalizar os cardápios, os mesmos são publicados com uma semana de antecedência de sua distribuição no Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Campinas e no site da CEASA/Campinas.

7.4.2 Necessidades nutricionais por faixa etária e período de permanência

Os cardápios do PMAE são elaborados visando atender, em média semanal às necessidades nutricionais estabelecidas na forma do disposto no Anexo III da Resolução FNDE nº 26/2013 de modo a suprir:

- no mínimo 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais, distribuídas em, no mínimo, duas refeições, para as creches em período parcial;
- no mínimo 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais, distribuídas em, no mínimo, três refeições, para as creches em período integral;
- no mínimo 20% (vinte por cento) das necessidades nutricionais diárias quando ofertada uma refeição, para os demais alunos matriculados na educação básica, em período parcial;

- no mínimo 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias, quando ofertadas duas ou mais refeições, para os alunos matriculados na educação básica, exceto creches em período parcial; e
- no mínimo 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais, distribuídas em, no mínimo, três refeições, para os alunos participantes do Programa Mais Educação e para os matriculados em escolas de tempo integral.

7.4.3 Patologias e necessidades especiais

Os alunos com patologias e restrições alimentares recebem o mesmo cardápio servido na rede, com adaptações compatíveis a cada diagnóstico e gêneros alimentícios disponíveis (ex.: substituição de fórmula infantil convencional por fórmulas infantil isenta de leite; substituição de farinha de trigo por farinhas sem glúten, entre outros). Para receberem esses alimentos, esses estudantes precisam ser cadastrados no sistema GALES pelo Diretor da escola. A Tabela 27 contém a relação de alunos com restrições alimentares cadastrados. O cadastro só ocorre após a apresentação do atestado médico para a nutricionista supervisora da CEASA, que irá planejar a entrega de gêneros adaptados às necessidades especiais. Quando a restrição do aluno exigir ajustes inexecutáveis para o PMAE (ex.: crianças com múltiplas alergias, dieta enteral, entre outros), permite-se que os responsáveis pelo estudante forneçam a refeição.

Tabela 27. Relação de alunos matriculados na rede pública com restrições alimentares, entre 2016 e 2018.

	Patologia alimentar		
	2016	2017	2018
Alergia à Proteína do Leite de Vaca	159	203	266
Alergias diversas	105	152	174
Diabete Mellitus	11	14	17
Doença Celíaca	4	5	9
Intolerância à Lactose	204	261	284

Fonte: Dados da Coordenadoria de Nutrição da SME do município de Campinas.

Referências Bibliográficas

- Marchesini, I.G. Relatório de Informações Sociais do Município de Campinas Assistente Social Vigilância Socioassistencial, Campinas-SP, 2016.
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>>. Acesso em 04 out. 2020.
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>>. Acesso em 04 out. 2020.
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, 2020. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/janeiro/nota-de-esclarecimento>>. Acesso em 17 dez. 2020.
- ME - Ministério da Economia – Governo Federal. Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/beneficios/beneficio-assistencia-a-pessoa-com-deficiencia-bpc/>>. Acesso em 04 out. 2020.
- PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo. Renda Cidadã, 2018a. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/gestao_de_beneficios/renda_cidada/index.php?p=2008>. Acesso em 04 out. 2020.
- PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo. Ação Jovem, 2018b. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/gestao_de_beneficios/acao_jovem/index.php?p=1905>. Acesso em 04 out. 2020.

Capítulo 8

Assistência Social

De acordo com o Ministério da Cidadania e Secretaria de Especial de Desenvolvimento Social, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 2005 e instituído como lei em 2011, é um sistema público que organiza os serviços da assistência social do Brasil (MDS, 2015), articulando os recursos dos governos municipal, estadual e federal para promover o acesso a benefícios, programas e serviços socioassistenciais à população.

O SUAS é dividido em dois níveis de proteção. A primeira, é a Proteção Social Básica que se destina à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos e serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Já a segunda, é a Proteção Social Especial, programa destinado às famílias e indivíduos que já se encontram em situação de vulnerabilidade, mas que tiveram seus direitos violados como abandono, maus tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros (MDS, 2015). Ela é dividida em Proteção de Média e Alta complexidade, sendo esta última de caráter prioritário.

8.1 Benefícios de transferência de renda

8.1.1 Programa Bolsa Família (PBF)

O Bolsa Família (MDS, 2015) é um programa de transferência de renda que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Criado em 2003 pelo governo federal, agregando diferentes programas, é uma das principais ferramenta de combate à fome a nível nacional. Engloba 6 tipos de benefícios: benefício básico, benefício variável, benefício variável à gestante, benefício variável nutriz, benefício variável jovem e benefício para superação da extrema pobreza (Marchesini, 2016).

O PBF é um dos programas que utiliza a base do Cadastro Único, sendo assim, um dos requisitos para receber os benefícios deste programa é estar inserido no Cad-único e cumprir com os requisitos para o Programa. O PBF possui três eixos estruturantes, são eles: Complemento da renda - todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Acesso a direitos - as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social.

É importante ressaltar que as condicionalidades não têm uma lógica de punição, e sim de garantia de acesso aos direitos sociais básicos. Articulação com outras ações - o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais, a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para a superação da situação de vulnerabilidade social. A seguir, na tabela 28 serão apresentados alguns dados do PBF e das condicionalidades do programa.

Tabela 28. Evolução dos titulares beneficiários do Programa Bolsa Família, no município de Campinas, entre 2014 e 2017.

Região	DAS/CRAS	2014	2015	2016	2017
		1955	2309	2819	3298
Leste	DAS Leste	872	593	1673	2035
	CRAS Flamboyant	669	445	658	769
	CRAS Recanto Anhumas	414	1271	488	494
		6000	7269	8498	9079
Noroeste	DAS Noroeste	3062	1187	3754	4046
	CRAS Florence		866	1386	1591
	CRAS São Luís	1034	1928	974	1019
	CRAS Satélite Iris	1904	3288	2380	2423
		3584	3597	3990	4509
Norte	DAS Norte	2132	819	2455	2876
	CRAS Espaço Esperança	878	551	941	1024
	CRAS Vila Regio	574	2227	594	609
		7263	7099	7973	8275
Sudoeste	DAS Sudoeste	3312	1479	3555	2763
	CRAS Campos Eliseos	1574	1441	1614	1838
	CRAS Nelsom Mandela	1654	947	1742	1934
	CRAS Novo Tempo	574	3232	1062	1740
		6476	7250	8417	9569
Sul	DAS Sul	2882	1158	3889	4440
	CRAS Bandeiras	1451	2441	1711	1931
	CRAS Campo Belo	2143	3251	2817	3198
Não identificado		108	258	93	101
Total		25386	27782	31786	34831

Fonte: Vigilância Socioassistencial. Folha de pagamento do Programa Bolsa Família, dez/2015, dez/2016 e dez/2017.

Para confecção da tabela 29, referente a proporção de beneficiários por macrorregião de Campinas, foram utilizadas, na primeira linha, estimativas para o ano de 2015, com base no censo do IBGE 2010, para a população de cada uma das regiões do município e a população total, na segunda linha os dados se repetem conforme apresentados na tabela anterior e na última linha foram feitos os cálculos de porcentagem com base nos dois valores apresentados, assim temos que em Campinas, considerando o total das regiões, 16,12% da população está recebendo benefícios do Programa Bolsa Família (Marchesini, 2016).

Ao observar os valores por região (última coluna da tabela 28) nota-se que a região Sul possui o maior número de beneficiários, seguida da Noroeste, Sudoeste, Norte e Leste, porém, ao analisar esse dado em comparação com o total da população, (Tabela 29) segundo estimativa feita pelo IBGE, nota-se que proporcionalmente a população de cada região a Noroeste possui a maior concentração de beneficiários,

Tabela 29. Proporção de beneficiários do Programa Bolsa Família, segundo a estimativa populacional, por região de Campinas, para o ano de 2017.

Região	Leste	Noroeste	Norte	Sudoeste	Sul	Total
População total (estimativa 2015)	246.859	162.474	212.774	208.044	305.481	1.135.632
Beneficiários titulares do PBF (2017)	3.298	9.079	4.509	8.275	9.569	34.730
% de beneficiários do Bolsa Família	1.33%	5.58%	2.11%	3.97%	3.13%	16.12%
População total (estimativa 2015)	246.859	162.474	212.774	208.044	305.481	1.135.632

Fonte: Vigilância Socioassistencial. Folha de pagamento do Programa Bolsa Família, dez/2015, dez/2016 e dez/2017.

Tabela 30. Evolução de benefícios básico do Programa Bolsa Família, no município de Campinas, entre 2014 e 2017.

Região	DAS/CRAS	2014	2015	2016	2017
		1489	1886	2282	2873
Leste	DAS Leste	645	475	1430	1816
	CRAS Flamboyant	529	350	500	651
	CRAS Recanto Anhumas	315	1061	352	406
		4779	5936	7009	7932
Noroeste	DAS Noroeste	2414	989	3017	3474
	CRAS Florence		718	1178	1448
	CRAS São Luís	788	1596	807	895
	CRAS Satélite Iris	1577	2633	2007	2115
		2840	2798	2949	3669
Norte	DAS Norte	1675	654	1747	2307
	CRAS Espaço Esperança	705	436	745	838
	CRAS Vila Regio	460	1708	457	524
		5634	5582	6074	6768
Sudoeste	DAS Sudoeste	2553	1158	2644	2155
	CRAS Campos Eliseos	1278	1121	1196	1460
	CRAS Nelson Mandela	1266	777	1355	1609
	CRAS Novo Tempo	557	2526	879	1544
		5102	5612	6276	7825
Sul	DAS Sul	2202	1227	2837	3563
	CRAS Bandeiras	1135	1917	1247	1611
	CRAS Campo Belo	1765	2468	2192	2651
Não identificado		84	205	70	77
Total		19948	22019	24660	29144

Fonte: Vigilância Socioassistencial. Folha de pagamento do Programa Bolsa Família, dez/2015, dez/2016 e dez/2017.

A tabela 31 mostra que Campinas possui 29.144 famílias recebendo o benefício básico e assim como o número total de beneficiários este também aumentou em todas as regiões no período de 2014 a 2017.

Campinas possui um número alto de beneficiários recebendo o benefício de superação de pobreza, pois do total de beneficiários cerca de 46% recebem este benefício que é destinado para aquelas famílias que mesmo recebendo outros benefícios do programa ainda não atingem a renda de R\$85,00 per capita. A tabela acima mostra que a região Noroeste, no que diz respeito ao PBF, é a mais vulnerável do município, pois apesar de não ser a região com maior número de beneficiários do programa, apresenta o maior número de beneficiários do benefício de superação de pobreza, valor equivalente 49% (4.438) do total na região.

Tabela 31. Evolução de benefícios de pobreza Programa Bolsa Família, no município de Campinas, entre 2014 e 2017.

Região	DAS/CRAS	2014	2015	2016	2017
Leste		543	953	1327	1825
	DAS Leste	261	208	863	1142
	CRAS Flamboyant	181	157	265	443
	CRAS Recanto Anhumas	101	588	199	240
		1777	2366	3594	4438
Noroeste	DAS Noroeste	927	435	1602	2046
	CRAS Florence		197	682	912
	CRAS São Luís	242	628	255	348
	CRAS Satélite Iris	608	1106	1055	1132
		929	1170	1605	2149
Norte	DAS Norte	519	298	908	1351
	CRAS Espaço Esperança	250	198	415	450
	CRAS Vila Regio	160	674	282	348
		1784	2121	2999	3716
Sudoeste	DAS Sudoeste	784	493	1250	1044
	CRAS Campos Eliseos	488	348	497	627
	CRAS Nelson Mandela	302	373	727	1033
	CRAS Novo Tempo	210	907	525	1012
		1499	1895	2751	3818
Sul	DAS Sul	634	365	1209	1705
	CRAS Bandeiras	318	716	480	796
	CRAS Campo Belo	547	814	1062	1317
Não identificado		38	86	36	51
Total		6570	8591	12312	15997

Fonte: Vigilância Socioassistencial. Folha de pagamento do Programa Bolsa Família, dez/2015, dez/2016 e dez/2017.

8.1.2 Benefício de Prestação Continuada (BPC)

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que garante um salário-mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de dois anos). Que ainda o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Tem direito a família que possui renda per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo vigente (MDS, 2016).

As tabelas 32 e 33 abaixo mostram a realidade do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no município por região e a evolução do número de beneficiários segundo o público, sendo um gráfico para pessoas com deficiência que recebem BPC e outro gráfico para idosos que recebem BPC (Marchesini, 2016). Não consta o ano de 2018.

Tabela 32. Evolução de benefícios de prestação continuada (BPC), de idosos, no município de Campinas, entre 2014 e 2020.

Região	DAS/CRAS	2014	2015	2016	2017	2019	2020
		1042	1118	1166	1212	1281	1.270
Leste	DAS Leste	689	804	852	877	885	890
	CRAS Flamboyant	199	151	152	159	214	170
	CRAS Recanto Anhumas	154	163	156	176	182	210
		856	928	959	1129	1.282	1.201
Noroeste	DAS Noroeste	528	548	556	639	695	581
	CRAS Florence		107	108	143	171	181
	CRAS São Luís	63	60	62	91	148	148
	CRAS Satélite Iris	265	213	233	256	268	291
		1107	1090	1041	1228	1.286	1.427
Norte	DAS Norte	849	889	840	987	945	1.078
	CRAS Espaço Esperança	147	145	142	164	177	182
	CRAS Vila Regio	111	56	59	77	164	167
		1717	1968	1972	2082	2.193	2.165
Sudoeste	DAS Sudoeste	569	1148	1112	897	920	898
	CRAS Campos Eliseos	582	568	574	615	684	700
	CRAS Nelson Mandela	487	178	215	313	314	350
	CRAS Novo Tempo	79	74	71	257	275	217
		1430	1937	1976	2109	2.133	2.318
Sul	DAS Sul	1013	1480	1473	1522	1.511	1.643
	CRAS Bandeiras	171	184	215	261	285	300
	CRAS Campo Belo	246	273	288	326	337	375
Não identificado		331	339	321		376	431
Sem preenchimento		12	11	9		4	1
Total		6495	7391	7444	7760	8.555	8.813

Fonte: Vigilância Socioassistencial. Folha de pagamento do Programa Bolsa Família.

Tabela 33. Evolução de benefícios de prestação continuada (BPC), de Pessoas com Deficiência (PCD), no município de Campinas, entre 2014 e 2020.

Região	DAS/CRAS	2014	2015	2016	2017	2019	2020
		693	802	842	874	929	924
Leste	DAS Leste	416	517	563	557	550	596
	CRAS Flamboyant	176	172	167	185	233	179
	CRAS Recanto Anhumas	101	113	112	132	146	149
		933	1013	1037	1346	1.469	1.415
Noroeste	DAS Noroeste	450	467	486	627	637	575
	CRAS Florence		157	156	246	276	288
	CRAS São Luís	114	93	82	135	181	182
	CRAS Satélite Iris	369	296	313	338	375	370
		908	950	912	1080	1.152	1.230
Norte	DAS Norte	608	626	577	705	737	816
	CRAS Espaço Esperança	227	256	261	261	246	234
	CRAS Vila Regio	73	68	74	114	169	180

Continua...

Tabela 33. Continuação.

		1650	1819	1823	1910	2.088	2.063
Sudoeste	DAS Sudoeste	546	1063	1007	733	756	752
	CRAS Campos Eliseos	504	469	463	540	632	632
	CRAS Nelson Mandela	512	203	266	348	382	373
	CRAS Novo Tempo	88	84	87	289	318	306
		1926	1635	1695	1891	2.015	2.138
Sul	DAS Sul	1417	1048	1085	1152	1.241	1.317
	CRAS Bandeiras	202	224	236	299	330	366
	CRAS Campo Belo	307	363	374	440	444	455
Não identificado		319	355	348		471	479
Sem preenchimento		53	58	53		17	7
Total		6482	6632	6710	7101	8.141	8.256

Fonte: Vigilância Socioassistencial. Folha de pagamento do Programa Bolsa Família.

8.1.3 Renda Cidadã e Ação Jovem

O Renda Cidadã (PMSP, 2018a) é um programa de transferência de renda do governo do estado de São Paulo e tem como objetivo atender famílias em situação de pobreza, com renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo nacional mediante ações complementares e transferência direta de renda, como apoio financeiro temporário do Estado. O Programa é executado de forma descentralizada em parceria com Municípios por meio do órgão gestor da Assistência Social mediante a assinatura de Termo de Adesão. Compete ao Município que aderiu ao Programa Renda Cidadã integrar as ações desse Programa aos serviços de Proteção Social Básica dos Centros de Referência da Assistente Social – CRAS. Na tabela 34 é possível verificar o número de beneficiários no programa em 2018.

Tabela 34. Evolução do número de famílias atendidas pelo Renda Cidadã, entre os anos de 016-2018, no município de Campinas.

	Renda Cidadã		
	2016	2017	2018
Beneficiários	s/d	s/i	916

Fonte: Departamento de Vigilância SocioAssistencial - SMASDH, 2019.

O Ação Jovem (PMSP, 2018b), assim como o Renda Cidadã, é um programa de transferência de renda e tem como objetivo promover a inclusão social de jovens na faixa etária de 15 a 24 anos com renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo nacional, prioritariamente até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, mediante ações complementares de apoio à iniciação profissional e transferência direta de renda, como apoio financeiro temporário do Estado. O programa está presente em 642 municípios, com uma ajuda no valor R\$ 80,00 por jovem/ mês com o CPF cadastrado no Cadastro Único. A tabela 35 aponta a estabilidade de beneficiários nos anos de 2016 a 2018.

Tabela 35. Evolução do número de jovens atendidos pelo Renda Cidadã, entre os anos de 016-2018, no município de Campinas.

	Renda Cidadã		
	2016	2017	2018
Jovens	553	553	553

Fonte: Departamento de Vigilância SocioAssistencial - SMASDH, 2019.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm >

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>>.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS (CFN). Resolução CFN nº 465 de 2010. Dispõe sobre as atribuições do nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.cfn.org.br/novosite/arquivos/Resol-CFN-465-atribuicao-nutricionista-PAE.pdf> >

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1983. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm >

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.947 de 16 de Junho de 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.html >

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução CD/FNDE nº4, de 2 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>>.

Capítulo 9

Saúde

O histórico dos serviços de saúde na cidade de Campinas, inicia-se nos anos de 1800, com a criação da Santa Casa de Misericórdia (1876), Hospital Sociedade Portuguesa de Beneficência (1879), Hospital do Círculo Italiani Initili (1886) e a organização do Serviço Sanitário do Estado, por meio da publicação do primeiro Código Sanitário (em 1897).

Em 1916, foi fundada a Maternidade de Campinas por um grupo de médicos, para assistir às gestantes gratuitamente e oferecer assistência privada.

Na década seguinte, é implantada a Seção de Assistência Médica da Prefeitura Municipal de Campinas e o Sanatório Dr. Cândido Ferreira; e, Geraldo de Paula Souza, implanta um novo modelo de saúde com ações preventivas e profiláticas.

Na década de 1960, surge a primeira empresa de medicina de grupo, para os funcionários da Pirelli e da Rhodia.

Em 1966, a Prefeitura Municipal de Campinas criou a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, por meio da Lei nº3. 533 de dezembro de 1966.

Em 1968, a Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social foi desmembrada em duas Secretarias. E, a Secretaria da Saúde passa a ter nova estrutura administrativa com Setor de Administração, Pronto Socorro, Serviço Médico Escolar, Serviço Dentário Escolar, Serviço Médico, Serviço Veterinário e Serviço de Fiscalização Sanitária e de Alimentação Pública. No final dessa década, se instalam o Pronto Socorro, o Hospital Dr. Mário Gatti, um Posto Central do Estado e seis Postos Comunitários de Saúde para atender a população, moradora da periferia da cidade.

Os movimentos populares e de categorias de trabalhadores e a explosão urbana nas periferias da cidade têm reflexos na estruturação da assistência à saúde da população e fazem surgir os Postos de Saúde no final da década de 70, assim como os programas de Medicina Comunitária da PUC-Campinas e da UNICAMP. O programa de Medicina Comunitária passa a caracterizar a política de saúde do município por meio da democratização da atenção médica, e se concretiza na implantação do Hospital das Clínicas da Unicamp, Postos Comunitários de Saúde (PCS) na periferia da cidade e em zonas rurais com a mesma programação da Secretaria de Estado da Saúde; ou seja, atendimento à criança, ao adulto e à gestante e, posteriormente, atendimentos às doenças crônicas, à saúde mental, saúde bucal e vacinação.

Em 1987, após nova estruturação administrativa da Secretaria de Saúde, ocorre o convênio com o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS). A rede de serviços se amplia e funciona como porta de entrada do sistema de saúde.

Na década de 90 ocorre a criação do pronto atendimento nas unidades de saúde; a implantação do Programa de Agente Comunitário de Saúde (PACS) para identificar e monitorar usuários expostos a riscos à saúde e passa a contar, na rede básica, com 45 Centros de Saúde que ofereciam atenção ao adulto, criança e mulher, e programas em saúde mental e bucal. A implantação do Programa Saúde da Família – projeto que exige a mudança de modelo de atenção e implica que os centros de saúde se organizem em equipes locais de referência, é o desafio atual.

9.1 O SUS nos dias atuais

Campinas, cidade com cerca de 1,17 milhão de habitantes, polo regional, é referência para cerca de 3,5 milhões de pessoas e dezenas de municípios que se integram no cotidiano da cidade com circulação de pessoas, produtos e serviços, sobrecarregando o seu próprio sistema municipal local tanto na atenção básica como na assistência secundária e terciária.

Atualmente o Sistema Único de Saúde de Campinas (SUS-Campinas), conta com uma ampla rede de serviços composta por unidades de saúde próprias, conveniadas e contratadas, abrangendo a Atenção Básica e de Média e Alta Complexidade, buscando-se pelo funcionamento de forma organizada e hierarquizada, com a informatização (E-SUS), com atenção à saúde da criança e da mulher (gravidez e planejamento familiar), adulto e idoso, portanto, relacionados a Atenção Primária, Integral e Ampliada, com:

- 67 Unidades Básicas de Saúde (UBS), com Equipes de Saúde da Família (ESF), onde temos: Médico Generalista, Agente Comunitário de Saúde (ACS), equipe de enfermagem e equipe de Saúde Bucal, sendo a diretriz em trabalhar com matriciamentos em Saúde da Criança. Mulher e Mental;
- 03 maternidades;
- 03 Policlínicas, com atendimento em várias especialidades;
- Centros de Referência, em Reabilitação, IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis), CRI (Idoso); Serviços de Atendimento Domiciliar (SAD);
- Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil, Adulto e Álcool e Drogas, além de Centros de Convivência (CECO);
- Casa da Gestante Puérpera e Bebê (acolhe de mulheres grávidas ou puérperas em situação de vulnerabilidade, inclusive com seus filhos);
- Atenção hospitalar realizada em Hospitais, Pronto Socorros (PS) e Unidades de Pronto Atendimento (UPA), que são públicos municipais (Rede Mário Gatti que inclui o Complexo Hospitalar Prefeito Edvaldo Orsi), filantrópico conveniado (Hospital da PUC Campinas), Hospital de Amor e outros, referenciada no Hospital de Clínicas da UNICAMP, com Atenção a urgências e emergências e serviços Estaduais como AME;
- Vigilância em Saúde com 05 equipes distritais de vigilância de agravos e doenças, 02 unidades de referência (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST e Unidade de Vigilância em Zoonoses) e 01 equipe centralizada de Vigilância Sanitária, setorizada em Alimentos, Serviços Relacionados à Saúde e Produtos de Interesse à Saúde.

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades” e previsto na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e Adolescente (1990), que é direito do cidadão brasileiro.

No mesmo sentido, a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080/1990) complementa, afirmando:

“Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento

básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (Redação dada pela Lei nº 12.864, de 2013)."

Parágrafo único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e às coletividades condições de bem-estar físico, mental e social."

A respeito da atenção integral as famílias/usuários do município de Campinas, temos que avaliar as condições de moradia, com garantia de atendimentos e cuidados, com isso temos o SUS como referência. Considerando os Relatórios Anuais de Gestão (RAG), onde temos as informações sobre as Unidades de Saúde, Coeficientes de Mortalidade Infantil, Precoce, entre outros, podemos avaliar prontamente os serviços.

9.2 Segurança alimentar e nutricional na atenção básica a saúde

O setor saúde tem importante papel na promoção da alimentação adequada e saudável, compromisso expresso na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e na Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS).

Considerando que a Estratégia da Saúde da Família (SF) é o modelo de atenção à saúde adotado pelo Brasil na Atenção Básica (AB), as equipes do Núcleo Ampliado à Saúde da Família (NASF) tem função estratégica a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. Cabe aos NASF apoiar às equipes da SF na organização e oferta da atenção nutricional nos territórios, que devem responder às demandas e necessidades de saúde da população adstritas, considerando as necessidades de maior frequência e relevância e observando critérios de risco e vulnerabilidade.

As ações de alimentação e nutrição devem ser realizadas por equipes multiprofissionais, pois a soma de diversos olhares e saberes favorece práticas mais abrangentes e efetivas para a população. Todavia, faz-se necessário salientar que alimentação e nutrição compõe o núcleo de atuação do nutricionista e estão diretamente relacionados às diversas condições de saúde. Assim, a presença do profissional nutricionista nos NASF vem sendo valorizada em nível nacional. Em 2018, cerca de 80% dos NASF contavam com nutricionista em sua composição.

A Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN), composta pela avaliação contínua do perfil alimentar e nutricional da população e seus fatores determinantes, é considerada uma ferramenta de apoio à gestão da clínica, já que contribui para a avaliação e organização da atenção nutricional na AB, ao permitir que as equipes identifiquem indivíduos ou grupos que apresentam agravos ou riscos relacionados ao estado nutricional e ao consumo alimentar, bem como as prioridades de ação, de acordo com o perfil alimentar e nutricional da população assistida.

Identificando essa potencialidade, o Programa Municipal de Combate à Obesidade, instituído pela lei 13.732 de 03 de dezembro de 2009, afirma:

"Art. 3º As ações desenvolvidas no âmbito deste Programa deverão ser articuladas ao SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, visando diagnóstico nutricional e a assistência dietética ou dietoterápica, e as iniciativas do Conselho Municipal de Segurança Alimentar."

Entretanto, o SISVAN ainda não é um sistema de informação abastecido rotineiramente pelos profissionais de saúde do município de Campinas. A recente informatização da maioria dos serviços de saúde, com adoção do uso da plataforma e-SUS na AB, pode favorecer a implantação efetiva desse sistema, visto que as informações antropométricas e de consumo alimentar que integram o SISVAN estão disponíveis no e-SUS.

Temos que o atendimento de forma interdisciplinar, no SUS Campinas, com a participação de várias categorias profissionais, com isso a SAPS encaminhou informativo no dia do Nutricionista:

“No Dia do Nutricionista, a Secretaria de Atenção Primária a Saúde (SAPS) quer dialogar com os nutricionistas da APS. Acreditamos que eles são fundamentais e contribuem pelo fortalecimento da intersetorialidade, da promoção da saúde, do acesso, qualidade e integralidade do cuidado no indivíduo, família e comunidade, promovendo ambientes sustentáveis e mais saudáveis.”

Sabe-se que a alimentação inadequada é o fator de risco que mais impacta na carga da doença dos brasileiros. O sobrepeso e a obesidade, resultantes da alimentação inadequada, são as condições crônicas mais prevalentes na população brasileira. O excesso de peso acomete mais da metade da população adulta (56,9%), sendo 80% dos indivíduos diabéticos e hipertensos e atingindo uma em cada três crianças brasileiras. A condição é responsável pelo aumento de uma série de outras doenças crônicas, como a hipertensão, o diabetes e o câncer, que também acabam por onerar o SUS.

Nesse contexto, o aprimoramento da agenda de alimentação e nutrição no âmbito da APS é muito relevante, em especial a vigilância alimentar e nutricional e a promoção da alimentação adequada e saudável. AAPS é o nível de atenção ideal para promover educação nutricional, mudanças do estilo de vida e manejo de fatores de risco e, por isso requer profissionais aptos a fornecer informações e promover intervenções mais efetivas.

Os programas e ações desenvolvidos pelos departamentos das SMS estão de acordo com os do Ministério da Saúde e dentre eles estão a Rede Cegonha, a Rede Psicossocial, DCNT, entre outras.

9.3 Indicadores

9.3.1 Nascimentos

Indicadores são instrumentos importantes para indicar a realidade do momento e gerar formas de intervenção, além de planos de ação. Os indicadores de saúde possuem implicação direta no modo de adoecimento e sobrevida da população, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas e formas de avaliação periódica.

Tabela 36. Número de nascidos vivos, segundo a região de residência materna, entre os anos de 2016 e 2018.

Distrito Resid Mãe	2016	2017	2018
Norte	2570	2583	2472
Sul	4753	4745	4749
Leste	2449	2518	2486
Sudoeste	2880	2893	2826

continua...

Tabela 36. Continuação.

Noroeste	2492	2680	2516
Ignorado	9	13	11
TOTAL	15153	15432	15060

Fonte: SINASC – Campinas, 2020.

A relação entre nascidos vivos e o número de consultas pré-natal é de grande importância por indicar a assistência materna durante o período gestacional, inclusive com acesso aos serviços de saúde. O Ministério da Saúde recomenda que sejam realizadas no mínimo seis consultas (uma no primeiro trimestre da gravidez, duas no segundo e três no terceiro), sendo preferível que a primeira consulta aconteça no primeiro trimestre e que, até a 34ª semana, sejam realizadas consultas mensais (Caderneta da Gestante, Ministério da Saúde). Os dados indicam uma queda de gestantes sem cobertura pré-natal, porém, sem atendimento ao que o Ministério da Saúde preconiza, já que existe uma queda no número de consultas, em todas as faixas pesquisadas.

Tabela 37. Número de nascidos vivos, segundo o número de consultas pré-natal, entre os anos de 2016 e 2018.

NºConsulta Pré-Natal	2016	2017	2018
Nenhuma	101	47	29
1-3 consultas	463	423	458
4-6 consultas	2193	2114	2169
7e+ consultas	12129	12666	12148
Não informado	0	0	0
Ignorado	267	182	256
TOTAL	15153	15432	15060

Fonte: SINASC – Campinas, 2020.

As gestações na adolescência merecem importância diferenciada, pois a mulher adolescente ainda encontra-se em fase de crescimento, podendo concorrer com o bebê por nutrientes e energia. Além disso, a imaturidade psicológica e a falta de preparo para a recepção do novo bebê é um desafio para os cuidados diários da nova família. Em Campinas, do total de nascidos vivos, 10% relaciona-se a mães adolescentes (sem ano especificado), porém com declínio do número absoluto de nascidos vivos de mães adolescentes entre os anos de 2016 e 2018 (em 2016, o número de nascidos vivos de mães entre 10 e 19 anos foi de 1709; e em 2018 esse número foi de 1348).

O aleitamento materno é o principal alimento para o bebê. Segundo a Organização Mundial da Saúde, aleitamento materno exclusivo é aquele que o lactente recebe somente leite materno; se o bebê receber água, chás e outros líquidos, o aleitamento materno é denominado predominante. O aleitamento complementar é quando o bebê realiza o consumo de outros alimentos sólido ou semi-sólido para complementar sua alimentação.

Em Campinas, entre 40 a 60% das mães realizavam o aleitamento materno de forma exclusiva, até o sexto mês de vida. A alimentação complementar até os dois anos foi detectada em 40%.

Tabela 38. Número de óbitos, segundo a região de Campinas, entre os anos de 2016 e 2018.

Distritos de Saúde	2016	2017	2018
Norte	21	22	16
Sul	33	30	31
Leste	19	16	18
Sudoeste	12	23	14
Noroeste	25	17	32
TOTAL	110	108	111

Fonte: SIM – Campinas, 2020.

9.3.2 Mortalidade

A mortalidade infantil é um dos mais importantes indicadores da qualidade de saúde e desenvolvimento de uma cidade ou país, já que apresenta relação com a qualidade dos serviços de saúde, saneamento básico e educação de uma cidade, país ou região. Segundo o DATASUS, a mortalidade infantil compreende a soma dos óbitos ocorridos nos períodos neonatal precoce (0-6 dias de vida), neonatal tardio (7-27 dias) e pós-neonatal (28 dias e mais).

A tabela 39 apresenta o número absoluto de óbitos, não realizando o cálculo da taxa de mortalidade, nem indicando as principais causas de óbito. É possível verificar que o número de óbitos infantis manteve-se estável entre 2016 e 2018, em todas as regiões de Campinas.

Tabela 39. Número de óbitos infantis para menores de 1 ano, segundo área de abrangência dos Distritos de Saúde, entre os anos de 2016 e 2018.

Distritos de Saúde	2016	2017	2018
Norte	26	24	25
Sul	41	47	48
Leste	19	18	12
Sudoeste	28	26	29
Noroeste	23	22	23
TOTAL	137	137	137

Fonte: SIM – Campinas, 2020.

A tabela 40 apresenta o número de óbitos de crianças e adolescentes, entre os anos de 2016 e 2018. A faixa que apresentou aumento no número de mortes, em valores absolutos, foi faixa etária de 15 a 19 anos. Apesar de não ter as causas de morte, sabe-se que a adolescência é exposta, por diversas vezes, a violência, uso de substâncias proibidas, gravidez precoce, dentre outros fatores que deverão ser considerados em análises futuras.

Tabela 40. Número de óbitos, segundo a faixa etária, entre os anos 2016 e 2018..

Faixa etária	2016		2017		2018	
	Óbitos	População por faixa etária	Óbitos	População por faixa etária	Óbitos	População por faixa etária
1 a 4 anos	21	56094	19	56790	19	57500
5 a 9 anos	6	72704	12	73622	6	74555
10 a 14 anos	13	86839	14	87879	9	89010
15 a 19 anos	39	89766	55	90797	46	91945

Fonte: TabNet – Campinas, 2020.

9.3.3 Morbidade

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) são as principais causas de mortalidade mundial e no Brasil, consiste no problema de saúde pública de maior magnitude que afeta a saúde da população, causando perda de qualidade de vida com alta limitação nas atividades de trabalho ou lazer, com sérios impactos econômicos para as famílias, comunidades e sociedade em geral, agravando mais a desigualdade e aumentando a pobreza.

No Brasil, são consideradas DCNT: Doenças Cardiovasculares, Neoplasias, Doenças Respiratórias Crônicas e Diabetes Mellitus.

A tabela 41 apresenta o total de óbitos, não especificados, entre 30 e 69 anos. É possível verificar um aumento do número de mortos por doenças crônicas não transmissíveis, entre 2016 e 2018, tanto em valores absolutos.

O Brasil possui o Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas e agravos não transmissíveis no Brasil, publicado desde 2011. A versão atual, apresenta metas para a redução de DCNT até 2030.

O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis 2021-2030, apresenta-se como diretriz para a prevenção dos fatores de risco das DANT e promoção da saúde da população, com vistas a dirimir desigualdades em saúde. Cabem em seu escopo a criação e fortalecimento de políticas e programas intersetoriais, a estratégia de organização de serviços em rede, a construção de governança de processos, a produção de informações à tomada de decisão baseada em evidências, o controle social e inovação na gestão, na pesquisa e nos serviços de saúde.

Tabela 41. Número de óbitos e taxa de mortalidade prematura, por doenças crônicas não transmissíveis, entre maiores de 70 anos, entre os anos de 2016 e 2018.

Ano	Nº de Óbitos por DCNT	Total de Óbitos (30 - 69 anos)	% de Óbitos por DCNT	Taxa de mortalidade prematura (*)
2016	1615	2701	58,8	282,95
2017	1625	2807	57,9	217,07
2018	1626	2683	60,6	279,28

Fonte: : TabNet e RDQA3 – RAG2019 – Campinas, 2020

(*) A taxa de mortalidade prematura é calculada através do número de óbitos por DCNT dividida pela população residente em determinado ano e local, multiplicado por 1000.

Considerando a alta mortalidade causada pelas DCNT, faz-se necessária a implantação de uma intervenção que propicie melhorias no cuidado dos usuários portadores destas doenças.

9.4 Estabelecimentos regularizados

Atualmente, a regularização de estabelecimentos de alimentos perante os órgãos competentes é realizada de forma automática pelo sistema Via Rápida Empresa (VRE-JUCESP) para os estabelecimentos com atividade considerada como baixa complexidade (restaurantes, lanchonetes, bares...), sendo que a Lei nº 13.874 de 20 de setembro de 2019 retirou a obrigatoriedade de regularização para muitas destas atividades.

Apenas as atividades de alta complexidade (indústrias, Serviço de Nutrição e Dietética, cozinhas industriais...) possuem licenciamento obrigatório, com inspeção sanitária e avaliação de documentos prévios ao deferimento da licença.

Diante disto, não há como contabilizar os estabelecimentos que se encontram devidamente regularizados no município, já que as licenças que são emitidas de forma automática não alimentam os sistemas utilizados como banco de dados na Vigilância Sanitária Municipal.

9.4 Instrutivo sobre o incentivo financeiro das ações de alimentação e nutrição (FAN) e programa de saúde na escola – PSE

A alimentação e nutrição são requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aprovada em 1999 e revisada em 2011, tem como propósito a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição.

Para alcance de seu propósito, a PNAN traz um conjunto de diretrizes que norteiam a organização e oferta dos cuidados relativos à alimentação e nutrição no Sistema Único de Saúde, que devem contribuir para a conformação de uma rede integrada, resolutiva e humanizada de cuidados em todos os pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde. Assim, a PNAN constitui-se como resposta oportuna e específica do SUS para reorganizar, qualificar e aperfeiçoar suas ações para o enfrentamento da complexidade da situação alimentar e nutricional da população brasileira.

Com vistas a apoiar a implementação das ações de alimentação e nutrição nos estados e municípios, foi instituído, em 2006, um incentivo financeiro para a estruturação e implementação das ações de alimentação e nutrição pelas Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e pelas Secretarias Municipais de Saúde (SMS), o Fundo de Alimentação e Nutrição (FAN).

O recurso do FAN é repassado no Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, tendo esse a finalidade de apoiar a manutenção da prestação das ações e serviços públicos de saúde voltados à segurança alimentar e nutricional.

Dentre as ações do PSE, temos: Segurança Alimentar, avaliação de obesidade e desnutrição e avaliação de crianças em escolas municipais/ estaduais, com a formação de grupo de trabalho intersetorial, contando ainda com orientações sobre gravidez na adolescência, uso de substâncias psicoativas, violência doméstica entre outras.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde - SAS, Departamento de Atenção Especializada – DAE. **Projeto Territórios:** Estratégia de qualificação da Atenção Primária para ampliação dos limites da resolubilidade na atenção das doenças crônicas não transmissíveis: um eixo de reestruturação da Atenção Especializada no seu papel complementar. Brasília, DF. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. **Sistema de Planejamento do SUS: uma construção coletiva - monitoramento e avaliação: processo de formulação, conteúdo e uso dos instrumentos do PlanejaSUS.** Brasília, DF. 2010b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil**

2011-2022 / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Brasília, Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. Caderno de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores: 2016 Brasília: Ministério da Saúde, 2016a. Disponível em <http://saude.es.gov.br/Media/sesa/SISPACTO/Caderno%20de%20indicadores2016.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica. Condições Crônicas Não Transmissíveis - Risco Cardiovascular. Instituto Sírio Libanês de Ensino e Pesquisa. Brasília, DF, 2017.

Capítulo 10

Consumo e educação alimentar e nutricional

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), tem o objetivo de promover a saúde, nutrição e alimentação adequada da população, e de garantir a produção de conhecimento e acesso à informação da população em relação às práticas alimentares saudáveis, conforme descrito na Lei Federal nº 11.346 (Lei nº 11.346, 2006). Nesse sentido, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) deve ser garantido na sua integralidade, e isso engloba a qualidade da dieta e quais alimentos vêm sendo consumido pela população.

A alimentação é a ingestão de alimentos e seus nutrientes, mas mais do que isso é também uma combinação de alimentos, com diversas formas de preparo, modo de comer, hábitos culturais e sociais associados. Mas os padrões de como se alimentar, quais alimentos consumir, estão mudando, com redução dos alimentos in natura e aumento dos ultraprocessados na composição da alimentação (Brasil, 2015).

10.1 Consumo de alimentos ultraprocessados

Para avaliar o consumo alimentar na população de Campinas, um estudo de Enes e colaboradores (2019), verificou que a alimentação de adolescentes entre 10 e 18 anos possuía em média 50,6% da sua dieta composta por alimentos ultraprocessados, principalmente pães/bolos industrializados, doces e guloseimas, massas e bebidas adoçadas.

Assumpção e colaboradores (2017) avaliaram a qualidade da dieta de adultos no município de Campinas e verificaram que as mulheres apresentaram uma qualidade maior do que os homens, tendo maior consumo de frutas, vegetais, leite e derivados. Já os homens apresentaram maior consumo de carnes e ovos. Esse estudo abordou pontos importantes sobre questões socioeconômicas, como, por exemplo mulheres que moravam com maior número de pessoas apresentaram pior qualidade da dieta. Assim como os homens que possuíam mais equipamentos eletrônicos apresentaram maior qualidade.

Nesse mesmo sentido, foi realizado projeto junto ao Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DSAN) com avaliação nutricional de crianças participantes do Projeto Estadual Viva Leite no município de Campinas, através de participação dos responsáveis pelas crianças. Foi verificado que são consumidos complementos junto ao leite ofertado pelo Projeto, sendo o achocolatado o mais frequente (91,7%). Além disso, mais da metade (58,3%) das crianças têm o hábito de realizar refeições em frente à TV ou aparelhos tecnológicos e em torno de 80% têm o hábito de consumir feijão, frutas, verduras e legumes, mas o consumo de produtos ultraprocessados também se apresentou alto como bebidas adoçadas (70,8%), salgadinhos (70,8%) e doces (83,3%) (Evangelista, 2018).

Outro projeto piloto não publicado, realizado no DSAN, avaliou a alimentação na população de Campinas em 2017 e verificando que das 10 famílias avaliadas, beneficiadas com o programa NutrirCampinas, um terço utilizava o benefício para adquirir alimentos ultraprocessados também.

Em levantamento realizado junto ao Departamento de Alimentação Escolar do município de Campinas, foi verificado que do ano 2016 a 2018 houve diminuição na oferta de ultraprocessados às crianças e adolescentes atendidos pelo Programa de Alimentação Escolar (tabela 42).

Tabela 42. Número de alunos matriculados e quantidade de alimentos ultraprocessados adquiridos e ofertados, entre 2016 e 2018.

	Ano		
	2016	2017	2018
Alunos matriculados (n)	167.434	169.854	168.083
Alimentos Ultraprocessados Adquiridos (Kg)	3.245.636	2.454.328	642.411

Fonte: Departamento de Alimentação Escolar de Campinas-SP, 2019.

Com o levantamento de dados do consumo alimentar, pôde-se perceber que faltam dados estratificados por gênero e idade da população de Campinas, alguns estudos ainda estão em andamento, mas os dados aqui apresentados mostram que a tendência da população não difere do resto do país, com o aumento do consumo de ultraprocessados e redução dos alimentos in natura. Algumas políticas públicas estão sendo realizadas como a redução desses produtos na alimentação escolar, mas é necessário um acompanhamento mais próximo do padrão alimentar da população e mais iniciativas que fomentem uma alimentação mais saudável, como, por exemplo horta comunitárias.

Outro fator importante é que o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) é um instrumento ainda pouco aplicado no município, mas deve ser utilizado como ferramenta para obtenção desses dados, podendo assim embasar mais ações e políticas que foquem na segurança alimentar e nutricional.

10.2 Educação Alimentar e Nutricional

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e descreve a necessidade da instituição de processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), pesquisa e formação nas áreas de SAN e do direito humano à alimentação adequada (Decreto nº 7.272, 2010).

A EAN é descrita como estratégia fundamental para a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais da atualidade, contribuindo na prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais, além de valorizar a cultura alimentar, os hábitos regionais, a soberania alimentar, promover a redução do desperdício de alimentos, a sustentabilidade e a alimentação saudável (Brasil, 2012).

É uma ação que deve ser contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, objetivando a promoção de hábitos alimentares saudáveis, que se adeque ao DHAA e garanta a SAN. As ações de EAN devem abordar problemas atuais dos indivíduos e população alvo, considerando todas as etapas da vida, do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (Brasil, 2013).

A EAN uma parte importante da garantia da SAN, e o município de Campinas possui diversos atores que realizam ações para variados públicos e, nesse diagnóstico foi realizado um levantamento dos números brutos de ações realizadas no período de 2016 a 2019 por alguns desses atores envolvidos com a política e atuantes na garantia do DHAA (tabela 43).

Tabela 43. Número de ações de Educação Alimentar e Nutricional realizadas no município de Campinas, entre 2016 e 2018.

Locais de desenvolvimento das ações	2016	2017	2018
PMC-SME-Alimentação Escolar	39	12	40
Banco Municipal de Alimentos	100	64	38
Sesc	162	223	178
PMC-SMASDH-DSAN	14	46	97
PMC-SMS-Academia da Saúde	10	10	10
PMC-SMS-NASF LESTE	90	60	60
PMC-SMS-VISA em Alimentos	7	14	18

Fonte: PMC: Prefeitura Municipal de Campinas, SME: Secretaria Municipal de Educação, SMASDH: Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos; DSAN: Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional, SMS: Secretaria Municipal de Saúde, NASF: Núcleo de Apoio à Saúde da Família, VISA: Vigilância Sanitária.

Sabe-se que muitas instituições realizam diferentes formas de EAN, como oficinas culinárias e hortas, porém não foram levantados esses dados. É necessário sempre fortalecer a rede de atores em EAN, e como exemplo em 2018 se iniciou um curso para Multiplicadores em EAN, oferecido pelo Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional, junto à Escola de Governo (EGDS), para ofertar mecanismos e conteúdo para aqueles que se interessam pelo tema.

Nesse sentido, profissionais que atuavam em EAN se autointitularam como RedeSan desde 2012 e através dessas parcerias criaram uma rede para fomentar e fortalecer as ações de EAN em todo o município, com participação do Poder Público através das Secretarias de Saúde, Educação e Assistência social e Segurança Alimentar e Nutricional, a Ceasa Campinas, o Banco de Alimentos, a Unicamp, e órgãos da sociedade civil como Sesc, universidades particulares como PUCCAMP, UNIP, UniMetrocamp e Faculdade Anhanguera, entre outros. Com a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSAN) em 2018, essa rede foi incorporada pelo mesmo como um Grupo de Trabalho Permanente em EAN.

É importante ressaltar que em relação ao orçamento público, não foi encontrada verba específica para essas ações na maioria dos órgãos, apenas a Secretaria de Saúde da Prefeitura de Campinas conta com o Fundo de Alimentação e Nutrição que possui esse objetivo também, porém não foram levantados dados específicos para o período.

Conclusão

O presente diagnóstico pretende ser um primeiro contato com a organização dos dados referente a área de Segurança Alimentar e Nutricional, inserindo inclusive o olhar mais apurado de cada secretaria sobre as informações possíveis de serem organizadas. Durante o levantamento dos dados alguns deles não estiveram disponíveis, em outros percebeu-se não significativos para formar um parâmetro de avaliação do estado de insegurança alimentar e nutricional da população de Campinas.

São necessários esforços com o objetivo de envolver universidades para realizar inquéritos e pesquisas territoriais. Assim como organizar questões referente ao acesso ao trabalho formal e informal no município, maior aproximação com a Vigilância Socioassistencial, E também criar uma frente de monitoramento constante das informações com maior celeridade e eficiência. O objetivo final desses esforços deve ser: qualificar e garantir o acesso a informação, viabilizar o planejamento das políticas transversais afetas segurança alimentar e nutricional com a finalidade de criar ações,

programas e projetos que possibilitem o acesso aos alimentos em quantidade suficiente, com qualidade nutricional, garantir maior reflexão dos cidadãos a respeito da da alimentação e de que forma ela pode ser pleiteada de forma democrática, equitativa. A finalidade é a erradicação da fome sob a ótica do Direito Humano a Alimentação Adequada.

Referências Bibliográficas

Assumpção D., Domene S.M.A., Fisberg R.M., Canesqui A.M., Barros, M.B.A. Diferenças entre homens e mulheres na qualidade da dieta: estudo de base populacional em Campinas, São Paulo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(2):347-358, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira, 2ª edição – Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, Consea. São Paulo, 2006. Disponível em: <>

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm>. Acesso em 13 ago. 2020.

Enes C.C., Camargo C.M., Justino M.I.C. Ultra-processed food consumption and obesity in Adolescents. *Rev. Nutr.* vol.32 Campinas 2019 Epub May 23, 2019.

Evangelista B.P.A. Avaliação nutricional de crianças participantes do programa Viva Leite no bairro Jardim Santa Mônica no município de Campinas. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Paulista, Campinas-SP, 2018.

Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, Consea. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acesso em 13 ago. 2020.

Apêndice 1

Localização das Feiras Livres conforme as Macrorregiões. Campinas – SP.

Feiras da Macrorregião Norte

1111 -

Administração Regional 04

Bonfim

Endereço: Rua Germânia

Campinas (SP) – AR04

Data: terça-feira

Horário: 6h às 12h

Jardim Chapadão

Endereço: Rua Cônego Manoel Garcia

Campinas (SP) – AR04

Data: terça, quarta e quinta-feira

Horário: 6h às 12h

Castelo

Endereço: Rua Frei Antonio de Padua

Campinas (SP) – AR04

Data: sexta-feira

Horário: 6h às 12h

Jardim Santa Mônica

Endereço: Rua Prof. Jorge Nogueira Ferraz

Campinas (SP) – AR04

Data: sábado

Horário: 6h às 12h

Administração Regional 11

Vila Boa Vista

Endereço: Rua dos Ébanos

Campinas (SP)

Data: terça-feira

Horário: 7h às 12h

Jardim Aurélia

Endereço: Rua Sud Menucci

Campinas (SP)

Data: quarta-feira

Horário: 7h às 12h

Guanabara

Endereço: Rua José Paulino

Campinas (SP)

Data: terça-feira

Horário: 7h às 12h

Via Norte

Endereço: Rua Octaviano Carlos de Sampaio Ferraz

Campinas (SP)

Data: sexta-feira

Horário: 16h às 20h30

Jardim Pacaembú

Endereço: Rua Maria Aparecida Ferreira Rozo

Campinas (SP)

Data: terça-feira

Horário: 7h às 12h

Subprefeitura de Barão Geraldo

Barão Geraldo

Endereço: Rua Nuria Mussi de Camargo Penteado –

Barão Geraldo

Campinas (SP)

Data: domingo

Horário: 7h às 12h

Barão Geraldo

Endereço: Rua Maria Teresa Dias Barão Geraldo

Campinas (SP)

Data: quarta-feira

Horário: 7h às 12h

Barão Geraldo

Endereço: Rua Giacomo Grigol Barão Geraldo

Campinas (SP)

Data: quinta-feira

Horário: 7h às 12h

Subprefeitura de Nova Aparecida

Vila Padre Anchieta

Endereço: Av. Dom Agnello Rossi

Campinas (SP)

Data: quarta-feira e sábado

Horário: 6h às 13h

Feiras livres da Macrorregião Sul:

Administração Regional 06

Parque Industrial

Endereço: Rua Luiz França de Camargo

Campinas (SP) – AR 06

Data: Terça-feira

Horário: 6h às 12h

Vila Industrial

Endereço: Rua Cadete João Teixeira

Campinas (SP) – AR06

Data: Quarta-feira

Horário: 6h às 12h

Vila Industrial

Endereço: Rua 24 de Maio

Campinas (SP) – AR06

Data: Quarta-feira

Horário: 6h às 12h

Vila Pompéia
Endereço: Rua Mineiro do Tiete
Campinas (SP) – AR06
Data: Quinta-feira
Horário: 6h às 12h

São Bernardo
Endereço: Rua Arnaldo Barreto
Campinas (SP) – AR06
Data: Quinta-feira
Horário: 6h às 12h

Parque Industrial
Endereço: Rua Dois Córregos
Campinas (SP) – AR06
Data: Sexta-feira
Horário: 6h às 12h

Vila Industrial
Endereço: Rua Francisco de Assis Pupo
Campinas (SP) – AR06
Data: Sábado
Horário: 6h às 12h

São Bernardo
Endereço: Rua Rio de Janeiro
Campinas (SP) – AR06
Data: Domingo
Horário: 6h às 12h

Administração Regional 08

Jardim Nova Europa
Endereço: Av. Estados Unidos
Campinas (SP) – AR08
Data: Sexta-feira
Horário: 6h às 12h

Jardim Leonor
Endereço: Rua Artur Segurado
Campinas (SP) – AR08
Data: Domingo
Horário: 6h às 12h

Administração Regional 09

Joaquim Inácio
Endereço: Rua Francisco de Angel
Campinas (SP) – AR09
Data: Terça-feira
Horário: 6h às 12h

Jardim Amazonas
Endereço: Rua Itapira
Campinas (SP) – AR09
Data: Terça-feira
Horário: 6h às 12h

Vila Carminha
Endereço: Rua Joaquim Duarte Barbosa
Campinas (SP) – AR09
Data: Quarta-feira
Horário: 6h às 12h

Ponte Preta
Endereço: Rua Setembrino de Carvalho
Campinas (SP) – AR09
Data: Quarta-feira
Horário: 6h às 12h

Jardim das Oliveiras
Endereço: Rua Pompeu Carvalho de Moura
Campinas (SP) – AR09
Data: Sexta-feira
Horário: 6h às 12h

Jardim São Pedro
Endereço: Rua Dom Jose Bento de Aquiles
Campinas (SP) – AR09
Data: Domingo
Horário: 6h às 12h

Vila Marieta
Endereço: Av. Dr. Betim
Campinas (SP) – AR09
Data: Domingo
Horário: 6h às 12h

Administração Regional 10

Jardim Proença
Endereço: Rua Frei José de Monte Carmelo
Campinas (SP) – AR10
Data: Sábado
Horário: 6h às 12h

Jardim Proença
Endereço: Rua Joaquim de Paula Souza
Campinas (SP) – AR10
Data: Quinta-feira
Horário: 6h às 12h

Feiras livres da Macrorregião Leste:

Administração Regional 01

Pça. Bento Quirino
Endereço: Entre ruas Barreto Leme e Sacramento –
Centro
Campinas (SP)
Data: Quinta e sexta-feira
Horário: 7h às 18h

Largo do Pará
Endereço: Entre as ruas Barão de Jaguara e Duque de
Caxias – Centro
Campinas (SP)
Data: Quinta e sexta-feira
Horário: 7h às 18h

Ponte Preta
Endereço: Rua Uruguaiana – Ponte Preta
Campinas (SP)
Data: Domingo
Horário: 5h às 12h

Centro
Endereço: Rua José Paulino (Chapéu Cury) – Centro
Campinas (SP)

Data: Terça-feira
Horário: 5h às 12h

Centro de Convivência
Endereço: Centro de Convivência – Cambuí
Campinas (SP)
Data: Terça-feira
Horário: 5h às 12h

Cambuí
Endereço: R. Cap. Francisco de Paula – Cambuí
Campinas (SP)
Data: Quinta-feira
Horário: 05h00 às 12h00

Praça Condeu
Endereço: Praça Condeu – Jd. Guarani
Campinas (SP)
Data: Quinta-feira
Horário: 5h às 12h

Botafogo
Endereço: Rua Cezário Motta – Botafogo
Campinas (SP)
Data: Sexta-feira
Horário: 5h às 12h

Bosque
Endereço: R. Gal. Marcondes Salgado – Bosque
Campinas (SP)
Data: Sexta-feira
Horário: 5h às 12h

Cambuí
Endereço: R. Maria Monteiro – Cambuí
Campinas (SP)
Data: Sábado
Horário: 5h às 12h

Administração Regional 02

Vila 31 de Março
Endereço: Rua Martinho Nogueira
Campinas (SP)
Data: Domingo
Horário: 7h às 12h

Jardim Planalto
Endereço: Av. Jesuino Marcondes Machado
Campinas (SP)
Data: Terça-feira
Horário: 7h às 12h

Jardim Flamboyant
Endereço: Rua Presidente Prudente
Campinas (SP)
Data: Quarta-feira
Horário: 7h às 12h

Administração Regional 03

Parque Taquaral
Endereço: Rua Fernão Lopes
Campinas (SP)
Data: Terça-feira
Horário: 6h às 12h

Santa Genebra
Endereço: Rua Pamplona
Campinas (SP)
Data: Quarta-feira
Horário: 6h às 12h

Jardim Santana
Endereço: Rua Francisco Moretzshon
Campinas (SP)
Data: Quarta-feira
Horário: 6h às 12h

Jardim Nossa Senhora Auxiliadora
Endereço: Rua Dom Bosco
Campinas (SP)
Data: Quinta-feira
Horário: 6h às 12h

Parque Taquaral
Endereço: Rua Jorge Figueiredo Correia
Campinas (SP)
Data: Sexta-feira
Horário: 6h às 12h

Parque Taquaral
Endereço: Rua Leonardo da Vinci
Campinas (SP)
Data: Sábado
Horário: 6h às 12h

Praça Costa e Silva
Endereço: Vila Costa e Silva
Campinas (SP)
Data: Sábado
Horário: 6h às 12h
Administração Regional 14

Feira de Artesanato Praça Santo Lunardelli
Endereço: Praça Santo Lunardelli, Carlos Gomes
Campinas (SP)
Data: Domingo (todo 1º domingo do mês)
Horário: 10h às 17h

Subprefeitura Sousas

Praça Beira Rio
Endereço: Rua Emilio José Salim, s/n – Centro
Campinas (SP)
Data: Quinta-feira
Horário: 9h às 14h

Praça Beira Rio – Artesanato
Endereço: Rua Emilio José Salim, s/n – Centro
Campinas (SP)
Data: Domingo (todo 2º domingo do mês)
Horário: 9h às 14h

Subprefeitura Joaquim Egídio

Feira de Artesanato de Joaquim Egídio
Praça Dom Agnello Rossi
Campinas (SP) – SPJG
Data: Domingo
Horário: 9h às 16h

Feiras livres da Macrorregião Sudoeste:

Administração Regional 07

DIC VI, Praça da Piscina
 Rua: Emili Cristiane Giovanini – Dic VI
 Campinas (SP) – AR12
 Data: sábado e domingo
 Horário: 8h às 17h
 Jardim Campos Elíseos
 Rua: Conselheiro Antonio Carlos – Jardim Campos Elíseos
 Campinas (SP) AR7
 Data: terça-feira
 Horário: 7h às 12h

Vila Amoreiras
 Rua: Antonio Mingoni FE – Vila Amoreiras
 Campinas (SP) AR7
 Data: quinta-feira
 Horário: 7h às 12h
 Vila Perseu Leite de Barros
 Rua: Av. Brasília – Vila Perseu Leite de Barros
 Campinas (SP) AR7
 Data: sábado
 Horário: 7h às 12h
 Vila União
 Rua: Rubens Ciolfi – Vila União
 Campinas (SP) AR7
 Data: sábado
 Horário: 7h às 12h

Administração Regional 12

Jardim Santa Amália
 Av: Tancredo Neves s/n – Jardim Santa Amália
 Campinas (SP) AR7
 Data: domingo
 Horário: 7h às 12h

Feiras da Macrorregião Noroeste:

Administração Regional 05

Jardim Garcia
 Av. Transamazônica
 Campinas (SP) – AR 05
 Data: quarta-feira
 Horário: 6h às 12h

Vila Castelo Branco
 Rua Prof. Sophia Valter Salgado
 Campinas (SP) – AR05
 Data: domingo
 Horário: 6h às 12h

Feiras Livres Noturnas

Dia da Semana: Terça-feira

Campo Grande - Praça da Concórdia
 Jardim Carlos Lourenço - Rua Luiz Chidetto, altura do número 116.
 Jardim Proença - Av. Dr. Arlindo Joaquim de Lemos
 Jardim dos Oliveiras - Av. José Fonseca de Arruda
 Parque Bandeira II - Rua José Florence Teixeira, altura do número 830.
 São Bernardo - Praça Professor Paulo José Otaviano
 Vida Nova - Avenida Pedro Degreci Junior, altura do número 750.

Dia da Semana: Quarta-feira

Guanabara - Rua Dom Pedro I (Praça Euclides da Cunha)
 Jardim Londres - Av. Ibirapuera, altura do número 808
 Jardim Mirassol - Rua Maria Cândida Conceição, , s/no, esquina com rua José Ramos Santana
 Jardim São Gabriel - Av. Paulo Cuba de Souza
 Ouro Verde - Rua Waldemar Bristore, altura do número 30
 Vila 31 de Março - Rua Carlos Serra do Amaral
 Vila União - Rua Rubens Roberto Ciolfi, altura do número 618.

Dia da Semana: Quinta-feira

Costa e Silva - Rua dos Imarés, 406
 Jardim Eulina - Av Herman da Cunha Canto, em frente à Igreja
 Jardim Myrian - Rua Guerino Bristoti
 Jardim Nova Mercedes - Rua Aldair Alves Resende, número 71.
 Parque Dom Pedro II - Rua Aguapé, altura do número 6.
 Parque Industrial - Ao lado do Balão do Curtume
 Tancredão - Praça de Esportes do Tancredão

Dia da Semana: Sexta-feira

Barão Geraldo - Av. Santa Isabel, 406
 Jardim Magnólia - Av. José Pancetti, altura do número 230
 Jardim Planalto de Viracopos - Avenida Isolete Fernandes D'Eri, , s/no, em frente ao Supermercado Dia.
 Nova Europa - Av. Estados Unidos, ao lado da Igreja Santa Cruz.
 Padre Anchieta - Praça do Skate
 Parque Prado - R. Maria Emília A. dos Santos de Angelis
 Parque Santa Bárbara - Rua Teodoro Guedes de Campos, s/no.
 São Quirino - Av. Diogo Alvares, altura do número 2.056

Ramos de Comércio Autorizados em Feiras Livres

A autorização do ramo escolhido dependerá da análise da SETEC. Os produtos a serem comercializados em barraca de metragem específica são os seguintes:

- 1) Mercearia – barraca de, no máximo, 5m x 3m, para a venda de frios em geral, produtos derivados do leite, latarias e especiarias (condimentos), margarina, bacalhau, peixes secos, sal, gelatina, farinhas, amido, conservas, massas de tomate, coco, azeitona, picles frutas secas e massas alimentícias em geral;
- 2) Empório – barraca de, no máximo, 5m x 3m, para a venda de cereais em geral, café em pó, sabão, saponáceos, desinfetantes, óleos comestíveis, sal, açúcar, farinha e seus derivados, massas alimentícias em geral, farinhas, fósforos, especiarias (condimentos), papel higiênico, prendedores de roupa, talco, pastas dentífricas, pomadas para calçados, escovas de dente, palhas de aço, palhinhas, ceras, cremes para barba, vassouras e assemelhados;
- 3) Calçados – barracas de, no máximo, 3m x 3m, para a venda de calçados do tipo popular, chinelos, alpargatas e assemelhados;
- 4) Miudezas – barracas de, no máximo, 5m x 3m, para a venda de miudezas em geral;
- 5) Roupas – barracas de, no máximo, 5m x 3m, para a venda de roupas feitas em geral;
- 6) Frutas nacionais, estrangeiras, amendoim e milho para pipoca – barraca de, no máximo 6m x 3m, para a venda dos produtos indicados exceto frutas secas;
- 7) Batatas, cebolas e alhos – barraca de, no máximo, 5m x 3m;
- 8) Verduras, legumes, palmitos e limões – barraca de, no máximo, 8m x 3m;
- 9) Ovos e aves abatidas – barraca de, no máximo, 4m x 3m;
- 10) Vísceras e miúdos – barracas de, no máximo, 2m x 3m, para a venda de vísceras e miúdos de animais de corte;
- 11) Pescados – barraca de, no máximo, 2m x 3m, para a venda de pescados de toda a espécie;
- 12) Bolachas, biscoitos e massas alimentícias, inclusive pães – barraca de, no máximo, 5m x 3m;
- 13) Flores – barraca de, no máximo, 3m x 3m, para a venda de flores naturais, mudas e plantas de pequeno porte;
- 14) Sacos vazios – barracas de, no máximo, 2m x 3m;
- 15) Doces caseiros – barracas de, no máximo, 5m x 3m;
- 16) Pastéis – barracas de, no máximo, 3m x 3m;
- 17) Produtos naturais – barraca de, no máximo, 5m x 3m;
- 18) Mel – barraca de, no máximo, 2m x 3m, para a venda de mel embalado

Apêndice 2

Estrutura Organizacional do Programa de Alimentação Escolar e quadro de funcionários

Quadro 1. O quadro de funcionários da Ceasa Campinas.

Cargo	2016	2017	2018
Advogado	1	1	1
Almoxarife	1	1	1
Analista Contábil	1	1	1
Analista Contábil/Fiscal	1	1	1
Analista De Informática	1	1	1
Assistente Administrativo II	3	3	3
Assistente Financeiro	2	2	2
Auxiliar Administrativo	10	11	11
Conferente	2	2	2
Coord. De Nutrição	1	1	1
Coord. Planejamento e Logística	1	1	1
Gerente De Departamento	1	1	1
Motorista De Caminhão	9	9	9
Nutricionista	15	15	15
Operador De Carga	24	24	24
Técnica Em Nutrição	4	4	4
Total	77	78	78

Fonte: Dados da Coordenadoria de nutrição da SME do município de Campinas.

A estrutura organizacional do Programa Municipal de Alimentação encontra-se na Figura 1. Esse organograma compreende as relações hierárquicas previstas no termo de convênio do PMAE.

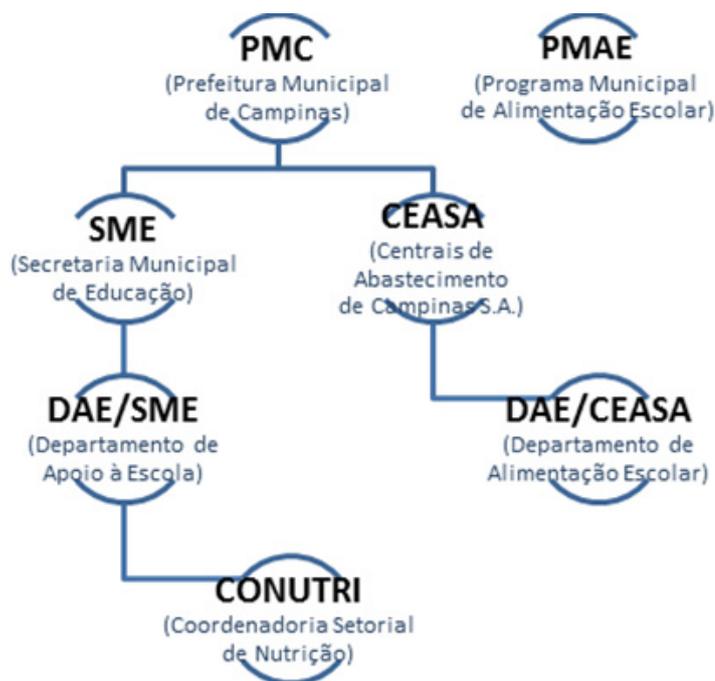


Figura 1. Estrutura organizacional do PMAE.

1.2 Organograma da Coordenadoria Setorial de Nutrição – CONUTRI/SME

O organograma da CONUTRI/SME encontra-se na figura 2. Conforme pode ser observado na distribuição dos cargos conforme suas relações funcionais, o responsável técnico coordena todas as ações da equipe.



Figura 2. Organograma da CONUTRI/SME.

O responsável técnico - RT e os demais nutricionistas da CONUTRI fazem parte do quadro técnico do PMAE. Isso significa que esses profissionais devem exercer as ações privativas de sua especialidade e compatíveis com sua formação. O FNDE exige que todos os profissionais do quadro técnico estejam a ele vinculados no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC). O cadastro de novos profissionais e a sua desvinculação são de responsabilidade de um gestor do município e são feitos de forma online. Esse cadastro auxilia o FNDE e o CFN a fiscalizarem se os municípios contêm quadro técnica de acordo com os parâmetros numéricos da Resolução CFN nº 465 de 2010 (CFN, 2010).

Os demais funcionários fazem parte do quadro administrativo da CONUTRI e desempenham funções de auxílio nos processos licitatórios, chamadas públicas, empenhos e notas fiscais e auxílio nas rotinas administrativas. A relação de todos os funcionários e suas atribuições encontra-se no Quadro 1.

Quadro 2. Relação de funcionários da CONUTRI e seção sob sua responsabilidade.

Cargo	2016
Coordenação – Responsável Técnica	Maria Helena Antonicelli (Nutricionista RT) helenantonicelli@campinas.sp.gov.br Tel.: 2116-0412
Avaliação Antropométrica / Testes de Aceitabilidade	Vera Gurgel (Nutricionista) vera.gurgel@campinas.sp.gov.br Tel.: 2116-0210
Educação Nutricional – Projetos e Palestras	Vera Gurgel (Nutricionista) vera.gurgel@campinas.sp.gov.br Tel.: 2116-0210
Equipamentos e Utensílios de Cozinha	Suely Okubo (Nutricionista) suely.okubo@campinas.sp.gov.br Tel.: 2116-0415
Chamamento Público – Agricultura Familiar	Sonia Lázaro (Técnica em Nutrição) sonia.lazaro@campinas.sp.gov.br Tel.: 2116-0415
Financeiro	Daniel Miranda (Presidente da Chamada Pública / Agente de Apoio cedido pela CEASA) Tel.: 2116-0210
	Daniela Anjos (Agente Administrativo) daniela.andrade@campinas.sp.gov.br Tel.: 2116-0411

Tipos de cardápios:

Atualmente existem 20 tipos de cardápios, que variam de acordo com faixa etária, período de aula, estrutura das unidades escolares e aceitabilidade (preferência por lanches ou refeições), conforme pode-se observar no quadro 3. A escolha do cardápio que será ofertado na unidade escolar é feita pela nutricionista da CEASA/Campinas responsável pela supervisão do local, após a realização de visita técnica e em comum acordo com a Direção da escola.

Quadro 1. O quadro de funcionários da Ceasa Campinas.

Tipo de Ensino	Nome do Cardápio	Faixa etária	Composição
EDUCAÇÃO INFANTIL	EI Berçário	4 a 11 meses	Mamadeira, papa de fruta e papa principal.
	EI Integral	1 a 2 anos	Café da manhã, almoço, lanche, jantar. NÃO CONTÉM AÇÚCAR.
	EI Semi Integral	3 a 5 anos	Café da manhã, almoço, lanche.
	EI Lanche		Lanches (pães, bolos, biscoitos, tortas, sucos e leite).
	EI Refeição		Refeição todos os dias.
	EI Misto		Dois dias lanches, três dias refeição.
	EI Complementar		Café da manhã e almoço.
ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL	EMEF Misto	6 a 15 anos	Dois dias lanches, três dias de refeições.
	EMEF Refeição		Refeição todos os dias.
	EMEF Integral		Café da manhã, colação, almoço, lanche.
	EMEF Complementar		Café da manhã e almoço.
	EMEF Complementar		Lanche todos os dias.
	Programa Mais Educação		Lanches das oficinas.
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ESTADUAL	EE Misto	6 a 15 anos e/ou 16 a 18 anos	Dois dias lanches, três dias refeições.
	EE Refeição		Refeição todos os dias.
	EE Integral		Café da manhã, almoço e lanche.
	EE Lanche		Lanches todos os dias.
	EE Complementar		Café da manhã e almoço.
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	FUMEC	A partir de 19 anos	Lanches transportados.
UNIDADES CONVENIADAS	Núcleo	6 a 15 anos e/ou 16 a 18 anos	Café da manhã e almoço.

Fonte: Dados da Coordenadoria de Nutrição da SME do município de Campinas

No município de Campinas, a mesma escola pode abranger diferentes faixas etárias ou turmas com diferentes períodos de permanência, e por isso é comum encontrar unidades que possuam mais de um tipo de cardápio.

No Ensino Infantil, por exemplo, as escolas não acolhem exclusivamente berçário ou creche ou pré-escola, podendo receber alunos destes 3 grupos etários na mesma unidade e período. Outro fator que faz com que a escola possua mais de um tipo de cardápio é a existência de alunos de diferentes níveis de Ensino, em períodos distintos. Por exemplo, a mesma unidade pode receber

alunos de Ensino Fundamental no período diurno e alunos da Educação de Jovens e Adultos no período da noite.

Como acessar os cardápios:

Os cardápios podem ser acessados no Portal de Transparência da PMC, da seguinte maneira:

- 1) Acesso direto através do link: <http://www.campinas.sp.gov.br/servico-ao-cidadao/portal-da-transparencia/alimentacao-escolar.php> ou
- 2) Acesso ao site <http://www.campinas.sp.gov.br> e após clicar na aba Transparência > Portal da Transparência > Alimentação Escolar.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE CAMPINAS**